

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais

UNESP/UNICAMP/PUC

David Almstadter de Magalhães

**Os Think Tanks norte-americanos e a reconstrução do
Iraque: divergências e convergências entre liberais e
neoconservadores**

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais

UNESP/UNICAMP/PUC

David Almstadter de Magalhães

Os Think Tanks norte-americanos e a reconstrução do Iraque:
divergências e convergências entre liberais e neoconservadores

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora como exigência
parcial para obtenção do título de
MESTRE em Relações
Internacionais pela Pontifícia
Universidade Católica de São
Paulo sob orientação do Prof. Dr.
– Reginaldo Mattar Nasser.

SÃO PAULO

2008

Os Think Tanks norte-americanos e a reconstrução do Iraque: divergências e convergências entre liberais e neoconservadores

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. – Reginaldo Mattar Nasser.

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Professor Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Orientador)
PUC-SP

Professora Dra. Flávia de Campos Mello
PUC-SP

Professor Dr. Nizar Messari
PUC-RJ

Professor Dr. Luis Fernando Ayerbe (UNESP)

Aos meus pais.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Reginaldo Nasser, orientador desta dissertação, que desde a graduação tem sido a pessoa mais importante para minha formação pessoal e intelectual. Agradeço por toda exigência, sabedoria e compreensão;

À Profa. Dra. Flávia Campos e ao Prof. Ayerbe, pelas importantes observações durante a qualificação;

Aos professores e colegas do Programa San Tiago Dantas,

À CAPES, pelo financiamento.

À minha família, de Campinas e de São Paulo, por todo apoio durante o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 trouxeram ao poder um conjunto de idéias em política externa ao qual se costumou a denominar neoconservadorismo e que levou os EUA se envolverem em uma guerra contra o Iraque. A guerra foi apoiada tanto por intelectuais republicanos quanto por uma vasta porção de liberais internacionalistas, historicamente ligados ao partido Democrata. Partindo da análise de publicações de dois influentes *think tanks* norte-americanos – o *American Enterprise Institute* e a *Brookings Institution* - esta pesquisa procurou analisar os pontos de convergência e divergência entre as tradições liberal-internacionalista e neoconservadora em política externa, tendo como estudo de caso as reflexões destes institutos a respeito da reconstrução do Iraque.

Palavras-chave: Política Externa norte-americana, Brookings, AEI, Iraque.

ABSTRACT

The terrorist attacks of 9/11 brought to the Bush administration a sort of thought on foreign policy which is usually called neoconservatism and that led America to invade Iraq. However, this war wasn't supported only by the major part of republican party but also by the international liberals which historically were bound with democratic party. By using the publications of two influent American think tanks – *American Enterprise Institute* and *Brookings* – this research intends to reflect about the convergence and divergence points between the liberal and the neoconservative traditions on foreign policy.

Keywords: American Foreign Policy, Brookings, AEI, Liberal-internationalism, neoconservatism, Iraq.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – A DISPUTA PELO WILSONISMO: LIBERAL <i>VERSUS</i> NEOCONSERVADOR	21
1.1 - O “wilsonismo” de Wilson.....	26
1.2 - O 11 de setembro e os novos wilsonianos.....	40
1.3 – Neoconservadores e Liberais frente à Guerra do Iraque	47
CAPÍTULO 2 - A RECONSTRUÇÃO DO IRAQUE NA VISÃO DA <i>BROOKINGS</i>	57
2.1 - Introdução	57
2.2 - A estratégia wilsoniana da <i>Brookings</i>	58
2.3 - Internacionalizar o Iraque.....	66
2.4 - Modelos de reconstrução	77
CAPÍTULO 3 – A RECONSTRUÇÃO DO IRAQUE NA VISÃO DO <i>AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE</i>	81
3.1 – Introdução	81
3.2 – A estratégia wilsoniana contra o terrorismo	82
3.3 – A Reconstrução unilateral do Iraque	92
3.4 - Alemanha e Japão: modelos de democratização unilateral	103
Conclusão	107
Referências Bibliográficas.....	113

INTRODUÇÃO

*The real debate, then, is not whether to have an empire, but what kind. Should America pursue a go-it-alone strategy as it did in 1910, when the United States exerted its power largely at the point of the bayonet and ignored the views of others? Or should it be the empire of 1950, when Washington embedded American power in multilateral institutions that reflected American interests but also constrained its freedom of action? (Ivo Daalder, analista liberal ligado ao partido democrata ex-membro da equipe do Conselho de Segurança Nacional da administração , em *American Empire, Not 'If' but 'What Kind'*)*

*The kind of imperial missions that the United States is likely to undertake today are very different. The Europeans fought to subjugate "natives"; Americans will fight to bring them democracy and the rule of law. (Max Boot, neoconservador, em *Neither New nor Nefarious: The Liberal Empire Strikes Back*).*

Em março de 2003 o *think tank* neoconservador, *Project for the New American Century* (PNAC), enviou duas cartas ao congresso norte-americano apoiando e justificando a ocupação do Iraque pelas tropas da coalizão. Dentre os signatários dessas cartas encontravam-se as mais relevantes figuras do pensamento neoconservador, como Robert Kagan, Bruce Jackson, Joshua Muravchik, Eliot Cohen, James Woolsey, Max Boot, Charles Hill, Tod Lindberg, Danielle Pletka, William Kristol, entre outros. No entanto, o que saltava aos olhos naquela lista de assinaturas era que, dos vinte e três signatários, meia dúzia eram intelectuais tradicionalmente ligados ao pensamento liberal, a *think tanks* progressistas ou ao partido democrata. Entre eles encontravam-se Ivo Daalder, do *think tank Brookings Institution* e membro da equipe do Conselho de Segurança Nacional do ex-presidente Bill Clinton; Will Marshall, membro do *Progressive Policy Institute and Democratic Leadership Council*; Dennis Ross, principal assessor de Clinton sobre as questões do conflito árabe-israelense; James Steinberg, influente conselheiro de Segurança

Nacional de Clinton e importante analista internacional do *Brookings*; e Michael O'Hanlon, outro proeminente pesquisador do *Brookings*.¹

A primeira carta, redigida no dia 19 de março, afirmava que todos os signatários apoiavam uma intervenção militar no Iraque, pois se fazia necessário respeitar a *Resolução 1441* do Conselho de Segurança², que deu ao Iraque a última chance para cumprir com as resoluções da ONU. Era justificável, dessa forma, tanto a remoção de Saddam Hussein do poder quanto de seu regime autoritário. Segundo sugere a carta, a mudança de regime no Iraque seria vital para que se alcançassem três objetivos: desarmar o país dos estoques de armas de destruição em massa; estabelecer um pacífico, estável e democrático governo no Iraque; e contribuir para o desenvolvimento da democracia em outros países do Oriente Médio. A outra carta³ foi redigida e enviada no dia 28 de março de 2003, após a guerra ser iniciada. No seu conteúdo ficava patente o esforço de se restabelecer as parcerias e a cooperação entre os Estados Unidos e os países europeus, fortemente abaladas em função da intervenção militar no Iraque. Para tanto, a carta reconhecia o papel importante levado a cabo pelo primeiro-ministro inglês Tony Blair, que vinha se esforçando para que os Estados Unidos e Europa voltassem a trabalhar novamente como parceiros e não rivais. A construção de um Iraque democrático, próspero e estável, prossegue a carta, só será possível mediante a forte contribuição da comunidade internacional e a atuação de Organismos Internacionais, sobretudo a OTAN.

¹ Statement on Post-War Iraq, March 19, 2003: <http://www.newamericancentury.org/iraq-20030319.htm> - Second Statement on Post-War Iraq, March 28, 2003: <http://www.newamericancentury.org/iraq-20030328.htm>

² Resolução de 8 de novembro de 2002 oferecendo ao Iraque uma “última oportunidade para cumprir com as obrigações de desarmamento”.

³ <http://www.newamericancentury.org/iraqstatement-032803.htm>

O consenso entre neoconservadores e liberais no que tange à política externa norte-americana para o Iraque não se reduziu apenas ao episódio dessas cartas. Em junho de 2004, por exemplo, Ivo Daalder e Robert Kagan escrevem juntos um artigo publicado no *Washington Post* afirmando que, para o bem da OTAN, a Alemanha e França devem enviar tropas e ajudar a reconstrução do Iraque.⁴ Ambos os autores tornaram a assinar o mesmo artigo duas vezes em 2007.⁵ Por diversas vezes também o analista liberal Michael O'Hanlon da *Brookings Institution*, se juntou à Frederick Kagan, respeitado intelectual neoconservador do *American Enterprise Institute (AEI)*, para escreverem artigos juntos⁶.

À primeira vista, essa comunhão entre liberais e neoconservadores pode parecer um tanto controversa. Como seria possível, afinal, compreender a simbiose entre duas concepções de política externa tão díspares e, aparentemente, indissolúveis? Vemos, pois, com certa naturalidade o liberal como um arauto do multilateralismo e da cooperação, como aquele que crê na capacidade das instituições internacionais de resolverem os conflitos e que reputa ao direito internacional uma importância central para a sobrevivência de uma ordem global pacífica. Por outro lado, os neoconservadores são geralmente identificados com um pequeno e radical grupo que prega uma ordem unipolar comandada pelos Estados Unidos (imperialismo benevolente) como a única forma de se atingir estabilidade e a paz entre os povos. Ademais, os neoconservadores são geralmente lembrados pelo seu ceticismo em relação ao direito internacional e às instituições internacionais e por apoiar o uso da força de forma unilateral para promover os interesses dos Estados Unidos, mesmo que para isso se faça necessário derrubar regimes hostis e antidemocráticos.

⁴ KAGAN, Robert. DAALDER, Ivo. *The Allies Must Step Up*. June 20, 2004

⁵ America and the Use of Force: Sources of Legitimacy e The Next Intervention, 6 de agosto, 2007.

⁶ Making Iraq Safe for Politics: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/01/18/AR2008011802939.html>; Choosing Victory: A Plan for Success in Iraq: <http://www.brookings.edu/events/2006/1221iraq.aspx>

O presente trabalho nasce, portanto, com o propósito de buscar um entendimento mais aprofundado dessa suposta convergência entre liberais e neoconservadores, assim como compreender os pontos onde esses pensamentos se afastam. Nesse sentido, nosso esforço central será analisar os aspectos mais relevantes do pensamento ou das tradições liberal e neoconservador na política externa norte-americana, bem como explorar mais especificamente a relação entre estas duas influentes formas de se conceber as relações internacionais.

Contudo, o debate em torno desses dois pensamentos deve levar em conta uma reflexão a respeito do grande impacto das idéias de Woodrow Wilson na política externa norte-americana. É consensual entre analistas das mais diversas correntes de pensamento que o wilsonismo representa a principal matriz do pensamento americano em relações internacionais. Como afirmou Kissinger, Wilson foi “*um dos poucos casos de um líder que altera nas bases o curso da história de seu país*” (KISSINGER, 2001: 50). No primeiro capítulo discutiremos como o liberalismo e neoconservadorismo beberam, cada um à sua maneira, nas fontes wilsonianas.

Utilizaremos como objeto de análise as publicações de dois importantes *think tanks* norte-americanos de política externa - a *Brookings* e a *American Enterprise Institute* - a respeito da reconstrução do Iraque (de 15 de abril de 2003 a dezembro de 2006).⁷

Escolhemos os *think tanks* como objeto para entender o pensamento liberal e neoconservador nos Estados Unidos por diversos motivos. Primeiramente, porque os *think tanks* são pouco estudados no Brasil, muito embora esses institutos de pesquisa tenham se mostrado sobremaneira influente na história da política externa dos Estados Unidos. No Brasil, o único trabalho relevante sobre *think tanks* foi publicado recentemente pela jornalista

⁷ Mais adiante discutiremos a escolha do tema e a delimitação temporal indicada.

Tatiana Teixeira (2007), intitulado “*Os think tanks e sua influência na política externa norte-americana*”.

Fica difícil entender a razão de tal indiferença em relação à presença política dos *think tanks* dado que os próprios políticos norte-americanos reconhecem sua força, como é caso do ex-diretor de Política e Planejamento do Departamento de Estado dos Estados Unidos e Presidente da *Brookings Institute*, Richard Haass, quando observou que “entre as diversas influências na formulação da política de relações exteriores dos EUA, o papel das *think tanks* está entre o mais importante e o menos apreciado.” (HAASS, 2002)

Em uma pesquisa realizada entre membros da equipe do congresso e jornalistas que cobrem o Senado e a Câmara dos Deputados, Andrew Rich, professor de ciências políticas do *City College of New York*, descobriu que mais de 90% dos indivíduos considerava as “*think tanks*” como sendo “influentes ou muito influentes” sobre a política americana contemporânea (apud TALBOTT : 2002). É provável que o desinteresse dos especialistas pelos *think tanks* se deva à presença relativamente discreta desses órgãos na história política dos Estados Unidos. Em razão de realizarem seus trabalhos longe dos olhos da mídia, os *think tanks* acabaram recebendo menos atenção do que outras fontes políticas, como os grupos de pressão (lobbies), os partidos ou mesmo as rivalidades entre segmentos dentro do Estado. Não obstante, a história da política externa norte-americana do século XX registra que essas “*fábricas de idéias*” afetaram e continuam a afetar, direta e indiretamente, a escolha política dos tomadores de decisão nos Estados Unidos. De acordo com Haass:

Apesar desse perfil relativamente discreto, as “*think tanks*” afetam os formuladores de política externa americanos em cinco maneiras distintas: através do desenvolvimento de idéias e opções originais para

a política, através do fornecimento de uma equipe de peritos para atuarem no governo, através do oferecimento de locais para discussões de alto nível, através da educação dos cidadãos americanos sobre o mundo e através de esforços oficiais suplementares para a mediação e resolução de conflitos. (HAASS, 2000)

De uma forma geral, pode-se definir os think tanks como “organizações relativamente independentes, não-partidárias, sem fins lucrativos, que produzem conhecimento, dedicam-se a resolver problemas, desenvolver projetos de curto, médio e longo prazo, e realizar pesquisas, sobretudo nas áreas de política públicas, tecnologia, social ou de política estratégica e militar, visando ganhar apoio e influenciar no processo político, seja em maior ou menor grau” (TEIXEIRA, 2007b: 105). Eles ocupam, portanto, um lugar de extrema relevância crítica entre a academia e o governo, criando, nas palavras de Haas (2002), “uma ponte de ligação entre o mundo das idéias e da ação”.

Os *think tanks* surgiram no início do século XX em virtude, sobretudo, do caráter altamente descentralizado do sistema político norte-americano. A partir de então, os *think tanks* se multiplicaram ao longo de todo século XX, sempre refletindo marcos importantes na história norte-americana. Atualmente somam-se, só nos Estados Unidos, mais de mil e quinhentos *think tanks* (ABELSON, 2006) que produzem idéias das mais variadas orientações políticas e ideológicas.

Para este trabalho, escolhemos dois grandes e influentes *think tanks*: a **Brookings Institution**⁸, para analisar o pensamento liberal-internacionalista e o **America Enterprise Institute (AEI)**⁹ para examinar a vertente neoconservadora.

A *Brookings Institution* foi concebida pela iniciativa de Roberto Brookings em 1916, e fez parte da chamada primeira geração de *think tanks*, ou onda liberal-progressista (Abelson: 2002). Essa época foi marcada, nos Estados

⁸ www.brookings.edu

⁹ www.aei.org

Unidos, pela fé no conhecimento e pela crença na razão como instrumento para construir instituições e transformar a ordem social e econômica. Essa primeira onda de *think tanks* buscou ao máximo se tornar “universidades sem alunos”¹⁰, assumindo, desta forma, um caráter mais acadêmico, desinteressado e de orientação liberal. Teixeira salienta que “o modelo era o Brookings, que se mantém até os dias de hoje como um dos think tanks de mais alta credibilidade nos EUA, sendo o mais citado pela mídia”. (TEIXEIRA, 2007b: 107)

A *Brookings* tem estado preferencialmente na história dos Estados Unidos ao lado dos democratas. As administrações de Bill Clinton e Jimmy Carter, por exemplo, contrataram diversos especialistas da *Brookings* (HASS: 2002). Da mesma forma, nas eleições de 2008, oito especialistas da *Brookings* participam da campanha dos democratas, três deles aconselhando a candidata Hillary Clinton e cinco dando suporte ao candidato Barack Obama.¹¹

Em maio de 2002, a *Brookings* criou um centro de estudo sobre Oriente Médio, o *Saban Center for Middle East Policy*. O *Saban Center* possui equipes de especialistas distribuídas para pesquisarem três importantes temas: “mudança de regime e construção nacional do Iraque”, “Relações Palestino-Israelenses” e as “Relações dos Estados Unidos com o Mundo Islâmico”. Nossa análise deverá estar focada na produção intelectual de três especialistas membros do *Saban Center*, Ivo Daalder, Michael E. O’Hanlon e Kenneth M. Pollack.

O nome de Ivo Daalder, Michael O’Hanlon e Kenneth M. Pollack tem sido freqüentemente associado a um grupo denominado “falcões liberais” (*liberal hawks*) que para Tom Barry (2004) defendem a *Pax Americana*

¹⁰ Expressão cunhada com freqüência na literatura para se referir à *Brookings Institution*. Strobe Talbott. *The Brookings Institution: How A Think Tank Works*.

¹¹ The Washington Post, *The War Over The Wonks*. **Hillary Clinton**: Martin S. Indyk, Michael O’Hanlon e Strobe Talbott. **Barack Obama**: Jeffrey Bader, Ivo H. Daalder, Philip H. Gordon, Susan E. Rice e Bruce O. Riedel.

como a condutora da revolução democrática no globo. Outros intelectuais liberais também já foram identificados com esse grupo, como Ronald D. Asmus, Will Marshall e Thomas L. Friedman.

O outro *think tank* escolhido, o *American Enterprise Institute for Public Policy Research* (AEI), foi fundado em 1943 e também pertence, segundo a classificação de Abelson, à primeira geração de *think tanks*. A instituição nasceu alinhada ao pensamento conservador norte-americano - mais tarde representado pela visão do ativista Barry Goldwater -, dedicando-se a fortalecer e preservar as fundações livres, à iniciativa privada, o governo limitado e deu grande ênfase para os temas de política externa e defesa. O *AEI*, desde o seu nascimento, se inspirou no modelo do *Brookings*, tentando se tornar, na medida do possível, uma “*Brookings* conservadora”. Na década de 70 o *think tank* já era considerado um rival do *Brookings* e, através de publicações curtas para o legislativo, *papers*, seminários, eventos e distribuição de matéria pra rádio e TV, se mostrou bem sucedido na disseminação do pensamento conservador. (TEIXEIRA, 2007b: 203)

Foi também durante a década de 70 que o *AEI* iniciou sua aproximação com o pensamento neoconservador. Quando assumiu a presidência da *AEI*, em 1954, William Baroody ainda comungava com os valores tradicionais da direita norte-americana e enfatizava, sobretudo, as questões de ordem econômica influenciado pelo pensamento de Milton Friedman e Paul McCracken. No entanto, em meados dos anos 70, Baroody se viu atraído pelas idéias de Irving Kristol, tido como o pai-fundador do movimento neoconservador. O envolvimento do *AEI* com o emergente grupo ideológico culminou no convite para Irving Kristol integrar o *think tank* como membro honorário e com o recrutamento de outros intelectuais neoconservadores para participarem do instituto, entre eles Jeane Kirkpatrick, Michael Novak e Ben Wattenberg.

A orientação do *AEI* como um *think tank* neoconservador se manteve mesmo com a morte de Baroody. Embora tenha perdido força na década de 80 com o aparecimento de dois outros *think tanks* conservadores,

como a *Heritage Foundation* e *Cato Institute*, o *AEI* seguiu influenciando a opinião pública e os formuladores de política externa. Em 1988 o então presidente Ronald Reagan declarou:

O *AEI* está no centro da revolução das idéias, da qual eu também fui parte. Nossas idéias foram recebidas com diferentes de desprezo e hostilidade pelo que costumamos a chamar de instituições do *establishment*. A Universidade, então único lugar de sabedoria, tornou-se particularmente indiferente. E então foi necessário criar nossas próprias instituições de pesquisa, como lugares onde acadêmicos podiam se reunir sem se render ao senso comum. E o consideravelmente distinto corpo de trabalho é a prova da vitória do *think tank*. Porque , hoje, a mais importante sabedoria americana sai dos nossos *think tanks*, e nenhum *think tank* tem sido mais influente que o *American Enterprise Institute*. (apud TEIXEIRA, 2007)

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os neoconservadores ganharam força e se tornaram o grupo mais influente em Washington. Muitos nomes atrelados ao *AEI* trabalharam para a administração Bush, como John Bolton, Eliot Cohen, Thomas Donnelly, David Frum, Frederick Kagan, Richard Perle, Danielle Pletka, entre outros. A influência do *think tank* nas decisões tomadas pelo governo norte-americano a partir de setembro 2001 levou o presidente George Bush a declarar em um jantar realizado na sede do *AEI* no dia 26 de fevereiro d 2003:

No *American Enterprise Institute* alguma das melhores mentes de nossa nação trabalham em alguns dos nossos maiores desafios. Vocês fazem um trabalho tão bom que a minha administração pegou emprestadas 20 dessas mentes. Quero lhes agradecer pelo seu serviço, mas também quero lembrar as pessoas que durante 60 anos os estudiosos do *AEI* para o nosso país e nosso governo, e estamos agradecidos por essas contribuições. (idem: 206)

É importante salientar o motivo que nos levou a escolher o AEI ao invés da *Project for the New American Century* (PNAC). O *think tank* PNAC foi criado em 1997 por William Kristol, filho de Irving Kristol, e exerceu papel fundamental na disseminação do pensamento neoconservador nos Estados Unidos. Eles mantiveram, por quase dez anos, publicações regulares de artigos, livros, relatórios e estudos além de redigirem cartas, como as citadas acima, que foram enviadas para os governos de Clinton e Bush. Porém, o PNAC encerrou suas atividades no final de 2005, devido ao seu orçamento modesto, estrutura exígua, escassa agenda de eventos e pouca visibilidade na mídia¹².

O tema da guerra e da reconstrução do Iraque foi escolhido porque entendemos que o assunto fornece alguns elementos-chave na discussão dos dois pensamentos de política externa analisados e porque trata da questão mais importante na política externa norte-americana. Segundo Condoleezza Rice “*o Iraque é o microcosmo da região, com suas diversidades étnicas e divisões sectárias, e a construção de um Iraque democrático após a queda de Saddam irá transformar não apenas a paisagem do Iraque como a de todo o Oriente Médio.*” (RICE, 2008)

Tanto liberais quanto neoconservadores, quando refletem sobre a guerra e a reconstrução do Iraque, abordam, direta ou indiretamente, a natureza do regime político como princípio ordenador do Sistema Internacional, a legitimidade e o uso da força, a relação entre democracia e política externa e o lugar dos Estados Unidos na Ordem Internacional. Como veremos de forma mais aprofundada no primeiro capítulo, as questões em torno da guerra e da reconstrução do Iraque produziu no meio intelectual norte-americano um rico e intenso debate, como foi o caso da rusga entre Fukuyama e Krauthammer.

Assim pretendemos analisar atentamente as publicações do *Brookings* e do *AEI* no período que compreende de primeiro de maio 2003 a 10 de janeiro de 2007. Trata-se de dois divisores de água na história recente do Iraque. O dia primeiro de maio de 2003 é considerado pelas autoridades norte-americanas o fim da invasão militar no Iraque, ocasião em que as forças regulares de Saddam Hussein foram

¹² Tom Barry, "Special Report: Rise and Demise of the New American Century", International Relations Center, June 28, 2006.

derrotadas pela Coalizão¹³. A partir de então, iniciou-se o esforço por parte dos Estados Unidos para transformar e reconstruir o Estado Iraquiano enquanto começava uma outra guerra, de caráter irregular e levada a cabo por insurgentes das mais variadas facções políticas e religiosas. Em 10 de janeiro de 2007 a administração Bush anuncia uma mudança na estratégia para o Iraque, denominada “*The Surge*”:

Os Estados Unidos mudarão sua estratégia para ajudar os iraquianos a conduzirem a campanha para eliminar a violência sectária e trazer segurança para o povo de Bagdá. Isso exigirá um aumento nos níveis de força dos Estados Unidos. Então, ordenei o envio de mais de 20 mil tropas adicionais para o Iraque. A vasta maioria deles – cinco brigadas – será empregada em Bagdá.¹⁴

O presente trabalho utilizará, como orientação metodológica, a abordagem oferecida pela escola de Cambridge a respeito da História das Idéias, sobretudo o pensamento de Quentin Skinner. Com efeito, pretendemos fazer um estudo das idéias produzidas pelos *think tanks* marcado por um espírito genuinamente histórico, onde a principal tarefa reside na contextualização intelectual dos textos em estudo de maneira a compreender o sentido que seus autores os atribuíram. Portanto, não é propósito desta pesquisa penetrar nos processos mentais dos especialistas que produzem idéias no interior dos *think tanks*, mas sim utilizar as técnicas básicas da investigação histórica no sentido de apreender os seus conceitos, seguir as suas distinções, compreender suas crenças e, na medida do possível, transmitir as coisas tal como elas são. Tentamos seguir, dessa forma, o ensinamento de Quentin Skinner quando ponderou que "caso a crença venha provar que era racional para o agente

¹³ 43 dias após o início da Guerra, o Presidente Bush declara que está encerrado o combate com as tropas regulares do regime iraquiano. Para transcrição do discurso, ver: <http://edition.cnn.com/2003/US/05/01/bush.transcript/index.html>

¹⁴ Presidente George W. Bush em "President's Address to the Nation", Office of the Press Secretary, 10 de Janeiro de 2007. <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2007/01/20070110-7.html>

que a adotou, teremos que investigar as condições que tal ocorreu." (SKINNER, 2002 : 39)

Portanto, uma questão fundamental que este trabalho pretende evitar é “*tomar uma posição sobre a verdade das idéias*” (SKINNER, 2005: 49). Nosso propósito não é, por exemplo, fazer qualquer apreciação conceitual e teórica sobre a 'democracia', senão compreender o sentido que os atores atribuem à 'democracia' numa acepção estrita e historicamente contextualizada.

Outro ponto fundamental que dá suporte a esta pesquisa diz respeito ao campo das percepções, uma dimensão vital nas Relações Internacionais. Como salientou John Stoessinger (1975 : 578), “*até certo ponto, as relações internacionais são o que as pessoas acreditam que elas sejam*”. Entende-se, portanto, que os domínios da imaginação e da ilusão também afetam a percepção que os *think tanks* têm da realidade política no Iraque e que, por vezes, os homens reagem não às coisas reais, mas às ficções que eles próprios criam em torno delas.

Assim, é necessário distinguir a natureza das opiniões produzidas pelos *think tanks*, isto é, como esses institutos percebem o mundo exterior em termos de imagens pré-concebidas e de estereótipos, do processo decisório dos Estados Unidos no campo das Relações Internacionais. Minha investigação poderia incorrer num equívoco metodológico caso não estabelecesse a diferença entre “quem toma as decisões” e os que as “influenciam”. Portanto, **não** será nosso objeto estudar o processo decisório da política externa norte-americana, mas sim os atores que as influenciam, neste caso os *think tanks Brookings* e *AEI*.

CAPÍTULO 1 – A DISPUTA PELO WILSONISMO: LIBERAL *VERSUS* NEOCONSERVADOR

Quando o comunismo ruiu, a idéia wilsoniana, de que o caminho da paz era a segurança coletiva mais o âmbito mundial para as instituições democráticas, foi adotada pelos dois grandes partidos políticos americanos.

(Henry Kissinger, Diplomacia. p. 55.)

A última década do século XX assistiu ao desmoronamento de um sistema de poder que se ergueu por mais de 40 anos sobre o equilíbrio bipolar entre Estados Unidos e URSS. Desde o fim da Segunda Guerra, a política externa norte-americana foi formulada tendo como base a disputa com a União Soviética: da estratégia da contenção, formulada por George Keenan em 1946, passando pela dissuasão nuclear e o equilíbrio do terror; da detentè, na década de 70, até a agressiva doutrina Reagan. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos se viram forçados a repensarem seu papel na Ordem Internacional emergente, tal qual ocorrera no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial. Desde a empreitada levada a cabo por Woodrow Wilson, na ocasião em que os Estados Unidos assumia primeira vez a responsabilidade pela ordem internacional, a política externa norte-americana surgiu com poder e força moral para moldar a sociedade de estados do século XX aos seus próprios valores.

Não se tratava, porém, de um caso inédito na história das relações internacionais. Os principais momentos de construção da ordem internacional se deram ao final de grandes guerras, nas quais as potências vencedoras conduziram e reordenaram a política mundial. Como salienta Henry Kissinger, no século XVII a França do cardeal Richilieu introduziu a maneira moderna de tratar as relações internacionais, baseada no estado-nação e tendo

os próprios interesses nacionais como objetivo permanente. No século XVIII, a Inglaterra criou o conceito de equilíbrio de poder, que dominou a diplomacia europeia nos duzentos anos seguintes. No século XIX, a Áustria de Metternich construiu o concerto da Europa e a Alemanha de Bismarck o demoliu (KISSINGER, 2001: 14).

Contudo, observa Nasser que, ao rechaçar a prática diplomática europeia, a proposta wilsoniana de nova ordem internacional traria ao cenário internacional uma perspectiva nova e revolucionária: “*na visão de Wilson, a geopolítica clássica deveria ser substituída gradualmente pela formação de uma comunidade internacional organizada capaz de prover segurança a todos os membros através procedimentos regulamentados juridicamente*”. (NASSER, 2006: 96)

Se, por um lado, o liberalismo de matriz wilsoniana foi a escola de pensamento predominante nos vinte anos entre as duas grandes guerras, por outro, foi durante a Guerra Fria que o realismo alcançou seu esplendor, entre intelectuais e acadêmicos, como o conjunto de idéias que melhor explicava o comportamento dos Estados e que fornecia os mais convincentes subsídios conceituais para compreender a guerra e a paz e a natureza do sistema bipolar. O colapso do bloco socialista, no entanto, transformou dramaticamente a configuração de forças no Sistema Internacional, repercutindo em grande parte dos analistas, líderes políticos e da opinião pública.¹⁵

Antes mesmo da nova ordem se consolidar, alguns autores já se mostravam nostálgicos com relação ao sistema de poder que desmantelava. Foi o caso, por exemplo, do eminente pensador neorealista, John Mearsheimer (1990), que viu com pessimismo a chegada da Nova Era, argumentando, com base nos pressupostos teóricos de Waltz (1979), que a estrutura bipolar da Guerra Fria era uma poderosa força estabilizadora e sua alteração colocaria a

¹⁵ Para uma discussão mais detalhada das transformações no Sistema Internacional pós-guerra fria, ver IKENBERRY “*After Victory*”.

paz à beira do colapso. Outra perspectiva que foi exaustivamente debatida foi a de Huntington (1993), cujo argumento central era de que o cenário que se desenhava no pós- Guerra Fria seria marcado pela substituição das guerras entre Estados nacionais pelo choque entre civilizações.

Thomas Friedman (1992) interpretou, em um misto de ceticismo e otimismo, a nova ordem emergente como um encontro entre as forças modernizantes da globalização, representada pelo automóvel Lexus, e o apego às tradições e aos costumes estabelecidos pela história, representada pela oliveira:

Atinei então que o Lexus e a oliveira eram, realmente símbolos muito bons dessa era pós-Guerra Fria: metade do mundo parecia sair da Guerra Fria com intenção de produzir um Lexus melhor, com o propósito de modernizar, dinamizar e privatizar suas economias, a fim de prosperar no sistema da globalização. E metade do mundo – às vezes, metade do mesmo país, às vezes metade da mesma pessoa – ainda estava brigando a respeito de quem possui a oliveira (FRIEDMAN: 1999, 54)

Todavia, o otimismo liberal do início dos anos 90 predominou sobre as perspectivas céticas e pessimistas. De maneira geral, a vitória do capitalismo sobre o socialismo soviético foi recebida com muito entusiasmo e encarada como uma oportunidade para se construir uma paz duradoura, baseada em uma agenda global que priorizasse, fundamentalmente, o avanço dos regimes democráticos, os direitos humanos, as liberdades civis, a igualdade perante a lei, a autodeterminação, o direito internacional, a liberdade de mercados, a proteção ao meio-ambiente, o controle das armas de destruição em massa, etc.

A reflexão que melhor sintetizou o otimismo liberal dos primeiros anos pós-Guerra Fria foi a obra de Fukuyama (1989) sobre o “Fim da História”. A polêmica tese trazia um caráter deliberadamente historicista, fundamentado na filosofia de Hegel e adaptada à tradição anglo-americana do liberalismo, onde, segundo seu vaticínio, a história trilharia seu curso inevitável,

partindo dos regimes autoritários e finalizando seu rumo nas democracias liberais. Assim, o encerramento da Guerra Fria representaria também o fim do período em que as guerras desempenhavam um importante papel na história. Com o aporte de uma filosofia de caráter essencialmente teleológico, Fukuyama acreditava que o triunfo do regime democrático e da economia capitalista de mercado, entendidas como formas históricas superiores, levaria o desenvolvimento humano ao seu mais elevado grau, criando condições sustentáveis e pacíficas para a realização plena do espírito humano.

O entusiasmo com a Nova Ordem recebeu considerável impulso quando o Conselho de Segurança da ONU votou, em 1991, unanimemente pela intervenção militar no Iraque. O comprometimento inédito das grandes potências com a ONU e, conseqüentemente, com um sistema global de segurança coletiva, parecia por fim a um longo período durante o qual a organização foi repetidamente negligenciada pelos seus mais importantes membros. Foi nessa ocasião que o ex-presidente norte-americano George H. W. Bush anunciou, no dia 11 de setembro de 1990, a chegada de uma Nova Era nas relações internacionais:

Fora desses tempos turbulentos, nosso quinto objetivo – uma nova ordem mundial – emerge: Uma nova era – mais livre da ameaça do terror, mais forte na busca pela justiça para a paz. Uma era nas quais as nações do mundo, leste e oeste, norte e sul, podem prosperar e viver em harmonia.¹⁶

Se recorrermos à história da política externa norte-americana no século XX notamos que o discurso anunciando a chegada da *Nova Era* - marcada pela “paz, justiça e harmonia” e o fim dos “tempos turbulentos” e da “ameaça do terror” - se assemelha às expectativas de Wilson com relação à

16

http://bushlibrary.tamu.edu/research/public_papers.php?id=2217&year=1990&month=9

Ordem Internacional que se desenhou após a Primeira Guerra Mundial. O mundo pós-Guerra Fria aparentava conter os elementos que Wilson sempre almejou: o fim dos conceitos tradicionais de poder consagrados pela experiência diplomática européia; a liderança norte-americana como farol de uma ordem harmoniosa, democrática e pacífica; e as condições propícias para o funcionamento da segurança coletiva sob os auspícios de uma organização mundial.

Portanto, o fim da Guerra Fria criava a oportunidade para a aplicação de uma “paz comum organizada” no lugar das “rivalidades organizadas” por meio da universalização dos governos democráticos e promoveria a prática de “uma diplomacia nova e mais saudável” baseada no “elevado código de honra que exigimos das pessoas” (*apud* KISSINGER, 2001: 18).

O resgate da concepção internacionalista de Woodrow Wilson por George H. W. Bush foi observado por Tucker e Hendrickson (1992, 56):

In Bush's vision of a new world order, we witnessed a replay of sorts of Woodrow Wilson's vision of a new world order. For both, the states of the world, great and small, were to be guaranteed the same right of respect for their sovereignty and territorial integrity. For both, the peace of the world was to be maintained and democratic societies to be made safe against the threat of arbitrary power by a universal system of collective security which would create a community of power in place of the age-old balance of power (the threat to peace and order being considered general rather than specific). And, of course, for both, the United States was destined to play the role of leadership in the new world order, a role that fell to the nation primarily because it alone had "sufficient moral force" (Wilson) or "moral standing" (Bush) to lead the other nations of the world. (TUCKER E HENDRICKSON, 1992, 56-57)

Embora as transformações de poder do mundo pós-Guerra Fria tenham criado condições para a legitimação da ideologia liberal internacionalista, pode-se dizer que o advento de Wilson, que conduziu os EUA do isolacionismo para um agente transformador da política internacional, alterou definitivamente a política externa dos EUA ao longo do século XX. Seu legado de que as autocracias, as economias fechadas, a *realpolitik* são males que levam as nações à guerra permaneceu na política externa norte-americana ao longo de todo século XX, incorporados seja por governos republicanos ou democratas, e atingiu seu esplendor com o fim da Guerra Fria.

É preciso evitar, contudo, o equívoco cometido amiúde por analistas quando consideram o legado wilsoniano como um conjunto de idéias ingênuas, sentimentais, altruísticas e desapegadas de interesses. Como veremos mais adiante, os princípios gerais que sustentam o pensamento internacionalista de Wilson, como o célebre mote “tornar o mundo seguro para a democracia”, encontram-se profundamente ancorados em uma concepção pragmática e bem definida de interesse nacional. (SMITH : 1995: 9) Faz-se necessário, portanto, empreender uma análise mais atenta a respeito do wilsonismo com objetivo de compreender as inúmeras nuances deste conjunto de idéias que, nas palavras de Kissinger (2001, 43), “moldou o pensamento americano”.

1.1 - O “wilsonismo” de Wilson

Foi durante os turbulentos anos da Primeira Guerra Mundial que o então presidente dos EUA, Woodrow Wilson, apresentou os alicerces que sustentavam sua idéia de ordem mundial. Ele o fizera em oposição à consagrada experiência européia que, por trezentos anos, estruturaram sua ordem a partir do equilíbrio de interesses nacionais e suas estratégias na busca de segurança. Em linhas gerais, os fundamentos da ordem wilsoniana estavam ancorados em três pontos: democracia, autodeterminação e segurança coletiva.

Contudo, antes de aprofundar a análise a respeito da visão wilsoniana de ordem internacional, iremos primeiramente indicar o que entendemos por ordem internacional.

Neste trabalho adotaremos o sentido de ordem internacional definido por Hedley Bull como sendo um padrão ou disposição das atividades internacionais que sustentam os objetivos elementares, primários ou universais de uma sociedade de Estados. Para o autor, sociedade de estados deve ser entendida como um grupo de comunidades políticas independentes que são conscientes de certos valores e interesses comuns e mantêm-se ligados por um conjunto de regras e instituições. Bull observa que são quatro os objetivos que sustentam uma ordem internacional: 1) a necessidade de preservação do sistema e da sociedade de estados; 2) a finalidade de manter a independência ou a soberania externa dos estados individuais; 3) o objetivo da manutenção da paz; 4) limitação do uso da violência (BULL: 2003, 19 - 26).

Outras concepções alternativas de organização política universal podem existir fora do atual sistema de estados. Essas organizações poderiam se estabelecer como um sistema que não forma necessariamente uma sociedade, o que tornaria a própria sobrevivência do sistema inviável; outra forma concebível seria uma organização de Estados não formando um Sistema, onde o relacionamento externo se daria mais entre as nações que entre os governos; e por fim, e mais importante para este trabalho, pode-se conceber a idéia de um governo mundial, se estabelecendo pela conquista se impondo como um império universal ou através de uma cosmópolis (república universal) formada a partir do consenso e consentimento entre os estados (Ibidem: 280-284).

De acordo com IKENBERRY, (2001: 17) o problema central da formação da ordem internacional decorre do aparecimento de uma nova assimetria de poder. O clássico problema ordem política, segundo o autor, está sintetizado na seguinte questão: como um sistema de relações estáveis e mutuamente aceitáveis pode ser estabelecido entre estados fracos e fortes? As

guerras criam vencedores e perdedores, intensificam as diferenças entre fortes e fracos e destroem as regras e instituições da velha ordem. Nessa situação, as possibilidades de ordem são: estados poderosos ou hegemônicos podem engrandecer sua posição; estados podem buscar segurança por meio do equilíbrio de poder; ou os atores podem criar uma ordem política mais institucionalizada.

Eleito em 1912 como presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson foi um intelectual cuja formação esteve intimamente ligada a Era Progressista da história norte-americana. A maior parte da ideologia progressista foi defendida por missionários do evangelho social que tentavam ainda reinterpretar o cristianismo em termos de necessidades humanas temporais e por cientistas sociais que persistiam em minar as bases do individualismo do século XIX. No entanto, para a maioria dos progressistas o principal objetivo não era a erradicação da pobreza ou das desigualdades, mas a criação de uma ordem social racional estável e eficiente. Em primeiro lugar, os progressistas tinham como meta acabar com a corrupção e devolver o poder para os “bons cidadãos”. (SELLERS, MAY, McMILLEN: 1990, 281).

Em discurso de 1919, Wilson afirma que o “liberalismo é a única coisa que pode salvar a civilização do Caos... O liberalismo deve ser mais liberal que outrora, e mais radical, para a civilização escapar do tufão” (WILSON apud GARDNER). O liberalismo consistia a pedra de toque na qual Wilson baseou suas esperanças por uma nova ordem mundial pacífica. Em certa medida, pode-se afirmar que as bases do pensamento wilsoniano foram marcadas por uma profunda influência calvinista somada a concepções evolucionistas e progressistas advindas do liberalismo. Como afirmou Stephen Schuker. “as bases da visão de Wilson não derivaram do escrutínio empírico dos registros de guerra da Alemanha, mas de predisposições do liberalismo humanitário do século XIX e da religião presbiteriana”. (SCHUKER, 1998:102)

O impacto do cristianismo pode explicar um outro caráter importante da ideologia wilsoniana que a torna tão influente tanto nos Estados Unidos quanto no resto do mundo. Nas palavras de Walter Russel Mead:

Ele [o wilsonismo] constitui um ideal universal, e não específico. Ou seja, nenhuma raça, grupo de pessoas, país ou cultura está, **em princípio** [grifo nosso], excluído da visão wilsoniana de um mundo formado por pacíficas democracias, respeitadas umas com as outras. [...] Ao contrário da ideologia imperial britânica, o wilsonismo provou ser capaz de evoluir e tem-se constituído, de modo geral, uma força favorável ao reconhecimento da igualdade, tanto dentro quanto fora dos EUA. As leis internacionais, tal como imaginadas pelos wilsonistas, protegerão os países pobres e fracos da mesma maneira que os ricos e pobres e fortes. Um sistema puramente wilsoniano substituiria a força pelo direito, no tribunal das nações. Trata-se de uma visão inebriante, capaz de agradar aos equatorianos e aos etíopes tanto quanto aos estadonidenses, e confere grande vantagem aos Estados Unidos. (MEAD 2006: 237)

Alguns temas aparecem associados diretamente à idéia de ordem internacional wilsoniana, muitos deles expressos no “discurso dos Quatorze Pontos”¹⁷, como a de que o nacionalismo deveria ser respeitado como um dos mais poderosos sentimentos sociais e que a democracia seria a mais pacífica e a única forma legítima de governo; que os EUA teriam o interesse e a obrigação moral de disseminar esses princípios pelo mundo; que não deveria haver mais diplomacia secreta; que a democracia e o capitalismo seriam mutuamente elementos que reforçariam o sistema de ação coletiva; que em um mundo composto por muitos estados dependeria de um entendimento mútuo e um propósito comum e clamaria por um respeito ao direito internacional sustentado por instituições multilaterais; e que um sistema global de segurança coletiva se faria necessário para por fim às agressões.

Embora esses temas integrem a visão de ordem de Wilson, a maioria deles acabam sendo corolários de três princípios fundamentais do

¹⁷ Janeiro de 1918

pensamento wilsoniano: **a democracia, a autodeterminação e a segurança coletiva.**

O primeiro princípio da visão wilsoniana de ordem internacional é que as democracias são melhores e mais pacíficas que as autocracias. Esse princípio foi decididamente absorvido pela política externa norte-americana e a política de propagação da democracia, afirma SMITH (1995: 147), ganhou considerável impulso principalmente após a Segunda Guerra com o sucesso alcançado na Alemanha, Itália e Japão. Como afirma o autor, nos três casos as formas democráticas de governo criaram raízes e as três antigas potências do eixo tornaram-se aliados confiáveis dos EUA.

No entanto, há que se observar que a idéia de que a natureza dos regimes políticos condicionam o comportamento externo dos Estados precede as concepções liberais wilsonianas. Em certa medida, o significado contemporâneo de democracia se assemelha à 'república constitucional' pensada por Kant (2002) como única forma de governo capaz de levar o mundo à paz perpétua. Essas repúblicas eram, em linhas gerais, formadas por constituições livres, governos representativos e mantidas pela separação de poderes. Ademais, o projeto de paz perpétua kantiano contava com a imprescindível existência de um direito cosmopolita e de tratados internacionais estabelecendo uma união pacífica entre as repúblicas.

Embora a idéia da paz democrática incorporada por Wilson contenha precedentes teóricos no liberalismo kantiano, pode-se dizer que sua essência encontra-se mais profundamente ancorada na experiência e no entendimento norte-americano da política internacional que nas referências teóricas européias. Como observa Smith (1995), o internacionalismo democrático de Wilson não representou uma ruptura radical com a tradição política de segurança nacional norte-americana, pelo contrário, Thomas Jefferson "insistia que os EUA só poderiam participar da comunidade internacional se ela fosse dominada por regimes democráticos" (SMITH, 1995:84).

Da mesma forma, KISSINGER (2001: 45) adverte que Wilson apenas reafirmou o que era corrente desde Jefferson, porém com roupagem de ideologia de cruzada. Assim, consiste idéias basilares do wilsonismo: (1) a missão norte-americana transcende a diplomacia ordinária, penhorando-a em modelo de liberdade para o resto do mundo; (2) a política externa das democracias é moralmente superior, pois os povos são em si amantes da paz; (3) a política externa deve refletir os padrões morais da ética pessoal e (4) o Estado não tem direito a uma moralidade em separado.

Argumenta Russel Mead (2006), por outro lado, que os jeffersonianos, ao contrario dos wilsonianos, acreditam que a democracia norte-americana foi um fruto difícil de se colher e que estendê-la ao exterior seria um esforço inócuo e perigoso:

Esse espírito defensivo está muito distante do fervor revolucionário internacional da corrente de pensamento wilsoniana na vida estadunidense. Os wilsonianos podem ser considerados os trotskistas da Revolução Norte-Americana: eles acreditam que a segurança e o sucesso da Revolução, internamente, exigem sua disseminação pelo mundo. Já os jeffersonianos adotam a visão stalinista: a construção da democracia em um único país já é desafio suficiente; e eles se mostram céticos a respeito das perspectivas de sucesso revolucionário no exterior temerosos quanto aos perigos que poderiam advir, no plano interno, das enormes complicações causadas por lutas no estrangeiro. (MEAD, 2006 : 253)

A partir de Wilson não mais seria suficiente que a ordem internacional fosse composta por estados soberanos. Para que uma paz duradoura vingasse, seria imprescindível que os estados, além de soberanos, fossem democraticamente constituídos. Na perspectiva wilsoniana, a maior vantagem de um governo democrático é que ele é mais estável e menos agressivo que os governos autocráticos. Democracias são mais estáveis porque contêm uma fórmula de acomodar as forças sociais em conflito através de uma ordem estabelecida institucionalmente através do império da lei. (SMITH: 1995: 17) Por outro lado, as políticas de estados não-representativos são instáveis não

só porque seus governantes podem agir de forma arbitrária e equivocada, mas porque podem adotar políticas que não contam com o respaldo da sociedade e inclinar-se para direções incertas e impróprias. Argumentam os liberais que os governos democráticos tendem menos a divergir da opinião pública, que sempre paga pela guerra com sangue e dinheiro e, quando há troca de governante, as chances de mudanças radicais de direção são menores. Com efeito, nas democracias a política tende para o centro e para uma definição de interesse nacional mais racional, o que tornaria os regimes democráticos mais previsíveis e mais propensos a respeitar os compromissos assumidos.

Os regimes democráticos, por sua vez, são também menos agressivos porque a opinião pública, através de mecanismos institucionais de *'checks and balances'*, pode supervisionar as tomadas de decisão e prevenir o tipo de agressão externa praticada a partir dos caprichos egoístas e privados de um tirano. Neste sentido, MEAD (2006: 229) observa: *"Os wilsonianistas costumam comparar os Estados monárquicos, oligárquicos e tirânicos a pirâmides equilibradas sobre o vértice, ao passo que as democracias são pirâmides assentadas sobre a base. As primeiras são muito mais capazes de se deslocar de forma violenta e imprevisível."*

A crença na capacidade da opinião pública se posicionar de forma racional e pacífica, um dos componentes centrais da tradição liberal-democrata, é objeto permanente de crítica por parte dos teóricos realistas. Hans Morgenthau (2003), sustenta que a opinião pública se afigura como uma barreira para a formulação de uma política externa sensata e coerente, obstruindo os esforços para promover os interesses nacionais que transcendem os humores e paixões do momento. Na mesma linha de argumentação, Walter Lippmann observa que o homem comum encontra-se totalmente ligado a suas necessidades imediatas, não tem as informações suficientes para tomar decisões vitais ou está inclinado a posturas heróicas e insensatas em política externa. (HOLSTI, 1992)

Afirma Doyle (1981) que a cultura, a percepção e as práticas democráticas permitem o compromisso e a resolução pacífica dos conflitos sem a ameaça da violência dentro e fora das fronteiras do estado democrático. Em outras palavras, os estados que praticam a democracia acabam desenvolvendo uma percepção positiva dos outros regimes democráticos.

A despeito de uma vasta literatura de relações internacionais considerar o esforço norte-americano de promover a democracia no mundo uma forma moralista, idealista e utópica de se conduzir a política externa, a estratégia wilsoniana pode ser entendida como uma abordagem realista e pragmática de se conceber uma ordem mundial estável e relativamente pacífica. (IKENBERRY,1999)

Nesse sentido, ainda que seja claro o esforço dos wilsonianos em conduzir a diplomacia norte-americana na direção de um ideal, seria insuficiente compreender a insistência norte-americana em promover seus valores no exterior tendo como parâmetro somente a história da política doméstica dos EUA. Os eventos mundiais vistos de uma perspectiva histórica nos mostram os tipos de desafios enfrentados pelos EUA e nos oferece parte da explicação do porquê os norte-americanos tem agido no cenário internacional e por que tem sido relativamente bem-sucedido. Foi Wilson quem primeiro sustentou que governos democráticos não são apenas uma fórmula de estado mais previsível e estável. As democracias, na visão wilsoniana, integram o tipo de sistema político internacional que melhor estão em harmonia com os interesses e valores norte-americanos. (idem)

O segundo ponto fundamental do pensamento wilsoniano é a autodeterminação. Tal princípio encontra-se também profundamente enraizado na cultura e na história norte-americana. Lynch aponta que, embora o comprometimento de Wilson com a autodeterminação tivesse refletido muito mais uma atitude que uma política ou programa definido, o tão propalado princípio tem parte na tradição anglo-americana de nacionalismo cívico. Afirma o

autor que, em linhas gerais, para Wilson, autodeterminação significava o direito das comunidades se autogovernar. (LYNCH, 2002 : 6)

Numa ocasião onde os impérios Austro-Húngaro, Russo e Otomano se dissolviam, a grande sagacidade do presidente Wilson foi notar que o que ele chamou de “autodeterminação nacional” era muito mais uma antipatia para com os imperialistas. Com Wilson, pela primeira vez, os EUA propunham uma visão própria de uma ordem mundial estável. (SMITH, 266) Durante a Conferência de Paz em Versalhes, Wilson se mostrou reiteradamente simpático ao estabelecimento de governos nacionalistas na América Latina assim como apoiou os movimentos nacionais do leste europeu, o sionismo e a causa dos armênios.

A história diplomática norte-americana também nos fornece subsídios para que nos ajudem a entender o porquê de Wilson em promover de forma tão enfática a idéia da autodeterminação. Como salienta Ikenberry (1999), a política externa praticada pelos EUA ao longo de sua história seguiu rumos totalmente distintos da prática diplomática européia. De acordo com o autor, enquanto a França incorporava milhões de milhas ao seu império nos 40 anos até a Primeira Guerra, enquanto a Inglaterra anexou três milhões e a Alemanha e Rússia um milhão cada, os EUA mostraram relativo comedimento, preferindo uma pluralidade na ordem política mundial baseada na existência de diversas nacionalidades a um mundo controlado a partir de centros imperiais.

Contudo, por mais que Wilson tenha afirmado que “autodeterminação não era uma mera frase, mas um princípio imperativo de ação ao qual nenhum estadista do seu tempo poderia ignorar”¹⁸, MacMillan (2001) observa que Wilson não deixou claro o que entendia por ‘autodeterminação’:

¹⁸Wilson *apud* Tony Smith, 88.

Durante a Conferência de Paz, o chefe da missão americana em Viena pediu repetidas vezes a Paris e Washington uma explanação sobre o termo. Nenhuma resposta. Jamais foi fácil determinar o que Wilson queria dizer. “Desenvolvimento autônomo”, “o direito daqueles que se submetem à autoridade de terem voz ativa em seus próprios governos”, “os direitos e liberdades das pequenas nações”, um mundo seguro para “a nação amante da paz que, como a nossa, deseja viver sua própria vida, determinar suas próprias instituições” – as frases brotavam da Casa Branca, serviam de inspiração para os povos de todo o mundo. (MACMILLAN, 2001 : 20)

O terceiro fundamento da ordem wilsoniana é a segurança coletiva.

Ziegler esclarece o conceito de segurança coletiva:

O sentido técnico de segurança coletiva é um sistema de estados que se juntam, geralmente por meio da assinatura de um tratado, e se comprometem explicitamente a realizar duas coisas: (1) Eles renunciam ao uso da força pra resolver disputas entre eles, e (2) eles asseguram usar a força contra aquele que romper o as normas estabelecidas pelo tratado. Note que segurança coletiva partilha com o equilíbrio de poder o princípio “reunir força com a força opositora” ou “agrupar-se contra o agressor”. O agressor deve ser dissuadido pela chance de uma coalizão decisiva. Se a dissuasão falha, então o agressor deverá ser derrotado por uma ação militar levada a cabo por essa coalizão. (ZIEGLER 1999: 200)

A velha ordem, mantidas, nas palavras de Wilson, pelo equilíbrio de poder e criado pelo “balanço instável dos interesses competitivos” deveria dar lugar a uma comunidade de poder, que viria a estar no cerne da idéia wilsoniana de segurança coletiva. Segundo Wilson:

A questão sobre a qual toda paz futura e a política mundial depende é a seguinte: a presente Guerra é uma luta por uma paz justa e segura, ou é só para uma um novo equilíbrio? Se for só uma nova luta para um novo equilíbrio de poder, quem irá, quem pode garantir, o estável equilíbrio no novo arranjo político? Apenas uma Europa pacífica pode ser uma Europa estável. É preciso, não um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não uma organização de rivalidades, mas uma paz comum organizada. (WILSON apud SMITH, 1994: 23)

De forma geral, Wilson idealizava a segurança coletiva como sendo uma “associação universal das nações, para manter a segurança inviolável do caminho dos mares para o uso comum e livre de todas as nações do mundo, e para impedir qualquer guerra que comece de maneira contrária a dispositivos de tratados ou sem aviso, e total submissão das causas à opinião pública – uma garantia virtual da integridade territorial e da independência política.” (*apud* KISSINGER, 1991, 49)

Com efeito, Wilson pretendia por fim a uma era onde o equilíbrio de poder havia se provado um mecanismo ineficiente para conter as guerras. A Segurança Coletiva, por sua vez, composta por regimes onde a opinião pública tivesse voz, inauguraria um novo momento na história das relações internacionais.

Dado os três elementos formadores da ordem internacional wilsoniana, é preciso ressaltar a importância concedida ao papel dos EUA nessa ordem. Para Wilson, uma ordem estável, pacífica e democrática seria inviável sem a liderança norte-americana. A concepção missionária tão arraigada ao pensamento calvinista norte-americano, portanto, ganha no internacionalismo de Wilson considerável força política. O ímpeto liberal-revolucionário do wilsonismo somado ao sentimento de Destino Manifesto atribuído aos americanos pela Providência impulsionou os EUA a tomarem uma postura, por sua alegada condição de superioridade moral, de promotor da civilização, da liberdade e do progresso para os povos do mundo.

Arthur Schlesinger observa que o componente teológico esteve presente ao longo dos séculos na história dos EUA e que Wilson incorporou o calvinismo numa forma ideológica de se conceber a ordem internacional:

A mente calvinista havia proclamado que a América era uma nação redentora – no século XVIII, na teologia da Providência, de Jonathan Edward; no século XIX, na teologia da expansão, de Josiah Strong; no século XX, no evangelho da ordem internacional de Wilson, e na

convocação às armas por John Foster Dulles para uma guerra santa contra o comunismo ateu. (SCHLESINGER, 1992:58)

A análise de Walter Russel Mead (2006a) confere ao wilsonismo uma decisiva ênfase em seu caráter missionário. O autor descreve que o wilsonismo nasceu da atividade missionária religiosa, um movimento popular que floresceu no seio da cultura norte-americana e ganhou força no início do século XIX, muito antes do nascimento do próprio Woodrow Wilson. Aos poucos o movimento foi ganhando uma feição de ideologia secular e missionários partiram dos EUA para os quatro cantos do globo decididos a livrar as pessoas da opressão da superstição, do paganismo, do feudalismo e da ignorância; a combater a exploração dos pobres e a promover a democracia, a saúde pública e a alfabetização, reformar os costumes sexuais e por fim à opressão que as mulheres sofriam no exterior.

Mead argumenta que o traço wilsoniano carrega um pensamento que “insiste que os Estados Unidos têm o direito e o dever de mudar o comportamento do resto do mundo; e que podem e devem se preocupar não apenas com a maneira pela qual os outros países conduzem suas relações internacionais, mas, também, sua política interna.” (MEAD, 2006a : 196)

Mead ainda observa mais adiante:

Na verdade, muito do que hoje vemos como idealismo secular de esquerda possui raízes nas missões, da mesma forma que as escolas de Havard, Princeton e Yale nasceram como faculdades religiosas antes de evoluir para as universidades laicas que hoje conhecemos. (MEAD, 2006: 204)

Nas palavras de Schelesinger (1992: 57), a idéia de que os Estados Unidos é uma nação ungida pela Providência para redimir o mundo decaído se transformou em uma importante forma de se conceber a política externa que não deriva da história nem da experiência, mas da teologia que, por sua secularização, se transformou em uma poderosa ideologia.

Wilson acreditava-se falar em nome de toda humanidade e a encarar os valores americanos como universais, sendo o modelo político da democracia nos EUA o protótipo a ser seguido. A fundação dos Estados Unidos se fez em rejeição completa aos princípios do velho mundo e sua constituição, a democracia americana e até mesmo a forma americana de se relacionar com o mundo deveriam servir de exemplo às demais nações do globo. Com esse espírito Wilson afirmou que os EUA deveriam atuar como porta-voz de toda humanidade: “São os princípios americanos. Não podemos defender outros. E também os princípios e políticas de homens e mulheres de todas as partes que enxergaram à frente, de cada nação moderna, de cada comunidade iluminada. São os princípios do gênero humano e devem prevalecer” (WILSON *apud* MACMILLAN, 1994: 23)

Em 1919 Wilson expressou que, ao contrário do que se observara na turbulenta história européia, marcada pela dominância da ganância dos interesses dos reis e pela *realpolitik*, os EUA surgiam no cenário internacional como a única nação no globo cuja diplomacia era motivada pelos mais nobres ideais:

A América é a única nação idealista do mundo. O coração desse povo é puro. O coração desse povo é verdadeiro... Trata-se da grande força idealista da história... Eu, por mim, creio mais firmemente no destino dos Estados Unidos do que em qualquer outra coisa no mundo. Creio que o país que o país tem em si uma energia que nenhum outro pode oferecer à libertação da humanidade... [Na Primeira Guerra], a América teve o infinito privilégio de realizar o seu destino e salvar o mundo (WILSON *apud* SCHELESINGER, 18)

Com efeito, a ideologia liberal-internacionalista wilsoniana é veementemente rejeitada pelos teóricos realistas e pensadores conservadores. O ousado empreendimento lançado por Wilson, afirmam seus críticos, propunha uma ordem estabelecida a partir de princípios abstratos como justiça, liberdade e paz. A ordem pensada pelos realistas foi sacramentada pela experiência histórica nas relações internacionais e a legitimidade conferida a ela não tem por finalidade tornar os conflitos e as guerras impossíveis, mas limitá-los através de uma diplomacia pautada na prudência, no pragmatismo e no ajustamento. Ou, nas palavras de George Kennan, “Devemos ser jardineiros e não mecânicos, na maneira de abordar os assuntos internacionais.” (KEENNAN apud ARON, 2002: 710)

Neste sentido, o wilsonismo vai de encontro com o que Raymond Aron entendia por prudência nas Relações Internacionais. Para autor, conduzir uma política externa prudente e virtuosa significaria:

agir em função da singularidade da ação e dos dados concretos disponíveis, não por espírito de sistema ou por obediência passiva a uma norma ou pseudonorma na diplomacia; é preferir a limitação da violência ao castigo do suposto culpado ou uma justiça absoluta; é adotar objetivos concretos, acessíveis, de conformidade com a lei secular que rege as relações internacionais, e não objetivos ilimitados, possivelmente sem significação como “um mundo seguro para as democracias”, ou “um mundo onde não haja política de poder”. (ARON, 2002 : 710)

Um dos mais destacados intelectuais conservadores, Russel Kirk, afirmou que a política wilsoniana de exportar valores fere os interesses nacionais e desrespeita a diversidade econômica e política no mundo:

“Its object should not be to secure the triumph everywhere of America's name and manners, under the slogan of 'democratic capitalism,' but instead the preservation of the true national interest, and acceptance of the diversity of economic and political institutions throughout the world.” (Kirk apud Richard J. Bishirjian, 2004)

Outros conservadores atacam o wilsonismo de forma mais radical. Argumentam eles que a ideologia liberal trazida por Wilson não difere muito das ideologias revolucionárias jacobinas, leninistas ou nazistas. Dessa perspectiva, a feição redentora da ideologia universalista wilsoniana se tornara uma afronta aos princípios fundamentais da tradição norte-americana e as idéias fundacionais de Madison, Hamilton e Jay. Além de desnaturar e fragilizar as bases da democracia norte-americana, a religião secular de Wilson, no seu inarredável ímpeto de promover valores dos EUA no exterior, colocaria em perigo culturas tradicionais em nome da pretensa superioridade do racionalismo. Para Bishirjian:

This secular, immanentist ideology successfully challenged the fundamental principles of the American regime--the philosophy of limited government of the Founders of the Constitution of the United States--and transformed the American nation into a "Christ-Nation," thus placing the American people at risk to even greater ideologies such as Nazism and Marxism. (BISHIRJIAN, 2004)

Ainda de acordo com Bishirjian (ibidem), a ideologia universalista de Wilson e a idéia de Nova Ordem Mundial se traduzem em um misto de preceitos econômicos socialistas e distributivistas, noções iluministas de racionalidade e uma profunda e rica tradição do milenarismo protestante. Esse amálgama, afirma o autor, vem transformando os EUA em uma nação permanentemente revolucionária. Para Bishirjian, Wilson estaria, ao lado de Marx e Lênin, como uma figura revolucionária do período que se estendeu de 1848 até 1918.

1.2 - O 11 de setembro e os novos wilsonianos

Foi durante administração de George W. Bush que a política externa dos Estados Unidos passou pela sua mais rápida e dramática mudança (Walt, 2001). Até o dia 10 de setembro, as prioridades do governo Bush eram, desde a campanha presidencial contra Al Gore, radicalmente diferentes dos seus predecessores. O candidato republicano foi enfático ao criticar o excesso de envolvimento dos Estados Unidos com os problemas mundiais, se opondo frontalmente ao 'internacionalismo moralista' do governo Clinton. Nos discursos, o então candidato republicano dizia se recusar a usar as forças armadas dos EUA para o '*nation building*', além de se comprometer em retirar as tropas dos Bálcãs e não se meter nos problemas do Oriente Médio. Bush declara "Seremos promotores da paz. No entanto, relutarei muito em fazer o uso de nossas tropas para o *peacekeeping*."¹⁹. E, nesse sentido, a idéia que traduz a afirmação da ex-secretária de Estado do governo Clinton, Madeleine Albright, de que os Estados Unidos são uma nação que deve liderar porque "enxerga mais longe" de que os outros povos (Fukuyama, 2006: 183), passara a ser frontalmente combatida pela nova administração republicana. (Judis, 2005)

De fato, o caráter missionário e redentor da política externa dos Estados Unidos ganhou considerável impulso nos dois mandatos do Governo Clinton (1993-2001). Durante seus oito anos de governo, Clinton fez uso de sua poderosa força militar diversas para interferir em crises humanitárias na Somália, Haiti, Bósnia e Kosovo. Em fevereiro de 1999, com intuito de justificar o envolvimento americano na Iugoslávia, o então presidente declara que os Estados Unidos agiriam onde os interesses nacionais e os valores americanos fossem postos em jogo com ou sem o apoio da comunidade internacional²⁰. Com Clinton, portanto, o mito wilsoniano fundamentou o princípio de legitimação da política externa dos Estados Unidos.

¹⁹ http://www.pbs.org/newshour/bb/election/jan-june00/bush_2-16.html

²⁰ 26 de fevereiro: *It's easy, for example, to say that we really have no interests in who lives in this or that valley in Bosnia or who owns a strip of brushland in the Horn of Africa or some piece of parched earth by the Jordan River. But the true measure of our interests lies not in how small or distant these places are or in whether we have trouble pronouncing their names. The question we must ask is, what are the consequences to our security of*

Numa posição simetricamente oposta, a então nomeada conselheira de segurança nacional do governo Bush, Condoleezza Rice (2000), expôs as bases da nova orientação da política externa do governo republicano, destacando a necessidade de se levar a cabo uma diplomacia realista e endossando a idéia de Kissinger (1956: 1) de que o princípio de legitimidade internacional se fundamenta a partir da “*aceitação da estrutura da ordem internacional por todas as grandes potências*” ao invés de uma vaga e abstrata idéia de justiça universal:

“A crença de que os Estados Unidos exercem o poder com legitimidade somente quando o fazem em benefício de outro alguém ou de outra causa esteve profundamente arraigada no pensamento wilsoniano, e ainda ecoa com bastante intensidade no governo Clinton [...] [os wilsonianos] se sentem ressabiados com o enfoque na relação entre as potências e a política de grandes potências. A verdade é que algumas potências de grande porte podem interferir radicalmente na paz, na estabilidade e na prosperidade internacional.” (KISSINGER , 1956: 1)

No mesmo sentido, Robert Zoellick (2000), também membro do governo Bush²¹, atacava o excesso de intervencionismo e criticava a idéia de ‘*nation-building*’, dois elementos fortemente arraigados ao governo Clinton:

Essas fraquezas têm lançado uma sombra sobre suas iniciativas para resolver lutas humanitárias e étnicas pela intervenção militar. Seu fracasso quanto a ‘construção de nação’ na Somália custou caro em vidas humanas, da reputação dos Estados Unidos e da confiança do povo americano quanto ao seu poder de liderar eficazmente tais problemas. (ZOELLICK, 2000)

letting conflicts fester and spread? We cannot, indeed, we should not, do everything or be everywhere. But where our values and our interests are at stake and where we can make a difference, we must be prepared to do so. And we must remember that the real challenge of foreign policy is to deal with problems before they harm our national interests.

²¹ Foi membro da Office of the U.S. Trade Representative

Nos primeiros setes meses e meio de governo, Bush procurou pautar suas relações exteriores a partir do jogo das grandes potências, sobretudo no relacionamento com Rússia e China. Numa postura mais “isolacionista” e unilateral, o governo republicano também se opôs a assinar o protocolo de Kyoto, se retirou do de mísseis anti-balísticos (ABM) e criticou a Corte Internacional de Justiça. Foi nesse período também que o governo norte-americano lançou um programa para construir um ousado projeto de defesa para todo o país contra mísseis balísticos intercontinentais (National Missile Defense). De acordo com Russel Mead o governo Bush até antes dos ataques terroristas de 11 de setembro, poderia ser entendido como um misto de nacionalismo populista (Jackson) e de um isolacionismo que tem como preocupação tão somente a própria defesa (Jefferson):

A eleição de 2000 viu George W. Bush incorporar algumas idéias-chave retiradas das teorias jeffersonianas e jacksonianas, ao mencionar, na campanha, a necessidade dos Estados Unidos assumirem postura mais discreta, de se portarem mais ‘humildemente’ e de adotarem uma visão menos abrangente e mais restrita do interesse nacional. (MEAD: 2006, 246),

Com o 11 de setembro o governo norte-americano deu um giro de cento e oitenta graus na orientação de sua política externa. Diante do inédito cenário, o debate deixou de ser se os EUA deveriam ou não se envolver com os problemas do mundo. As questões mais pertinentes passaram a ser: qual a natureza do envolvimento norte-americano com o mundo? qual roupagem de wilsonismo deveria orientar a diplomacia dos EUA? Ou, nas palavras de Max Boot, “*The question is how to define our interventionism.*” (BOOT, 2002)

Para Max Boot (idem), com o 11 de setembro o círculo neoconservador, liderado Dick Cheney e Paul Wolfowitz, passa a orientar a política externa de Bush:

Actually that's an understatement. Neocons are closer to the mainstream of the Republican Party today than any competing faction. During the 2000 campaign, President Bush sounded very much like a realist, with his suspicions of "nation building" and his warnings about American hubris. Then along came 9/11. The National Security Strategy that he released in September--which calls for "encouraging free and open

societies on every continent"--sounds as if it could have come straight from the pages of Commentary magazine, the neocon bible. (BOOT, 2002)

Os ataques terroristas forneceram algumas condições que propiciaram o reaparecimento do pensamento neoconservador o qual, desde a Guerra Fria, havia perdido força tanto nos debates sobre política externa quanto na política. De acordo com Robin (*apud* TEIXEIRA, 2005: 39), “o 11 de setembro deu aos neoconservadores a oportunidade de articular sem embaraços a visão do poder imperial americano que eles defendiam há anos”. O ressurgimento do neoconservadorismo no cenário intelectual e político norte-americano trazia consigo uma releitura da escola wilsoniana, renegada nos primeiros meses de administração Bush.

Para o especialista neoconservador e membro do AEI, Joshua Muravchik (2007), se imaginarmos um triângulo no qual os vértices são conservadores tradicionais, liberais tradicionais e neoconservadores, a linha divisória entre os neoconservadores e os conservadores tradicionais é o wilsonismo. Para Muravchik :

Well, imagine a triangle. At its three points are traditional conservatives, traditional liberals, and neoconservatives. The dividing line between neoconservatism and traditional conservatism is Wilsonianism. 'Wilsonian' is a term usually taken to mean 'utopian' or 'fuzzy-headed' and I would certainly grant that some of President Wilson's ideas were misconceived – in particular the League of Nations. But I think a deeper insight, and the real essence of Wilsonianism, was that America could not separate its destiny from the rest of the world. (MURAVCHIK, 2007)

Contudo, como veremos mais adiante no debate entre Fukuyama e Krauthammer, os neoconservadores divergem dos wilsonianos quanto aos meios aplicados para se alcançar os objetivos de uma agenda idealista. Ao advogarem o uso do poder para promover os nobres valores liberais norte-americanos, os neoconservadores se afastam dos métodos legalistas e do apelo ao multilateralismo sustentado pelos wilsonianos.

Mead (2005) comenta que um wilsonismo de caráter reformista ressurgiu com força na política externa norte-americana após o 11 de setembro e que ele tem contado com a participação de intelectuais neoconservadores do partido republicano

que vêm incentivando a reestruturação da agenda wilsoniana. Segundo o autor, é reformista porque diverge sobretudo da crença dos ‘antigos wilsonianos’ de que as instituições globais garantem a legitimidade necessária para o exercício do poder voltado para os direitos humanos. Ao passo que “para os wilsonianos reformistas, os EUA devem fazer cumprir os princípios e valores universais a despeito da probabilidade de oposição proveniente das instituições e das elites, vistos pelos antigos wilsonianos como necessários e naturais.” (MEAD, 2005 :99)

A essa postura defendida pelos neoconservadores, Max Boot (2000) chamou de *hard wilsonism*²². No mesmo sentido Muravchik observou:

What distinguishes neoconservatives from traditional liberals is that we're more ready to resort to the use of hard power and we are less trusting in the UN. So on the question of ends you might say we are more at one with the traditional liberals, but on the means we are more at one with the traditional conservatives. (MURAVCHIK, 2007)

Menos de um mês após os ataques do 11 de setembro, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão e derrubaram o regime talibã. Em seguida, o governo norte-americano anunciou uma nova doutrina estratégica de ação preventiva que se traduziu, na verdade, numa doutrina de guerra preventiva, que contrariaria as idéias de contenção e dissuasão apregoadas pelos realistas. De acordo com Gaddis, os ataques terroristas fizeram os Estados Unidos reavivarem uma estratégia que remonta Quincy Adams e que sustenta que a expansão do poder dos Estados Unidos no mundo é uma forma de prover segurança. Assim, afirma Gaddis:

O 11 de setembro mostrou que a dissuasão e a contenção sozinhos não funcionam contra certos adversários: por isso que a prevenção é necessária. Como aponta a Estratégia de Segurança Nacional de Bush, em linguagem que Adams aplaudiria: ‘Não podemos deixar nossos inimigos atacarem primeiro. (GADDIS, 2005: 86)

²² Stephan Walt denominou o neoconservadorismo de “*wilsonianism with teeth*”. (WALT, 2008)

Algumas semanas antes da Guerra do Iraque, Bush expõe suas justificativas em um discurso no think tank *American Enterprise Institute* que homenageia anualmente o maior nome do neoconservadorismo, Irving Kristol. No discurso, Bush evocou a bandeira do internacionalismo e destacou a importância de se promover, se preciso for, com o uso da poderosa máquina de guerra dos EUA, a democracia e os valores americanos no mundo, particularmente no Iraque. Ao afirmar que erraram os cééticos que não acreditavam na capacidade da cultura do Japão e da Alemanha de sustentar valores democráticos, e que o mesmo valeria então para o Iraque, Bush estava retomando o forte argumento liberal-wilsoniano do pós Segunda Guerra. Não menos wilsoniano é sua postura quando asseverou que o mundo tinha interesse na disseminação dos valores democráticos e que nações livres não dão margem a ideologias assassinas, ao contrário, encorajam a busca pela paz e por uma vida melhor. Ele afirma ainda que um novo regime no Iraque inspiraria outros países da região a trilharem o caminho da liberdade²³

Em março de 2003 o governo Bush dá início à investida militar contra o Iraque para derrubar a ditadura de Saddam Hussein, acusado de adquirir armas de destruição em massa. Ao contrário do que se observara no Afeganistão, a guerra levada a cabo pelos Estados Unidos, sem o apoio de potências como a Alemanha, França, Rússia e China produziu um impacto negativo na opinião pública mundial e levou os Estados Unidos a uma grande crise de legitimidade.

O impacto da Guerra foi também decisivo no debate intelectual norte-americano, gerando tanto dissensos quanto consensos. A intervenção norte-americana no Iraque, portanto, deu margem a uma série de questões que subsidiaram as discussões entre liberais e neoconservadores, das quais pode-se

²³ 26 de fev. 2003, Bush, AEI dinner: *There was a time when many said that the cultures of Japan and Germany were incapable of sustaining democratic values. Well, they were wrong. Some say the same of Iraq today. The world has a clear interest in the spread of democratic values, because stable and free nations do not breed the ideologies of murder. They encourage the peaceful pursuit of a better life. A new regime in Iraq would serve as a dramatic and inspiring example of freedom for other nations in the region.* (<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html#>)

destacar a mudança de regime e o papel da democracia para a ordem internacional, a legitimidade e o uso da força e a função que Estados Unidos devem desempenhar para a paz e a segurança internacional.

1.3 – Neoconservadores e Liberais frente à Guerra do Iraque

Nos anos 90, Francis Fukuyama emergiu como um destacado intelectual neoconservador. Contudo, às vésperas da guerra do Iraque, ele rompeu com o *mainstream* do movimento e iniciou um rico debate acerca neoconservadorismo. Fukuyama revelava dessa forma seu comprometimento:

Tendo me considerado por muito tempo um neoconservador, eu pensava compartilhar uma visão de mundo com muitos outros neoconservadores – inclusive amigos conhecidos que trabalharam no governo George W. Bush. Contudo, ao contrário de muitos outros neoconservadores, nunca concordei com a base lógica da Guerra no Iraque. (FUKUYAMA, 2006: 10)

Sua ruptura com o movimento só ficou clara, no entanto, depois do artigo por ele publicado na revista neoconservadora *National Interest*. Intitulado “*O Momento Neoconservador*”, a idéia do artigo era trazer uma série de objeções à tese do “*Realismo Democrático*” defendida por Charles Krauthammer, em março de 2004 em um jantar da *American Enterprise Institute*. Vale a pena levantar os principais pontos do debate entre Krauthammer e Fukuyama²⁴.

Krauthammer (2004) inicia seu artigo, “*An American Foreign Policy for a Unipolar World*”, descrevendo o cenário pós-guerra fria no qual os EUA aparece como única superpotência no sistema internacional e com a capacidade de interferir militarmente em qualquer canto do globo. Por conta de um puro acidente histórico, observa o autor, a América foi designada guardiã do

²⁴ O rompimento de Fukuyama levou a criação de uma nova revista, a *The American Interest*. <http://www.the-american-interest.com/ai2/index.cfm>

Sistema Internacional. Ele acrescenta que em toda história humana nenhuma outra nação ou império gozou de um cenário tão privilegiado como esse que os EUA passaram a desfrutar com o colapso da URSS. O momento unipolar, portanto, exigia que a política externa norte-americana fosse repensada levando em conta a nova distribuição mundial de poder.

Em seguida, Kratauhammer descreve quatro escolas de política externa predominantes historicamente nos Estados Unidos. São elas: isolacionistas, liberais-internacionalistas, realistas e globalistas democráticos. Das quatro escolas, a única que, segundo seu ponto de vista, está obsoleta intelectualmente e sem força política, de acordo com o autor, é a isolacionista, sustentada apenas por figuras excêntricas como Pat Buchnan²⁵.

Dessas escolas, o autor destaca a liberal internacionalista, representada por uma tradição que perpassa Wilson, Roosevelt e Kennedy e ganha força no governo Clinton com seu excesso de ações intervencionistas. Segundo Krauthammer, as intervenções dos liberais internacionalistas, a exemplo de Clinton, estão mais vinculadas a princípios gerais, como os direitos humanos, do que comprometidas em promover os efetivos interesses nacionais dos EUA. Por isso, afirma o autor, ao contrário dos seus colegas Kristol e Kagan, ele se posicionou contrário à intervenção nos Bálcãs e à guerra em Kosovo por não considerar os argumentos humanitários suficientes para o envolvimento norte-americano na região. Uma intervenção, afirma Krauthammer (2004b) precisa sempre “obedecer a um imperativo estratégico e aos interesses dos EUA”. Outra crítica lançada por Krauthammer contra os liberais internacionalistas diz respeito ao comprometimento dessa escola com multilateralismo, o direito internacional e instituições internacionais. Na visão do autor, essa postura coloca os Estados Unidos atrelados aos interesses de outras

²⁵ Patrick J. Buchanan é político e intelectual. Tem se destacado por ser a mais influente figura do paleoconservadorismo, que defende uma política externa isolacionista. Buchanan tem criticado veementemente a administração Bush por seu internacionalismo desmedido. Ver <http://www.buchanan.org/blog/>

grandes potências e acaba por “amarrar com cordas a liberdade de ação e limitar a margem de manobra do Gulliver”.

É justamente sobre os mesmos pontos que os liberais-internacionalistas se queixam da política neoconservadora, acusando-a de ter uma visão centrada apenas nos interesses e de usurpar princípios universais sacramentados pelo direito internacional. Alinhada ao internacionalismo liberal, Madeleine Albright (2008) lamenta que, após os desastrosos resultados da Guerra do Iraque, não há mais clima para intervenções humanitárias lideradas pelos EUA. De acordo com a ex-secretária de Estado, a decisão do governo Bush de intervir no Afeganistão, motivado pelo direito de auto-defesa, e de invadir o Iraque, partindo da “grandiosa retórica da prevenção”, gerou uma reação negativa na comunidade internacional a respeito das intervenções e um retrocesso na forma de entender soberania. Para ela “o principal problema do debate gira entorno da questão do que é Sistema Internacional. Trata-se tão somente de um conjunto de encaixes formada por governos para proteger governos? Ou é uma estrutura de regras vivas com o propósito de fazer do mundo um lugar mais humano?”

Krauthammer segue afirmando que os realistas, por sua vez, acertam em priorizar os interesses nacionais mas se equivocam quando definem interesse, como o faz Morgenthau, estritamente em termos de poder. Os EUA, acrescenta Krauthammer, “jamais sustentarão uma *realpolitik*. Sua política externa precisa ser conduzida para além dos argumentos do poder”.

A escola denominada democrática globalista concebe a política externa para além do poder entendo que deve expressar os profundos valores da América. Para isso Krauthammer cita um discurso de Bush na sede do governo britânico que sintetiza os fundamentos da escola democrática globalista e que poderia ter sido dito, no começo do século XX, por Woodrow Wilson: “*The United States and Great Britain share a mission in the world beyond the balance of power or the simple pursuit of interest. We seek the advance of freedom and the peace that freedom brings.*” (apud KRAUTHAMMER, 2004). Krauthammer

concorda com obsessão dessa escola em promover a democracia no mundo. No entanto, ela deve ser promovida somente onde estiverem em jogo os interesses vitais dos Estados Unidos. É a partir desse ponto que ele desenvolve o que chama de escola democrática realista:

Where to intervene? Where to bring democracy? Where to nation-build? I propose a single criterion: where it counts. Call it democratic realism. And this is its axiom: We will support democracy everywhere, but we will commit blood and treasure only in places where there is a strategic necessity--meaning, places central to the larger war against the existential enemy, the enemy that poses a global mortal threat to freedom." (idem)

Assim, as aspirações universalistas e a retórica democrática-globalista devem ser temperadas com uma dose de realismo democrático, visando sempre atingir um objetivo focado e limitado. Krauthammer encerra o artigo argumentando que após 11 de setembro o "totalitarismo árabe-islâmico" representa para os EUA uma ameaça de igual natureza e estatura que representou Japão e Alemanha antes da Segunda Guerra ou União Soviética nos anos de Guerra Fria. Em outras palavras, o chamado "totalitarismo árabe-islâmico" afigura-se hoje, de acordo com Krauthammer, como um inimigo existencial dos EUA.

O artigo escrito por Fukuyama (2004) em resposta a Krauthammer traz alguns pontos importantes da divergência quanto ao tipo de internacionalismo que deveria ser adotado pelos EUA. Fukuyama se dirige ao pensamento de Krauthammer, que, segundo ele, "adquiriu forte influencia dentro da equipe de política externa da administração Bush", como "wilsonismo muscular", caracterizado, sobretudo, por um ceticismo em relação as instituições internacionais e por utilizar da supremacia militar americana para assegurar os interesses de segurança dos EUA através da exportação de valores liberais

americanos. Contudo, Fukuyama está de acordo com Krauthammer e outros comentaristas que sustentam que um realismo do tipo 'kissingeriano' é inadequado para as bases da política externa norte-americana. Uma certa quantia de universalismo messiânico, observa Fukuyama, tem estado de acordo com os valores e instituições e sempre foi um inarredável componente da identidade nacional norte-americana. Portanto, os americanos, nunca se sentiram confortáveis com um tipo de moral amparada tão somente em bases realistas. A questão que passou a ser assunto constante era: "que tipo de vínculo temos com uma agenda idealista"?

Assim, Fukuyama inicia "*O Momento Neoconservador*" afirmando que Krauthammer encontra-se totalmente fora da realidade ao sustentar que a intervenção unilateral norte-americana no Iraque tem tido pleno sucesso. Pelo contrário, os fatos desdenham qualquer postura nesse sentido: os EUA não encontraram armas de destruição em massa no Iraque, um virulento e profundo anti-americanismo tem crescido por todo Oriente Médio, a insurgência no Iraque vem causando sérios custos humanos, a guerra não produziu um progresso nas relações de Israel com a Palestina e os EUA vem perdendo legitimidade perante os aliados democráticos.

Em seguida, o dissidente do movimento neoconservador refuta o que Krauthammer chama de "realismo democrático". Argumenta Fukuyama que, embora o axioma pareça claro, ele traz consigo um conjunto ambigüidades que fazem os parâmetros de intervenção dos EUA ainda mais difíceis. Com efeito, torna-se problemático encontrar um entendimento preciso do que são as 'necessidades estratégicas', o que faria necessário uma discussão sobre o alargamento conceitual do termo. Fukuyama rebate Krauthammer afirmando que ele inicialmente parece tomar a acepção realista de 'inimigo existencial' ou um inimigo que represente uma ameaça 'mortal'. Se essas palavras têm algum sentido, elas devem incluir apenas a ameaça à nação norte-americana ou dela como um regime democrático. Nesse sentido, Fukuyama observa:

Krauthammer initially appears to be taking a realist position by opting for the narrow definition when he refers to an "existential enemy" or an enemy posing a "mortal" threat. If these words have any real meaning, then they should include only threats to our existence as a nation or as a democratic regime. There have been such threats in the past: the Soviet Union could have annihilated us physically and conceivably could have subverted democracy in North America. But it is questionable whether any such existential threats exist now. Iraq before the U.S. invasion was certainly not one: It posed an existential threat to Kuwait, Iran and Israel, but it had no means of threatening the continuity of our regime. Al-Qaeda and other radical Islamist groups aspire to be existential threats to American civilization but do not currently have anything like the capacity to actualize their vision: They are extremely dangerous totalitarians, but pose threats primarily to regimes in the Middle East. (FUKUYAMA, 2004)

Outro ponto central da crítica de Fukuyama se refere à legitimidade. Fukuyama argumenta que se de fato os Estados Unidos fossem “designados a exercer o papel guardiões do Sistema Internacional”, eles não estariam passando por uma profunda crise de legitimidade internacional, o que mostra, de certa forma, que foram os próprios americanos que se autodesignaram protetores do mundo sem o consentimento dos demais estados. Em seguida, Fukuyama sustenta que a legitimidade não apenas serve para os Estados Unidos se sentirem bem, mas elas atendem a uma finalidade prática bem definida e visceralmente vinculada aos interesses da América: “*Other people will follow the American lead if they believe that it is legitimate.*” Ivo Daalder (2003), de certa forma, endossa a posição de Fukuyama quando observa que “legitimidade, em suma, não é luxo para o poderoso e tampouco uma necessidade para o fraco, como alguns argumentam – mas sim o que é necessário para transformar poder em sucesso”.

Dois anos após sua divergência que marcou sua ruptura com o neoconservadorismo, Fukuyama (2006, 174) se declara um ‘wilsoniano realista’, uma posição que “*levaria a sério a parte idealista da agenda neoconservadora, mas também assumiria uma nova postura em relação a desenvolvimento, instituições internacionais e uma série de questões que neoconservadores, conservadores e paleoconservadores raramente levam a sério*”. Fukuyama (2006: 196) chega a defender um “internacionalismo liberal teimoso” marcado pela necessidade dos Estados Unidos trabalharem no sentido de um mundo multilateral o que não significa dar ênfase especial a ONU, mas valorizar as instituições que trazem embutida um

verdadeiro reflexo da legitimidade democrática internacional. Assim, de acordo com Fukuyama:

A legitimidade internacional requer trabalho através de instituições internacionais que são inerentemente lentas, rígidas e prejudicadas por métodos e procedimentos ultrapassados. A legitimidade se baseia no consentimento, o qual por sua vez é um subproduto de um processo lento de diplomacia e persuasão. As instituições internacionais existem em parte para reduzir os custos das transações para a obtenção do consentimento, mas na melhor das hipóteses elas se movem demasiado devagar para as exigências de segurança. (FUKUYAMA, 2006: 181)

Se, por um lado, o ambiente em torno da hipótese de invadir o Iraque deslocou o neoconservador Fukuyama em direção a um *soft wilsonism*, por outro ela atraiu alguns liberais para o círculo neoconservador. Foi o caso, por exemplo, de Kenneth Pollack, filiado historicamente ao pensamento liberal e ex-funcionário do Conselho de Segurança Nacional da administração Clinton. Pollack foi membro do think tank liberal *Council on Foreign Relations* e, atualmente, é vinculado a *Brookings Institution*. Em março de 2002, Pollack escreve um artigo na *Foreign Affairs* intitulado “*Next Stop Baghdad?*” argumentando que o governo Bush deveria invadir o Iraque, depor Saddam e promover uma mudança de regime naquele país. O desenvolvimento desse argumento resultou num livro²⁶ que se tornou o principal texto do que veio a ser chamado *liberal hawksm*. (CAVANAUGH, 2007).

Os pontos levantados por Pollack (2002) em defesa de uma ação militar são: 1) A comunidade internacional, sob os auspícios da ONU, tem falhando em sua estratégia de contenção. Os embargos econômicos, militares e diplomáticos não surtiram efeito e Saddam está fortalecido e representa uma ameaça aos seus vizinhos; 2) A dissuasão tampouco é uma estratégia segura, dado a natureza agressiva do regime de Saddam e a hipótese do ditador possuir Armas de Destruição em Massa; 3) portanto, visto que tanto a estratégia de contenção quanto a dissuasão

²⁶ The Threatening Storm: The Case for Invading Iraq, 2002.

não são ferramentas eficientes para lidar com as ameaças do regime iraquiano, o autor propõe que os “*The United States should invade Iraq, eliminate the present regime, and pave the way for a successor prepared to abide by its international commitments and live in peace with its neighbors.*”.(POLLACK, 2002)

Um outro caso onde o estreitamento entre o pensamento neoconservador e o liberal se faz claro é nos artigos assinados conjuntamente por Ivo Daalder com Robert Kagan. Durante sua trajetória intelectual, Ivo Daalder tem se destacado como um defensor do pensamento liberal-internacionalista e atuou junto ao partido democrata, figurando, por exemplo, como destacado diretor do Conselho Nacional de Segurança durante a administração Clinton. ²⁷ Daalder é também é um dos assessores de Barack Obama, candidato do Partido Democrata às eleições de 2008.²⁸ Robert Kagan, por sua vez, foi co-fundador do extinto think tank neoconservador, *Project For The New American Century* (PNAC), colunista da *Weekly Stantard*, principal revista neoconservadora. Destacou-se também pela participação na administração de Ronald Reagan e é acessor do candidato republicano para as eleições de 2008, John McCain. ²⁹

O consenso entre esses dois pensadores aparece primeiramente em um artigo intitulado “*The Next Intervention*”. Nesse artigo, ambos os autores concordam que o estabelecimento de um consenso político é crucial para a sobrevivência e a manutenção de uma ordem internacional justa. O problema reside, no entanto, em como determinar a legitimidade do uso da força. Eles apontam que o Conselho de Segurança da ONU não é mais um órgão legítimo e se mostrou inapto para lidar com questões fundamentais para a comunidade internacional como nos casos de Ruanda, Kosovo, Darfur, Coréia do Norte e Irã. Uma vez descartado o Conselho de Segurança como instituição legítima, por quem deve ser determinada a legitimidade do uso da força? Por um concerto de democracias, respondem Kagan e Daalder:

²⁷ http://www.brookings.edu/~media/Files/experts/daalder/daalder_bio.pdf

²⁸ <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/opinions/documents/the-war-over-the-wonks.html>

²⁹ idem

If not the Security Council, then who? The answer is the world's democracies, the United States and its democratic partners in Europe and Asia. As the war in Kosovo showed, democracies can agree and act effectively even when major non-democracies, such as Russia and China, do not. Because they share a common view of what constitutes a just order within states, they tend to agree on when the international community has an obligation to intervene. Shared principles provide the foundation for legitimacy. (KAGAN e DAALDER, 2007)

É interessante ressaltar aqui que a acepção de legitimidade internacional sustentada por liberais e neoconservadores difere consideravelmente da posição realista. De acordo com Kissinger (1973, 1), conhecido como um dos principais artífices do realismo, legitimidade “significa apenas o consenso internacional sobre a natureza de combinações que funcionem, e sobre fins e métodos admissíveis para política exterior. Supõe a aceitação da estrutura da ordem internacional por todas as grandes potências”. Com efeito, diferentemente do que propõem Kagan e Daalder, os realistas não consideram a necessidade das potências partilharem, no âmbito doméstico, os mesmos valores e o mesmo tipo de regime político. Sendo assim, dada a atual configuração de forças no Sistema Internacional, uma ordem legítima, na visão dos realistas, não pode ser estabelecida sem a participação de Rússia e China.

Em outro artigo também escrito conjuntamente, Daalder e Kagan (2004) pedem a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança composta por democracias, que assumam parte da responsabilidade na reconstrução do Iraque. Eles alegam que os EUA se envolveram em Kosovo mais pelo compromisso de manter a aliança ativa que por interesses norte-americanos na região. E conclui que “caso França e Alemanha sigam dizendo não às responsabilidades na reconstrução do Iraque, uma futura administração norte-americana, sendo ela democrata ou republicana, terá que reconsiderar o valor da Organização.”

De acordo com Kagan (2006) as diferenças entre republicanos e democratas, no campo da política externa no campo da política externa, são poucas e ambos acabam por direcionar sua orientação ideológica para o pensamento de Wilson de fazer um mundo seguro para a democracia:

O mundo precisa ser transformado para se tornar seguro: essa tradição de pensamento é muito forte entre nós. Nos anos 90, o grande partido intervencionista, o partido que enviou tropas ao Haiti, à Bósnia e a Kosovo, foi o Democrata. Enquanto isso, os republicanos se referiam a essa linha de atuação como sendo excessivamente agressiva e arrogante. São exatamente os mesmos termos usados atualmente, mas na direção contrária. (KAGAN, 2006).

A resposta dada por Gary Schmitt, ex-diretor executivo da PNAC e membro do AEI, sobre o porquê do encerramento da PNAC, ressalta um importante aspecto presente tanto no pensamento liberal quanto no neoconservador. De acordo com Schmitt, os membros partidários do pensamento neoconservador sentiram que a América passava por um retorno ao isolacionismo e tentaram ressuscitar uma política *reaganiana*. E, então, ele conclui: “Nossa visão foi adotada. Até durante a administração Clinton nossas idéias tiveram impacto, como se viu, por exemplo, quando Madeleine Albright [então Secretária de Estado] afirmou que os Estados Unidos eram ‘uma nação indispensável’”. (Reynolds, 2006).

CAPÍTULO 2 - A RECONSTRUÇÃO DO IRAQUE NA VISÃO DA *BROOKINGS*

2.1 - Introdução

A menos de um mês antes dos EUA iniciarem a ‘segunda Guerra do Golfo’, na ocasião em que os inspetores de armas de destruição da ONU pediam mais tempo para encerrar sua missão no Iraque, Ivo Daalder³⁰ seria interessado numa nota dar uma pequena informação sobre quem é Daalder observa em artigo intitulado “*Bush, To Win the Peace, Must Win Over Allies*”, (2003a) que a guerra já se tornara inevitável. Para ele, as principais questões sobre as quais a administração Bush deveria se ocupar não mais diriam respeito aos fins e objetivos do inevitável engajamento norte-americano no Iraque, mas em como conduzir a guerra, o *nation building* e a implementação de um regime democrático naquele país. Daalder termina o artigo argumentando que os EUA, sozinhos, poderiam vencer sem maiores dificuldades a guerra contra o Iraque, mas que seria improvável uma vitória sobre paz sem o apoio da comunidade internacional. Vencer a paz, neste sentido, seria conduzir com eficácia o processo de reconstrução e estabilização do Iraque.

Foi o que de fato se observou. Os EUA venceram com facilidade a guerra contra o exército de Saddam e, no primeiro de maio de 2003, quarenta e três dias após o início da *Operation Iraqi Freedom*, o presidente Bush declarou a vitória da Coalizão sobre as forças regulares do Estado iraquiano. O presente capítulo

³⁰ Ivo Daalder é membro da Brookings especializado em legitimidade e uso da força. Foi diretor do European Affairs da administração Clinton.

apresenta os principais artigos e debates publicados na *Brookings*³¹ a partir do dia primeiro de maio de 2003 a respeito da reconstrução do Iraque e da sua repercussão no plano regional e internacional ou, nas palavras de Daalder, das sugestões oferecidas pelo *think-tank* liberal para os EUA ‘vencerem a paz’.

De maneira geral, as análises produzidas pela *Brookings* obedecem a uma certa lógica de causa e efeito. Antes das publicações prescreverem uma série de medidas para os EUA superarem os problemas que vem enfrentando na reconstrução do Iraque, elas identificam, primeiramente, que esses problemas derivam de uma crise de legitimidade internacional. A crise, por sua vez, se deve às decisões unilaterais da administração Bush na condução da Guerra contra o Iraque.

Entretanto, a ordem de exposição dos debates e análises seguirá o caminho inverso. Primeiro será apresentada a visão da *Brookings* sobre a Guerra do Iraque e as considerações gerais do *think tank* sobre a doutrina Bush e sua aplicação no Oriente Médio. Depois, o capítulo focalizará a discussão da crise de legitimidade e de como ela tem causado problemas na reconstrução do Iraque. E, finalmente, será apresentado um debate sobre os modelos de reconstrução aplicáveis no Iraque, bem como algumas sugestões prescritas pela *Brookings* para os EUA contornarem os problemas enfrentados após a queda de Saddam Hussein.

2.2 - A estratégia wilsoniana da *Brookings*

No livro em que analisa a obra de Clausewitz, Raymond Aron (1986, 157) chama a atenção para a importância de se discutir a fundo os conceitos de tática e estratégia, uma vez que, tal como meios e fins, eles ajudam a pensar não só a ação

³¹ As publicações são realizadas pelo *Saban Center for Middle East Policy*, o núcleo de pesquisa da *Brookings* encarregado pelos estudos sobre Oriente Médio. <http://www.brookings.edu/saban.aspx>

guerreira, mas a ação humana de forma geral. Embora o objetivo deste trabalho não esteja voltado para o estudo da ação política, é fundamental compreender que os conceitos contidos nas doutrinas muitas vezes têm a capacidade de motivar a ação humana. Portanto, se a tática é a maneira de se proceder durante a batalha ou o combate, a estratégia, por sua vez, compreende um espectro mais amplo e pode ser entendida como a arte de coordenar as ações para se vencer uma guerra. Traduzindo esses conceitos para o contexto sobre o qual as análises da *Brookings* estão inseridas, poder-se-ia entender estratégia como os objetivos gerais dos EUA para o Oriente Médio e tática como as formas de se proceder para atingir tais objetivos.

Se há um consenso que permeia a vasta maioria das publicações da *Brookings* ele diz respeito à estratégia norte-americana para o Oriente Médio. Para os analistas do *think tank* liberal os problemas vitais de segurança nacional, após os ataques terroristas de 11 de setembro, dependem do esforço e comprometimento dos EUA em promover a modernização do Oriente Médio. Em relação a esse ponto, portanto, não há divergências maiores entre a orientação estratégica da *Brookings* e os objetivos gerais da administração Bush para o Oriente Médio. As diferenças se mostram pronunciadas quando o que está em questão são os meios ou as manobras táticas para se alcançar a ambiciosa meta de transformar radicalmente toda a região do Oriente Médio. Michael O'Hanlon³² aponta que o ideal seria que o oriente médio seguisse o padrão da Turquia como modelo de modernização:

And for me, the threshold is not Mr. Wolfowitz's image of a democratic Iraq bringing about a broader transformation of the region. I'm sure we would all love that. I doubt very much whether most of us on the panel or in this room expect it, and I would not require it as a definition of acceptable outcome or significant improvement in the situation. Something like Atatürk's Turkey would be, to me, a perfectly acceptable kind of outcome.... (O'HANLON, 2003c)

³² Michael E. O'Hanlon membro da Brookings e especialista em Segurança Nacional.

A referência à Turquia de Kemal Ataturk não é novidade entre os wilsonianos mais fervorosos. O líder que aboliu o Califado, impôs secularismo e abriu a Turquia para a ocidentalização tem sido reiteradamente lembrado como um importante exemplo para os países árabes. A figura que tem mais se destacado na defesa do modelo turco é o especialista em Oriente Médio e intelectual influente entre os neoconservadores, Bernard Lewis³³ Hirsh³⁴ (2004) vai além e fala em uma doutrina Lewis que teria sido incorporada pela Administração Bush e aplicada ao Iraque pós-Saddam:

The administration's vision of postwar Iraq was also fundamentally Lewisian, which is to say Kemalist. Paul Wolfowitz repeatedly invoked secular, democratic Turkey as a "useful model for others in the Muslim world," as the deputy secretary of defense termed it in December 2002 on the eve of a trip to lay the groundwork for what he thought would be a friendly Turkey's role as a staging ground for the Iraq war. Another key Pentagon neocon and old friend of Lewis's, Harold Rhode, told associates a year ago that "we need an accelerated Turkish model" for Iraq, according to a source who talked with him. (HIRCH, 2004)

No mesmo sentido, Martin Indyk³⁵ afirmou "On the broader political issue, I think, again, President Bush made a correct decision that the regime had to go. I think every step to implement that decision was faulty". (INDYK, 2003) A passagem não deixa nenhuma dúvida sobre a posição de Indyk sobre a Guerra no Iraque: foi uma decisão legítima mas executada de forma equivocada. Benjamin Wittes³⁶, outro especialista do think tank, aponta que o principal debate deve girar em torno de

³³ Bernard Lewis escreveu, entre outras obras, *What Went Wrong: The Clash Between Islam and Modernity in the Middle East* e *The Crisis of Islam: Holy War and Unholy Terror*, foi premiado com a *Irving Kristol Award* pela *AEI*.

³⁴ <http://www.washingtonmonthly.com/features/2004/0411.hirsh.html>

³⁵ Martin Indyk foi embaixador norte-americano em Israel e senior da *Brookings*.

³⁶ Benjamin Wittes é colunista vinculado à *Brookings* e especialista em questões de Justiça e Guerra contra Terrorismo.

‘como’ promover a democratização do oriente médio: “Democracy is what we need in the region. Democracy is what we believe is best for the long-term stability and development of the region. And we’re not alone in this belief. So what would make a second term Bush democracy promotion strategy more sustainable and more effective?” (WITTES, 2003)

Flynt Leverett³⁷ compara o ambicioso projeto da administração Bush para o Oriente Médio com a agenda wilsoniana no começo do século XX. Em seguida diz que, como ele, muitos liberais da *Brookings* apóiam muitos aspectos da política externa de Bush:

That being said, the Wilsonian metaphor, or comparison, is instructive, because in the end, President Wilson was not able to achieve all that he set out to achieve, and finished his presidency with his agenda largely unrealized. I think it’s fair to say that most of us are supportive of most of the core aspects of President Bush’s agenda for the Middle East. Certainly, we are all in favor of a very vigorous prosecution of a War on Islamist Terror. We are all strongly supportive of the Administration’s non-proliferation goals. We are certainly all in favor of an Arab-Israeli peace settlement. I think, for the most part, we are supportive at least a general level, conceptual level, of the idea of promoting reform in the region, although frankly this is one issue on which you would find a range of views among the contributors to this volume. (LEVERETT, 2003)

O tema do wilsonismo é trazido também por Strobe Talbott³⁸ (2003)³⁹. Em palestra ministrada para a *Brookings*, ele ressaltou dois aspectos da administração Bush pós-11 de setembro. O primeiro aspecto é os fundamentos da doutrina Bush se enquadram dentro de uma tradição de política externa que tem seu ponto de partida tanto em Woodrow Wilson quanto em Teddy Roosevelt. No entanto -- concordando

³⁷ Integra o *Saban Center* desde maio de 2003. Foi acessor da *Condolezza Rice* para as questões de Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Autoridade Palestina, Arábia Saudita e Síria. *Views from Iraq*

³⁸ Strobe Talbott é presidente da *Brookings*.

³⁹ Influente intelectual liberal, jornalista, cientista política e diplomata. Trabalhou na administração Clinton de 1994 à 2001 como Deputy Secretary of State.

com a tese de Daalder e Lindsay⁴⁰ -- Talbott observa que a política externa contém elementos de ruptura com a longa tradição americana:

With all that as background, let me turn to the foreign policy of the current President Bush. In one respect, he is very much in an American tradition going back one hundred years. 'Moral clarity' is a phrase right out of the vocabulary of both Teddy Roosevelt and Woodrow Wilson. If you want to see a synthesis of the 'Rough Rider' spirit and Wilsonianism, read President Bush's National Security Strategy released a year ago, with its vow to make the world, starting with the Greater Middle East, safe for democracy—and to do so with a very big stick. But in another respect Mr Bush, as the first president to take office in the twenty-first century, has broken with his ten predecessors, Republican and Democrat, from the end of the Second World War. By and large, those earlier occupants of the Oval Office—from Truman to Eisenhower to Nixon to George Herbert Walker Bush to Clinton—believed in a foreign policy that combined American leadership with institutionalized, codified cooperation with other countries. (TALBOTT, 2003)

Contudo, é em *Grand Strategy: Why America Should Promote a New Liberal Order in the Middle East*, de Kenneth Pollack (2006), que a tradição wilsoniana aparece representada de forma clara e sistematizada. Pollack discute a importância dos EUA manterem como meta levar a democracia e os valores do liberalismo americano para o Oriente Médio. Apenas uma nova ordem liberal na região poderá substituir um *status quo* marcado pela repressão política, pela estagnação econômica e pelos conflitos culturais. Essa ordem exige uma transformação ampla nas várias dimensões das sociedades árabes, o que envolve uma reforma econômica de acordo com os princípios de livre-mercado; uma reforma educacional que dê possibilidade dos 'graduados' competirem na economia global; uma reforma social que adapte os valores tradicionais às necessidades modernas e; estabelecer governos que garantam a lei e a ordem, que atendam os desejos da população e reflita suas crenças e aspirações.

⁴⁰ *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy*. O livro sustenta que a administração Bush revolucionou a política externa norte-americana no que diz respeito ao seu comprometimento com o sistema internacional, os aliados e as instituições internacionais para impor sua liberdade de ação.

Pollack afirma que, embora empenhada na promoção dos valores democráticos, a administração Bush não tem um projeto coerente para levar a cabo a modernização do Oriente Médio: “*On some fronts, most notably in Iraq, the administration is obviously committed to transformation, though it has been plagued by poor tactical decision- making.*”(POLLACK, 2006) O autor observa que, independente da questão de apoiar ou não a guerra, os EUA estão comprometidos com o futuro iraquiano e se falharem na reconstrução desse país, irá falhar no projeto para toda a região. Ele repete, então, o argumento amplamente divulgado pelos neoconservadores sobre o *spillover* democrático:

The issue can be stated fairly simply. If some day Iraq becomes a stable, pluralist society, others in the region will eventually follow. Democratic dominoes would not begin to fall overnight, of course. Rather, Arabs (and others) would finally have a model of a "liberal" Arab state that reflects Arab history, traditions, culture, and values. Its existence would provide a powerful counterargument to the claims of the region's autocrats and Islamists. (POLLACK, 2006)

As decisões de realizar a guerra preventiva de forma unilateral foi, segundo Daalder, o que levou os EUA à crise de legitimidade que tem comprometido de forma tão lesiva o processo de reconstrução do Iraque. Todavia, não se opõe por princípio ao uso da guerra preventiva⁴¹. Pelo contrário, ele a considera um instrumento útil a

⁴¹ Em *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy* (2003), Daalder estabelece as diferenças entre prevenção e preempção: “Most important, it conflated the notion of preemptive and preventive war. **Preemptive wars are initiated when another country is clearly about to attack.** Israel's decision to go to war in June 1967 against its Arab neighbors is the classic example. **Preventive wars are launched by states against others before the state being attacked poses a real or imminent threat.** "What made war inevitable," the ancient Greek historian Thucydides wrote about the Peloponnesian War, "was the growth in Athenian power and the fear this caused in Sparta." The purpose of initiating war in these circumstances is therefore to stop a threat before it can arise. Israel's strike against Iraq's Osirak reactor in 1981 was one example of preventive war. Cheney's argument that Iraq needed to be struck before it acquired nuclear weapons was another. Much of the Bush rhetoric - including the justification for the Iraq War - was consistent with

ser utilizado pela comunidade internacional quando os estados declinam em se comprometer com suas responsabilidades.(DAALDER, 2005)⁴²

As duas críticas que Daalder faz com relação à doutrina de ação preventiva defendida e praticada pela administração Bush é que (1) ela expandiu o direito de autodefesa para incluir o direito do uso da força contra as ameaças de terroristas e rogue-states antes mesmo que essas ameaças se provassem concretas e factíveis e ;(2) a decisão do uso da força foi tomada unilateralmente. (idem)

O direito ao uso legítimo da violência é uma das mais importantes bandeiras dos liberais wilsonianos. Lee Feinstein e Anne-Marie Slaughter, por exemplo, argumentaram enfaticamente a favor da 'obrigação de prevenir':

La obligación de prevenir tiene tres características esenciales. Primero, trata de controlar no sólo la proliferación de WMD, sino también a las personas que las poseen. Segundo, pone el énfasis en la prevención, llamando a que la comunidad internacional actúe en una etapa temprana para ser eficaz y poder aplicar un conjunto de medidas potenciales dirigidas a gobiernos específicos, sobre todo acciones que puedan emprenderse antes de cualquier uso de la fuerza. Tercero, la obligación de prevenir debe ejercerse en forma colectiva, por medio de una organización global o regional. (FEINSTEIN e SLAUGHTER, 2000)

Daalder entende que, em primeira instancia, uma ação preventiva deve ser aprovada pelo Conselho de Segurança, dado que a ONU se tornou o fórum internacional mais legítimo e que a organização reconhece o direito do uso preventivo da força em caso de ameaças latentes (como o terrorismo e a proliferação de armas). Ele reconhece, entretanto, que a ONU falhou algumas vezes, como no caso Iugoslávia, Darfur, Ruanda e Coréia do Norte. Daalder sugere, portanto, que o

the notion of preventive war, not preemption. **Yet, while preemptive wars have had a long-recognized standing in international law as a legitimate form of self-defense, preventive wars did not.** Not surprisingly, a resort to preventive war in the case of Iraq would prove highly controversial."

uso da força seja legitimado por uma organização regional, onde a probabilidade de convergência é maior entre aqueles que sofreram os custos e aqueles que se beneficiam da ação. Com efeito, o modelo de intervenção passa a ser o da OTAN em Kosovo. Como as organizações regionais não são panacéias, Daalder sugere a criação de uma coalizão formada por democracias⁴³, repetindo, com sotaque tipicamente wilsoniano, que governos representativos e eleitos pela decisão coletiva conferem mais legitimidade ao uso da força. Daalder, por fim, observa que Bush deu o primeiro passo certo e construiu corretamente o argumento para o segundo passo mas falhou no terceiro:

Understanding that role is step one; establishing agreed standards for its use is step two; and implanting these standards in an effective institution is the third step. The Bush administration got the first step right, and the logic of its arguments builds toward the second. But it has gotten step three wrong. Unilateralism is not the only alternative to the Security Council. Regional organizations and a new coalition of democratic states offer ways to legitimize the use of force when the council fails to meet its responsibilities. (DAALDER, 2005)

Portanto, de acordo com a *Brookings*, a tática arbitrária e unilateral levada a cabo pela administração Bush para promover a democracia e os valores do liberalismo no Oriente Médio gerou problemas de credibilidade para os EUA perante a comunidade internacional. Como apontam os analistas, o sucesso da reconstrução do Iraque depende do apoio internacional e esse apoio precisa ser reconquistado para que a política externa norte-americana assegure seus interesses na região.

⁴³ Daalder volta a falar em um 'Concerto das Democracias' em outro artigo publicado conjuntamente com Kagan, *The Next Intervention: Legitimacy Matters*. Esse concerto seria um arranjo "where the world's democracies could meet and cooperate in dealing with the many global challenges they confront." (DAALDER e KAGAN, 2007)

2.3 - Internacionalizar o Iraque

Antes mesmo da anarquia, instabilidade e a violência insurrecional tomar conta do Iraque, Ivo Daalder (2003) já havia escrito artigos sugerindo ao governo norte-americano internacionalizar a reconstrução do Iraque. É isso o que diz artigo “*Bush, To Win the Peace, Must Win Over Allies*”, onde Daalder (2003a) deixa claro que conduzir a reconstrução do Iraque de forma unilateral para os EUA poderia se tornar algo impraticável.

Em “*Internationalize Post-war Iraq*”, Daalder (2003b) critica a decisão do governo, aprovada pelo congresso, de relegar ao Pentágono o papel de liderar sozinho o planejamento e curso da administração transitória do Iraque após a guerra. Tal decisão do congresso norte-americano estabelece que todos os civis envolvidos nos esforços pós-guerra -- incluindo todas as agências norte-americanas, organizações intencionais, e grupos de ajudas não-governamentais – permaneçam subordinados às decisões do General Jay M. Garner⁴⁴. Apesar do grupo de militares ligados a Garner ser de extrema competência, afirma Daalder, não há entre eles ninguém que tenha se envolvido com qualquer experiência de *nation building*. O maior problema na *americanização da reconstrução* para o autor é na percepção do mundo e dos iraquianos das reais intenções da investida norte-americana no Iraque: “*More importantly, the Americanization of the post-war administration will be seen by much of the world—including many Iraqis—as an occupation, and not the liberation the administration insists it is.*”⁴⁵ (DAALDER, 2003b)

⁴⁴ A *Coalition Provisional Authority (CPA)* é criada no dia 21 de abril de 2003 e liderada por Jay M. Garner. Em virtude da inabilidade de Garner em lidar com a crescente violência no Iraque, Paul Bremer o substitui no dia 12 de maio de 2003.

⁴⁵ No dia 7 de outubro de 2003 Daalder e Todd Limberg realizam uma entrevista onde discutem a criação do gabinete *Iraq Stabilization Group* que retira a prioridade da reconstrução do Iraque do departamento de defesa e o transfere para casa branca. Daalder lamenta que a iniciativa tenha sido tomada apenas 10 meses depois de iniciada a guerra.

Ainda no mesmo artigo, Daalder sugere uma abordagem alternativa que a administração Bush deveria adotar partindo de três direções: (i) Conciliar a ação firme da OTAN no plano da segurança; (ii) transferir a tarefa da reconstrução para uma operação multinacional e; (iii) estabelecer uma administração interina representativa e legítima aos olhos dos iraquianos e do mundo, o que é mais provável que ocorra sob os auspícios da ONU que dos EUA. (DAALDER, 2003b)

Em *U.N.'s Role in Iraq*, publicado também pelo jornal neoconservador *Washington Times*⁴⁶, Michael O'Hanlon defende uma posição semelhante a de Daalder:

In particular, we should promote a U.N. Security Council resolution that would give the United Nations the same kind of control in Iraq that it has had in Bosnia, Kosovo and East Timor. However, we should insist simultaneously that NATO run the military mission. We should further insist that U.S. Ambassador Paul Bremer be U.N. Secretary-General Kofi Annan's first special representative in Iraq. (O'HANLON, 2003a)

De acordo ainda com O'Hanlon (2003a), os 'capacetes azuis' da ONU não estão preparados para lidar conflitos armados intensos como no Iraque. Apenas a OTAN teria credibilidade internacional e experiência para trazer segurança para a população iraquiana. Há de se ressaltar a ênfase que os analistas vão dando à segurança à medida que os saques, a violência sectária e a guerra insuergencial vão conduzindo o Iraque para anarquia.

O primeiro evento realizado pela *Brookings* após o início da guerra, *The Road Map and the Reconstruction of Iraq: Where Does the United States Go from Here?*, trouxe à tona alguns pontos sobre a internacionalização da reconstrução do Iraque já levantados por Daalder e O'Hanlon. O evento ocorreu no dia 3 de setembro de 2003, logo após o atentado ao quartel general da ONU que matou o representante especial

⁴⁶ O jornal *Washington Post* publica em seu editorial regularmente artigos de O'Hanlon.

da ONU no Iraque, Sergio Vieira de Mello. Kenneth Pollack defendeu que a mudança regime deveria ser conduzida pela ONU, pois os americanos não sabiam como lidar com a construção da democracia em outros países:

You also have to look at things, like, in terms of building democracy in a country. We don't know how to do it. **Where has the United States actually ever built democracy? The U.N. has done it.** They did it in Cambodia, they did it in Timor to a certain extent; Kosovo, not nearly as well, but it was because of Kosovo that they learned about other places. [...] So it's beyond just the troops. It's the full panoply of U.N. capabilities to rebuild a country, that the U.S. simply doesn't have, which the U.N. has built over the course of the last 10 or 15 years. All of that is necessary, and I don't see how you get that if the U.S. isn't willing to cede a considerable extent of the political control over this operation to the U.N. (POLLACK, 2003)

Roberta Cohen, especialista em direitos humanos, também ligada à *Brookings* e muito próxima à Sérgio Vieira, lamenta que a deterioração da segurança no Iraque, sobretudo no centro e no sul, tem repellido agencias da ONU e *ONGs* para fora do país. Ela prescreve um cenário alarmante para a população iraquiana, dado que a *Coalition Provisional Authority* (CPA) não estava logrando prover os serviços básicos como água, eletricidade, gasolina, saneamento e suplementos médicos. Cohen afirma que só uma melhoria nas condições de segurança no Iraque poderia evitar uma crise humanitária de maiores proporções:

There are at present 173 NGOs operating in Iraq. Most of their staffs have little training in security, and some are poorly equipped. Only seven are reported to have professional, full-time security advisors. Both the United Nations and the United States rely on these groups, as does the Iraqi population. Isn't it high time some serious efforts were made to enhance their security? (COHEN, 2003)

A crítica ao unilateralismo de Bush e a defesa da internacionalização do Iraque é uma das principais bandeiras da *Brookings*. Em artigo assinado conjuntamente com Samuel Berger, ex-acessor de segurança nacional do governo Clinton, e publicado

também pelo *Washington Post* com o título de *The Long Haul*, Ivo Daalder adverte que a única saída para a oposição iraquiana à guerra não se transformar em uma insurgência popular contra a Coalizão é reduzir a face americana na ocupação do Iraque. Isto é, dissolver a CPA e estabelecer uma operação internacional liderada por não-americanos. Daalder e Berger, no entanto, observam que não basta apenas internacionalizar o Iraque. Criticando o governo francês⁴⁷, que pedia um retorno imediato da soberania para as mãos dos Iraquianos, os autores defendem, bem ao estilo do liberal da era progressista, que é 'preciso ensinar e treinar os iraquianos a cuidar dos seus próprios problemas'. E acrescentam: "*Only when Iraqis feel ownership of their future will they take responsibility for stopping those who seek to destroy it*". (DAALDER e BERGER, 2003)

Uma outra publicação escrita conjuntamente com James Lindsay⁴⁸, também pesquisador sênior da *Brookings*, Daalder deixa claro a interface dos liberais com o pensamento neoconservador e o eixo wilsoniano que os unem. *Bush's Priority in Iraq Is Not Democracy*⁴⁹, de 11 novembro de 2003, descreve as divisões dentro da administração Bush a respeito de política externa em geral e da guerra do Iraque em particular. De acordo com os autores, havia dois grupos disputando a influência na condução da guerra e que divergiam quanto aos propósitos do engajamento norte-americano no Iraque: os *democratic imperialists* e os *assertive nationalists*.

Segundo Daalder e Lindsay (idem), os *democratic imperialists*, liderados por Paul Wolfowitz e contando com a influencia intelectuais neoconservadores, acreditam que os EUA só estarão seguros se o mundo for refeito a partir da sua própria imagem. Eles são favoráveis a dispor um maior numero de tropas e dinheiro norte-

⁴⁷ Em 2004 artigo Daalder escreve um artigo com o neoconservador Robert Kagan, criticando o posicionamento do aliados, sobretudo da Alemanha e da França, com relação a reconstrução do Iraque acusando-os de estarem abdicando das responsabilidades internacionais. (DAALDER e KAGAN, 2004)

⁴⁸ James Lindsay é membro do corpo de pesquisadores da *Brookings*. Durante a administração Clinton, Lindsay trabalhou no *National Security Council* (1996-1997).

⁴⁹ O artigo foi publicado também no *Financial Times* no dia 11 de novembro de 2003.

americano para criar um Iraque estável e democrático. Para isso, fazem questão de realçar que têm como modelo a Alemanha pós-Segunda Guerra, onde uma longa ocupação militar somada ao montante de dinheiros do plano Marshall criaram as condições para uma Europa livre e próspera com a Alemanha no seu centro.

Por outro lado, os *assertive nationalists*, que tem na figura de Donald Rumsfeld seu principal representante dentro da administração Bush, não partilharam de uma visão tão ambiciosa. Para eles os EUA estarão seguros quando eliminar as ameaças pontuais que colocam em risco a existência do Estado norte-americano. Para *assertive nationalists*, o propósito do engajamento no Iraque não é criar um Éden democrático mas derrotar os insurgentes e terroristas. Assim, o modelo deles é o Afeganistão, onde o governo soberano local, apoiado pelas tropas internacionais de *peacekeeping*, conduz a segurança interna ao passo que os EUA se concentra apenas nas operações de contra-terrorismo. (idem)

Bush adotou a retórica dos *democratic imperialists* enquanto que seu plano de reconstrução do Iraque o caracteriza como um *assertive nationalist*, lamentam os autores. O desejo apressado para restaurar a soberania plena iraquiana e transferir o poder político interino para as autoridades iraquianas e manter apenas um pequeno contingente militar para as operações de contra-insurgência e anti-terrorismo, demonstram que a Administração Bush preferiu levar a cabo o modelo do afegão ao invés do alemão. Trata-se, portanto, da mesma crítica que Daalder e Berger dirigiram ao governo francês no artigo *The Long Haul*, apresentado acima.

Eles encerram o artigo, em certa medida, de acordo com a proposta de envolvimento longo e profundo defendido pelos *democratic imperialists*, com a ressalva de que os esforços devem ser conduzidos 'internacionalmente' e não apenas pelos EUA:

A more focused counter-insurgency effort in Iraq may prove more successful, if only because the US commitment to success is likely to be greater. It may thus be possible to establish some degree of stability over the next six to 12 months. But turning a society devastated by war, brutal repression, economic mismanagement and corruption and deep ethnic, tribal and religious differences into a beacon of democracy will **require a**

far larger international effort than Mr Bush appears to have in mind. (DAALDER e LINDSEY, 2003b)

A discussão do papel dos EUA na ordem internacional já havia sido apresentada com mais rigor pelos mesmos autores em *American Empire, Not 'If' but 'What Kind'* datado de 10 de maio 2003.⁵⁰ Concordando ou não com a idéia dos EUA como uma potência imperial, asseveram Daalder e Berger, o poder acumulado e o alcance das suas ações já fazem dos EUA um império. Eles traçam, então, um histórico da expansão americana no cenário internacional desde as intervenções na América Central e Caribe com Teddy Roosevelt até a presença de bases militares que os EUA mantêm em mais de 70 países nos dias atuais. Frente à realidade inexorável da natureza imperial do Estado Norte-Americano, a pergunta crucial deve ser colocada de outra maneira. O Império norte-americano deve agir unilateralmente ou deve atrelar suas ações às instituições multilaterais?

The real debate, then, is not whether to have an empire, but what kind. Should America pursue a go-it-alone strategy as it did in 1910, when the United States exerted its power largely at the point of the bayonet and ignored the views of others? Or should it be the empire of 1950, when Washington embedded American power in multilateral institutions that reflected American interests but also constrained its freedom of action? This question was the crux of the dispute with the United Nations over whether to invade Iraq and the one preoccupying the world now as the reconstruction begins. (DAALDER e LINDSEY, 2003a)

Transferindo a discussão para o Iraque, Daalder e Berger sustentam que somente um império fundado na cooperação e na lei pode evitar que o ressentimento da comunidade internacional frustrem os interesses EUA. Em certa medida, esse argumento coincide com o de Fukuyama (2006), o qual defende que legitimidade não apenas serve para os Estados Unidos se sentirem bem, mas elas atendem a uma finalidade prática bem definida e visceralmente vinculada aos interesses da América:

⁵⁰ O jornal *New York Times* publicou o artigo no dia 10 de maio de 2003.

“Outros povos irão seguir a liderança americana se eles acreditarem que ela é legítima; se eles não o fizerem, irão resistir e obstruir o que queremos.”

Daalder examina com mais cuidado a questão da legitimidade na reconstrução do Iraque em *Why Legitimacy In Iraq Matters*, de 29 de janeiro de 2004. No início do artigo Daalder descreve o apuro com que Cheney, Paul Bremer e Bush tentam convencer membros da ONU a ajudá-los no plano de transição do governo interino para os iraquianos, o que sugere, de certa forma, que o governo republicano estava ciente de que os problemas no Iraque vinham aumentando e de que eles não poderiam ser solucioná-los sem o suporte da comunidade internacional. A administração Bush, segundo avalia Daalder, se equivoca em perceber que os problemas na aceitação da ajuda internacional decorrem menos do plano em si e mais da carência de legitimidade das suas ações no Iraque – não apenas para os olhos do mundo mas também, e crescentemente, para a população iraquiana. (DAALDER, 2004)

Argumenta Daalder que o presidente George W. Bush entrou em guerra contra o Iraque acreditando que a legitimidade de suas ações estava garantida pela causa e o alto ou valor de seus fins. Em outras palavras: com a deposição de Saddam Hussein e a eliminação da sua ameaça para seu povo, para a região e para o mundo, os oponentes da guerra se dobrariam aos benefícios do uso da força contra o regime iraquiano. O problema, afirma Daalder, é que muitas pessoas não compraram esses argumentos. As Armas de Destruição em Massa não foram encontradas e investigações provam que Saddam Hussein não possuía nenhum programa de armas na década de noventa, fatos que dão força aos argumentos daqueles preferiam seguir lidando com o Iraque através das sanções, das inspeções e da dissuasão. Para Ivo Daalder a lição é clara:

The lesson of all this is clear—without legitimacy, the exercise of power alone can only get you so far. With legitimacy comes international support and assistance—and a cushion of good will when events go awry. Without legitimacy, you are on your own, making success that much less likely. **Legitimacy, in short, is not a luxury for the powerful**

and a necessity of the weak, as some argue—it is what is necessary to translate power into success. (Idem) [grifo nosso]

Seguindo a mesma linha, O'Hanlon em *Iraq: A Mixture of Good News and Bad*, de 5 de outubro de 2003, argumenta que as ações unilaterais da administração Bush tiveram um custo muito caro para os EUA, prejudicando decididamente os interesses norte-americanos na região e no mundo. Ele questiona, então, quão diferente seria o curso das coisas caso Bush tivesse elaborado uma justificativa mais palatável para a comunidade internacional. 'Quão melhor se encontraria a missão norte-americana no Iraque agora'?

The answer, in short, is that things would probably still be quite tough, but better. The nature of the problem would not fundamentally change, but we might have to bear only 50 to 60 percent of the total burden instead of 80 percent or more. And it would not be our war in the eyes of the world. Iraqi Baathists and jihadists would probably fight us just as hard, but with somewhat less sympathy from the Iraqi population writ large— and with far less damage accruing to the U.S. image in the eyes of the world. (O'HANLON, 2003b)

Em consonância com a crítica de O' Hanlon, Daalder e Lindsay descrevem, em *Unilateralism Disgraced*, como as três suposições fundamentais da Administração Bush se mostraram equivocadas: (i) Saddam Hussein possui armas de destruição em Massa e tal fato se configurava como uma ameaça a Segurança dos EUA; (ii) tornar o Iraque um estável e viável auto-governo seria mais fácil que qualquer esforço de *nation building* e; (iii) uma vez encontradas as armas e o retorno normalidade no pós-guerra, aqueles países que se opuseram à guerra poderiam contribuir para a reconstrução. Como se viu, nenhuma arma foi encontrada, o caos tomou conta de grande parte do país e o EUA seguem sozinho a tarefa de reconstrução. Não há dúvidas, afirmam os autores, que a crise de legitimidade se voltou contra os interesses norte-americanos de forma frontalmente lesiva:

Here is the true cost of Bush's unilateralism. Militarily, more than half the U.S. Army is deployed in Iraq, with no exit date in sight. American soldiers are on one-year rotations, and many face the prospect of returning to Iraq within a year of going home. Morale, recruitment and retention are bound to suffer. We may soon have a broken Army. Our ability to address more pressing national-security challenges will suffer, too. (DAALDER e LINDSEY, 2003c)

A partir de alguns dados O'Hanlon (2003b) argumenta que as posições unilaterais prejudicaram os interesses dos EUA:

Had the Bush administration avoided these mistakes, it would probably have 20,000 to 40,000 more foreign troops now helping it in Iraq, \$5 billion to \$20 billion more pledged in foreign financial help and an American public better braced for the long-term challenge of winning a counterinsurgency while simultaneously helping build a new Iraqi nation. As things stand, the United States is likely to continue to provide 75 percent of the foreign troops needed and just as high a fraction of reconstruction aid in 2004 and beyond. (O'HANLON, 2003b)

Em evento que marcou um ano da invasão no Iraque, os analistas Kenneth Pollack, Michael E. O'Hanlon, Shibley Telhami e Philip H. Gordon mostraram um misto de otimismo e preocupação com a situação no Iraque. Na sua fala, Gordon abordou um tema muito caro aos liberais-internacionalistas americanos, qual seja, a relação transatlântica e o papel dos aliados após a grave crise gerada em função da Guerra do Iraque. O problema de não ir a guerra com alguns aliados fundamentais não recai somente sobre o número reduzido de tropas estrangeiras engajadas na guerra, afirma Gordon, mas com a dificuldade de sustentar uma operação tida pela comunidade como ilegítima:

Legitimacy is important for more than how many troops or how much money you can get from other countries. Legitimacy is also important for the sustainability of the operation. The more others perceive that the United States is isolated and it doesn't have the backing of the international community, it doesn't have the backing of allies, the more they think we might actually fail and cut and run, and that's particularly important for those on the ground. Indeed, those who are trying to drive us out, if they smell blood, so to speak, and the Americans seem isolated, they are inspired to try to win. (GORDON, 2004)

Mesmo com a captura de Saddam Hussein a escalada de violência no Iraque se intensificou em novembro e dezembro de 2003 e o cenário de caos e suposições

de guerra civil vinha gradualmente ganhando forma⁵¹. Um extenso artigo com o título *After Saddam: Assessing the Reconstruction of Iraq* publicado na *Foreign Affairs* pelo diretor da *Saban Center*, Kenneth M. Pollack, reflete as preocupações com um Iraque cada vez mais fragmentado e submerso na violência e na anarquia. Vale lembrar que o mesmo já havia escrito, um ano antes da Administração Bush decidir entrar em guerra contra o Iraque, um artigo para mesma revista defendendo que os EUA deveriam fazer o uso da força militar para depor Saddam Hussein e promover a mudança de regime no Iraque⁵².

Kenneth Pollack lista quatro boas notícias a respeito do Iraque: (i) a opinião pública iraquiana é favorável à reconstrução; (ii) A maioria dos líderes iraquianos tem se mostrado paciente e vem pedindo aos seus seguidores que cooperem na reconstrução; (iii) Não é provável que a insurgência comprometa a reconstrução e a maior ameaça é de que o número de americanos mortos poderá interferir no grau de envolvimento dos EUA na reconstrução; (iiii) Os americanos juntos com a Coalizão têm trabalhado positivamente restabelecer os serviços básicos para a população iraquiana. (idem)

Em seguida, o autor lista as más notícias e propõe algumas sugestões: (i) Os EUA devem reorientar sua estratégia de segurança. Para tanto, devem centrar suas preocupações em defender a população iraquiana ao invés de permanecerem em uma posição auto-defensiva em relação aos ataques insurgenciais. Dado que as forças iraquianas não estão preparadas para proverem segurança à sua população, os americanos devem se ocupar dessa tarefa; Depois de meses de equívocos, a CPA logrou elaborar um plano praticável para a transição política e para a constituição. No entanto o plano é extremamente complicado e depende da superação de diversos obstáculos para funcionar. Isso demandaria,

⁵¹ Foram registrados em novembro 699 mortes nas guerras insurgenciais, das quais 82 foram americanos. O maior número de americanos mortos desde declarada o fim da guerra contras as forças regulares de Saddam. 479 foram civis iraquianos. Fonte: <http://icasualties.org/oif/> e <http://www.iraqbodycount.org/database/>

⁵² *Next Stop Baghdad?*

conseqüentemente, um esforço maior por parte do embaixador Paul Bremer e do Presidente Bush; (ii) O reavivamento da economia iraquiana tem sido ofuscado pelas inúmeras falhas que devem ser corrigidas o mais rápido possível. A primeira é a deficiência em prover segurança para a população iraquiana, o que dificulta o trânsito de bens e pessoas pelo país. A segunda é a dificuldade em prover serviços básicos como eletricidade, água limpa e gasolina; (iii) o número de pessoas comprometidas na tarefa de reconstrução é insuficiente e; (iiii) os EUA têm tido graves problemas com a comunicação, o que dificulta a articulação da CPA com as outras partes do Iraque.

Após explorar minuciosamente cada um dos pontos, Pollack adverte que a hipótese de uma retirada prematura norte-americana do Iraque entregaria o país definitivamente à guerra sectária e ao caos. Iraque se tornaria um estado falido traria sérios problemas para a estabilidade no Oriente Médio. Portanto, o problema de um estado falido transcende as questões humanitárias:

The problem with failed states is not only the misery and suffering they inflict on the people of the country itself, but how they destabilize their entire region. Lebanon fomented instability in Israel and Syria. Lebanon also bred some of the worst terrorist groups around -- groups like Hizballah, which haunt the region to this day. Afghanistan helped create the dangerously volatile situation in Pakistan, created internal unrest in eastern Iran, and has spawned problems for many of the Central Asian states. Afghanistan also became the breeding ground for al-Qa'eda. The chaos in Congo has helped spread instability throughout much of sub-Saharan Africa. The failure of Yugoslavia (and then of Bosnia) threatened to destabilize the entire Balkans, prompting the intervention of NATO, which had the size and resources to stabilize the situation. (POLLACK, 2004)

2.4 - Modelos de reconstrução

No tocante às discussões sobre os modelos de estabilidade pós-guerra a serem aplicado no Iraque, os artigos escritos conjuntamente por Daalder e Anthony Lake⁵³, *Fix What's Broken in Iraq, Focus on Iraqi Politics e Transfer Power in Iraq to UN and NATO*, oferecem um panorama consistente dos liberais a respeito da reconstrução do Iraque. Os autores afirmam que, desde a invasão, a abordagem norte-americana de estabilidade tem sido pautada a partir de tre modelos.

O primeiro modelo é o da França em 1944. Muitos americanos acreditaram que encontrariam a atmosfera de júbilo pela libertação de Bagdá como encontrara em Paris após a vitória sobre os alemães. Ao empossar um governo representativo, o sentimento democrático transbordaria as fronteiras nacionais e transformaria toda a região e possibilitaria as tropas americanas a voltarem para casa. Todavia, as ondas de saques e violência somadas ao colapso das estruturas de governo provaram que Chalabi⁵⁴ não era de Gaulle e Bagdá de 2003 não era Paris de 1944. As tropas americanas tiveram que se estabelecer em Bagdá. (DAALDER e LAKE, 2004a)

O segundo é o Japão de 1945. A democracia poderia ser imposta por um benevolente mandatário americano. Neste caso, Paul Bremer poderia ser Douglas MacArthur, os EUA e as tropas aliadas manteria a ordem e cerca de 20 bilhões de dólares seriam retirados do orçamento para reconstruir o país. Entretanto, o Iraque não se mostrou ser o Japão do pós-guerra. Os americanos proclamaram o Iraque libertado mas o que se viu foi uma reação generalizada por parte da população iraquiana contrária a ocupação norte-americana, até mesmo entre os mais ferrenhos opositores de Saddam. (idem)

⁵³ Diplomata e Professor da Univ. de Georgetown. Lake ocupou um importante cargo na administração Clinton como conselheiro de Segurança Nacional de 1993 à 1997.

⁵⁴ Ahmed Chalabi presidiu a CPA até setembro de 2003.

O terceiro modelo é o do Afeganistão de 2002, com a exceção da ONU exercendo um papel marginal na reconstrução. A soberania poderia ser entregue aos iraquianos no dia 30 de junho de 2004. Novas forças de segurança poderia manter a lei e a ordem, patrulhar as fronteiras e a infra-estrutura do país. Uma assembleia nacional seria escolhida para assumir o poder, redigir a constituição e preparar as eleições. Os EUA, neste caso, ficaria responsável pelas operações de contra-insurgência. Este modelo também falhou. Os problemas de segurança transcendem a capacidade de agilizar o treinamento das forças iraquianas. Politicamente, xiitas, curdos e sunitas estão divididos a respeito das funções e atribuições da assembleia de transição. A maioria xiita insiste em uma assembleia eleita. Os curdos, por sua vez, querem manter a autonomia que arduamente conquistaram. Os sunitas querem evitar se tornarem os grandes perdedores.

De acordo com Daalder e Lake sair do Iraque significaria um desastre estratégico e moral. A proposta dos autores é realizar uma grande barganha -- com os iraquianos e com a comunidade internacional. Com os iraquianos é imprescindível uma estratégia que conceda a cada facção uma fatia satisfatória de poder político. Para os xiitas é aconselhado abandonar o processo de seleção e substituir a eleição popular por uma assembleia nacional. A assembleia redigiria a constituição, apontaria um governo interino e então promoveria as eleições para uma nova administração. Para sunitas e xiitas e todos os iraquianos é aconselhado uma rápida transferência de soberania e a indicação de um Conselho Governamental para dirigir interinamente o Iraque, para concluir uma lei básica de princípios e direitos (incluindo direito às minorias) e conduzir as eleições da assembleia nacional.

A barganha com a comunidade internacional reitera as posições sobre internacionalização que Daalder já havia salientado:

Real internationalisation of the political authorities and the security forces is desperately needed now. That means more than asking the United Nations and Nato to help. It means actually transferring real power and authority to a UN-authorized international mission and a Nato-led security force. (idem)

Em outro artigo, Daalder e Lake (2004b) listam cinco sugestões de para a estabilização política no Iraque:

a) Prorrogar a entrega da soberania ao Iraque proposta para 30 de junho (entregue no dia 28), pois não havia Estado nem Governo em situação viável do exercício da soberania. Antes da entrega, os EUA devem recuperar a legitimidade que perdeu.

b) A soberania deve ser entregue ao Iraque apenas depois de passadas as eleições (começo de 2005) que elegerá a Assembléia. Esse processo deve ser liderado pelo xiita moderado Ayatollah Sistani, o que minaria politicamente a vertente do xiismo radical liderado por Moqtada Sadr.

c) Ao invés de retirar as tropas, os EUA devem reforçá-las. “*No political solution is possible without this security.*”

d) Convencer outras nações a se comprometerem com a reconstrução do Iraque.

e) Bush deve trazer a comunidade internacional para o problema iraquiano, tentando angariar o apoio dos países europeus. “We need the expertise, energy and expenditures of other countries to help make Iraq a success—not least through broadening the international support and thus the legitimacy of any new Iraqi governing structure.”

Com respeito ainda aos modelos, Daalder (2006) reflete sobre a viabilidade de ser aplicado no Iraque o exemplo da Bósnia. Na Bósnia alguns fatores ajudaram a tornar a “Acordo de Dayton⁵⁵” viável, afirma Daalder. Primeiramente, poucos meses antes do Acordo, os croatas junto com a OTAN conseguiram reverter que se

⁵⁵ Acordo que selado em 1995 que marca o fim de 3 anos e meio da Guerra da Bósnia. Por intermédio dele, estipulou-se a formação de duas entidades territoriais na Bósnia, então devastada pela Guerra da Bósnia, tornando-a um Estado dividido. De uma lado, foi criada a Federação Bósnio-Croata, controlada por bósnios muçulmanos e bósnios croatas e, de outro, a República *Srpska* (República da Sérvia), governada por sérvios.

estabeleceram conseguindo tomar a ofensiva contra os sérvios. Segundo que as potências que haviam alimentado a guerra, como a Sérvia e a Croácia, estavam dispostos a negociar. Os EUA tinham poder e estava disposto a forçar um acordo através avassaladora força (60.000 tropas da OTAN no total, para um país que tem um sexto o tamanho do Iraque).

Para Daalder nenhuma dessas condições serve para o caso iraquiano. A insurgência criou um beco sem saída para a Coalizão e para as forças iraquianas e a violência que vinha afligindo o Iraque era de natureza sectária. Ainda mais importante é que não há países na região do conflito influenciando decididamente a condução da violência sectária – o que inclui o Irã. Finalmente, os EUA têm sido parte do conflito por mais de três anos – não possuindo nem a capacidade nem a vontade de impor a decisão final.

Como vimos, em termos estratégicos a *Brookings* advoga que os EUA devem atuar incisivamente para promover a democracia, o progresso e os valores liberais no Oriente Médio. Entretanto, os EUA só se tornarão um líder respeitado quando balizarem suas ações na arena internacional de forma legítima e por meio de instituições multilaterais. Por isso, o *think tank* defende que a reconstrução do Iraque seja conduzida internacionalmente e, preferencialmente, sob a liderança da ONU e da OTAN.

CAPÍTULO 3 – A RECONSTRUÇÃO DO IRAQUE NA VISÃO DO *AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE*

3.1 – Introdução

A fim de tornar clara a ordem de exposição dos principais debates do *American Enterprise Institute (AEI)*, retomarei muito brevemente as idéias centrais do pensamento neoconservador.

A célebre definição de Irving Kristol de que o neoconservador é '*a liberal who was mugged by reality*' diz muito a respeito das duas dimensões fundamentais que compõem o pensamento neoconservador: um idealismo de matriz wilsoniana somado a uma visão hobbesiana do Sistema Internacional. No que se refere a sua vocação notavelmente wilsoniana, um dos elementos centrais do pensamento neoconservador é seu inarredável ativismo internacionalista. Como sugere Kristol (apud Teixeira, 61), os EUA devem seguir uma postura de ação ao invés de reação. Em relação a esse aspecto, é nítida sua proximidade com os liberais-internacionalistas. Não menos wilsoniana é a insistência dos neoconservadores em ter o regime democrático como um elemento primordial na manutenção de uma ordem internacional estável e pacífica.

No que tange aos aspectos ligados à percepção *hobbesiana* do sistema internacional, os neoconservadores se distanciam dos pressupostos liberais. Essa dimensão mais 'realista' do pensamento neoconservador confere às intervenções e à promoção da democracia um objetivo voltado mais para as preocupações de poder e segurança dos EUA. Nesse sentido, diferentemente dos liberais, a reivindicação dos neoconservadores pelas intervenções e pela promoção da democracia não expressa um apelo aos valores universalistas, cosmopolitas e humanitários, mas sim uma forma de advogar os interesses nacionais dos EUA. O ativismo internacional ao qual

reclama os neoconservadores também contém uma outra importante distinção que é seu caráter não-institucional e unilateralista.

Dessa forma, será primeiramente apresentado o debate sobre a visão estratégica do *AEI* a respeito do Iraque e do Oriente Médio. Tais questões giram em torno da mudança regime no Iraque e de como ela reverbera em todo Oriente Médio, do papel exercido pelos EUA nesse processo de democratização e do entrelaçamento entre a promoção dos princípios do liberalismo americano e os interesses vitais de segurança dos EUA. Logo após, serão apresentados os debates que revelam as concepções táticas do *AEI*, o que envolve, sobretudo, uma reflexão sobre legitimidade internacional, os aliados, instituições internacionais e o unilateralismo. Por fim, serão apresentados os modelos de reconstrução sugeridos pelo *think tank* neoconservador.

3.2 – A estratégia wilsoniana contra o terrorismo

A democracia constitui um dos valores mais caros para os neoconservadores. Contudo, diferente do apelo humanista e cosmopolita típicos do liberal-internacionalismo da *Brookings*⁵⁶, para o *AEI* a promoção da democracia deve estar vinculada às necessidades vitais de Segurança e Defesa dos EUA. Embora a relação entre democracia e segurança seja um dos fundamentos primordiais do pensamento wilsoniano e, portanto, defendida pelos liberais, os neoconservadores tendem a enfatizar ainda mais o vínculo dos valores liberais com os interesses nacionais dos EUA. Nas palavras de Stelzer (apud Teixeira, 2005: 74) a promoção da democracia é “a melhor forma de assegurar a manutenção de uma ordem mundial pacífica e próspera”.

⁵⁶ *The Case against Humanitarian Intervention*, de John Bolton, é o mais recente exemplo de artigo publicado na *AEI* apresentando argumentos dos neoconservadores contra intervenções humanitárias. (BOLTON, 2008)

Douglas Feith (2004), então subsecretário de defesa, expõe em conferência no *AEI* os pilares que sustentam a estratégia da administração Bush para o Oriente Médio e que é, em grande medida, endossada pelos analistas do *think tank*. Afirma Feith que a remoção da ditadura de Saddam poderia tornar o mundo mais seguro, libertar a população iraquiana e abrir caminho para o desenvolvimento de instituições democráticas no Iraque e, conseqüentemente, em todo o Oriente Médio:

If Iraq built democratic institutions, it would not only help ensure that Iraq remains off the lists of terrorism supporters, but it could help us in the crucial task of countering ideological support for terrorism. It would be of great practical benefit if Iraq became a model of moderation, freedom, and prosperity. The terrorists of al Qaeda and other organizations know how devastating that would be for their interests, which is why they're doing what they can to fight the coalition in Iraq. (FEITH, 2004)

Posto que o terrorismo constitui a principal ameaça aos EUA após o 11 de setembro⁵⁷, Muravchik⁵⁸ (2004) vincula as idéias de 'paz democrática' ao combate do terrorismo como principal estratégia a ser seguida pelas autoridades norte-americanas:

The heart of that strategy is to promote democracy in the Middle East, which Bush rightly believes offers the only long-term answer to the underlying causes of terrorism. After all, democracies are less likely to start wars than are dictators, and for the same reasons they are less

⁵⁷ De acordo com a **Estratégia de Segurança Nacional** dos EUA de 2002: *"Defending our Nation against its enemies is the first and fundamental commitment of the Federal Government. Today, that task has changed dramatically. Enemies in the past needed great armies and great industrial capabilities to endanger America. Now, shadowy networks of individuals can bring great chaos and suffering to our shores for less than it costs to purchase a single tank. Terrorists are organized to penetrate open societies and to turn the power of modern technologies against us."* Fonte: www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf

⁵⁸ Joshua Muravchik é um dos mais atuantes membros *American Enterprise Institute* e defensor enfático do neoconservadorismo.

likely to spawn terrorists. Most of the terrorism that plagues the world, remember, springs from the Middle East. (MURAVCHIK, 2004)

No mesmo sentido, Pletka⁵⁹ (2003) procura justificar o porquê de se impor a mudança de regime no Iraque. A analista defende que o objetivo da mudança de regime no Iraque é transformar todo o Oriente Médio. Para sustentar sua opinião, Pletka reúne algumas estatísticas com o intuito de denunciar a precária situação social e econômica no Oriente Médio onde, segundo sua exposição, toda riqueza advinda do petróleo é concentrada nas mãos de uma pequena elite econômica e política. Partindo dos indicadores sociais, sobretudo os educacionais, Pletka, assumindo uma postura liberal-iluminista, atribui à carência de escolaridade e ao nível precário de renda as fontes de intolerância, obscurantismo e ódio anti-americano: *“Do you know what people without jobs and without education do? They learn in madrassas and they hang around mosques. Not all, but enough to imbibe the virulence that is feeding a generation of terrorists and their sympathizers.”* (PLETKA, 2003)

Convidado para compor de um dos painéis do evento *What Lies Ahead*⁶⁰, Krauthammer argumenta que a única esperança para se erradicar o ódio, a inimizade e o fanatismo, sentimentos responsáveis pelo 11 de setembro, é promover uma revolução no Mundo Árabe, embora isso não possa ser feito da noite para o dia. Um comprometimento duradouro para criar sociedades livres com sistemas educacionais decentes, afirma Krauthammer, é o remédio para combater o radicalismo e o anti-

⁵⁹ Danielle Pletka é um dos membros mais atuantes da *AEI* e parte do grupo de estudos sobre Oriente Próximo e Sudeste Asiático.

⁶⁰ Uma série de eventos denominados *What Lies Ahead* foram promovidos pela *AEI* após a derrubada do regime de Saddam. Além dos célebres intelectuais do Instituto, como Michael Ledeen, Fred. Kagan, Pletka, Donnelly, Murashvick e Richar Perle, os eventos contaram também com a presença de outras influentes figuras como Krauthammer, Janet Daley e James Woolsey.

americanismo no Oriente Médio. Para o autor neoconservador, uma transformação radical naquela região é um projeto ambicioso embora imprescindível:

That's the meaning of the war on Iraq. It is an attempt, it's a radical attempt, it's an ambitious attempt, but it's a serious, and I think utterly sincere, attempt, to try to bring decent government and democracy to a region that the world has written off, and I think should never have written off in terms of democracy. (KRAUTHAMMER, 2003)

Para Woosley⁶¹ (2003), além das democracias dificilmente guerrearem entre si, elas não se tornam abrigos para o terrorismo e para as ameaças vindas de armas de destruição em massa. Portanto, é imprescindível um compromisso profundo dos EUA para transformar radicalmente a face do mundo árabe. Além da força militar, os EUA precisam buscar amigos moderados na região e deixar claro que, tal como se deu como Leste Europeu e a União Soviética durante a Guerra Fria, os americanos estão ao lado dos árabes, embora contrário aos governos autoritários que os oprimem. O mesmo autor acusa de racistas aqueles que não acreditam que os árabes possam construir instituições democráticas:

I think that what is current in a lot of discussion about this is the notion, especially in Europe but to some extent in this country: You crazy Americans, there you go being idealistic again. Everybody knows that Arabs can't run democracies. I think there is only one word for that notion, and that word is racist. (WOOSLEY, 2003)

Ao contrário do que acreditam os realistas, para os neoconservadores os EUA entram em guerra por um princípio e não por um objetivo político limitado. Woolsey (idem) afirma que, tal como sucedeu em outras ocasiões -- Primeira e Segunda

⁶¹ James Woosley é especialista em política externa e ex-diretor da CIA.

Guerra e na Guerra fria --, os americanos guerreiam por valores e princípios democráticos:

But what I want to say a word about is 1942. 1942 was not, until the end, a particularly happy year in World War II, but Roosevelt and Churchill found the time, almost immediately after the United States entered World War II, to draft the Atlantic Charter. And World War II was fought for the freedom of the people of the Atlantic community, and the people of Europe knew that, just as they had known that World War I was fought for Wilson's 14 Points, and I might say, after Antietam, the people in the American South knew that the American Civil War was being fought for the freedom of individuals, not for a narrower political objective.(idem)

Fazendo também referência à Guerra Civil Americana, Donnelly⁶²(2003) defende que os EUA enfrentam no Iraque um desafio de natureza similar ao que enfrentara Lincoln durante a guerra de secessão. Afirma Donnelly que, diferente da primeira Guerra do Golfo⁶³, trata-se não de uma guerra limitada com finalidades pontuais, mas sim de uma guerra para 'transformar o regime' e 'libertar uma nação':

Today President Bush faces decisions not dissimilar from those faced by Lincoln in the midst of the Civil War. America's long-running war with Iraq is likewise at a turning point. The political goal has changed: The president has rejected the view of a limited war held by his father in favor of "regime change" and the liberation of the oppressed Iraqi people. The strategic goal now extends far beyond the ejection of Iraqi armed forces from Kuwait and the subsequent containment of Saddam's ambitions and weapons programs. The military plans also have been entirely rewritten. The exquisitely sequenced and largely self-referential air and ground campaigns of 1991's Operation Desert Storm reportedly have been replaced by bolder, more direct, and more decisive plans. (DONNELLY, 2003)

⁶² Thomas Donnelly é membro muito atuante da *AEI* e analista especializado na área de defesa e segurança.

⁶³ A forma como foi concluída a guerra do golfo é objeto permanente de crítica para os analistas da *AEI*. Muravchick (2008), por exemplo, defende que os EUA deveriam, além de obrigar as tropas de iraquianas a se retirarem do Kuwait, depor o governo Saddam Hussein e promover a mudança de regime naquele país. Ele atribui aos assessores 'realistas' de George H. W. Bush a culpa pela decisão cínica de manter o ditador Saddam Hussein no poder: "*The war concluded on a consummately realist note--the decision to leave Saddam in power.*" (MURAVCHICK, 2008)

O efeito da Guerra Civil sobre a tradição dos EUA de impor aos seus inimigos e a fórmula do rendimento incondicional foi também trabalhada por Aron ao comentar as decisões impostas por Roosevelt ao Japão e Alemanha: “O espírito de cruzada, característico da psicologia americana incitaria os governantes daquele país a ignorar os problemas posteriores à vitória militar. Se o inimigo se confundia com a encarnação do mal, a moral e a utilidade ordenavam seu aniquilamento. O resto – a paz—viria naturalmente como uma consequência.” (ARON,1985: 463)

O espírito cruzadista, muito arraigado ao *hard wilsonianism*⁶⁴, e seus efeitos na teoria da guerra foram também objetos de reflexão para Schmitt (1963). A crítica que o cientista político direcionou a Lenin⁶⁵ pode ser, de certa forma, transposta ao modo como a tradição wilsoniana concebe seus inimigos, isto é, não como inimigos verdadeiros, mas como inimigos absolutos ou inimigos de toda humanidade. Para Schmitt, a guerra da inimizade absoluta não conhece limitações, dado que a prática conseqüente da inimizade absoluta outorga a essa guerra seu sentido e sua justiça. Guerras desta índole são, por necessidade, guerras especialmente violentas e cruéis porque, transcendendo o político, rebaixam moralmente o inimigo fazendo dele um monstro desumano que não só deve ser repellido como exterminado. Nesse sentido, o espírito de cruzada moral, tão caro ao pensamento neoconservador, se comporta na razão inversa ao que Joana D’arc pontuou frente ao tribunal eclesiástico: “*Cuando el juez eclesiástico le hizo la pregunta – una pregunta teológica – de si pretendía afirmar que Dios odiaba a los ingleses, ella contestó: ‘No sé si Dios ama u odia a los ingleses. Sólo sé que deben ser expulsados de Francia’.*” (apud SCHMITT, 1962)

Outro elemento indispensável à estratégia da administração Bush e que tem amplo suporte intelectual do *AEI*, é a tese de que o surgimento de um regime liberal-democrático no coração do oriente médio, o Iraque, inspiraria toda região que

⁶⁴ Termo cunhado pelo neoconservador Max Boot.

⁶⁵ Shmitt afirma que Lênin elegeu como inimigo um princípio geral e não um inimigo concreto: “Su enemigo absoluto, concreto, era el enemigo de clase, el burgués, el capitalista occidental y su orden social, en todo país en el cual dicho orden imperase. La identificación del enemigo fue el secreto de la tremenda potencia agresiva de Lenin.” (SCHMITT, 1963)

passaria, conseqüentemente, por uma espécie de 'primavera dos povos'. De acordo com Rubin⁶⁶ (2005) o *spill over* democrático já está em marcha no Oriente Médio. Ele argumenta que a guerra do Iraque e a insistência da administração Bush em democratizar a região já vêm mostrando alguns efeitos positivos:

Democracy has taken root in the Middle East. Sparked by the Iraq war, Arab columnists debate the meaning of democracy, the nature of reform, and the parameters of dissent. While the ultimate expression of Middle Eastern democracy is uncertain, the change sparked by Bush's belief in democracy as a pillar of foreign policy continues to reverberate throughout the region.(RUBIN, 2005)

As eleições no Iraque serviram como uma centelha que inflamou o Líbano e conduziu o país à Revolução do Cedro⁶⁷. Para Rubin (idem), a Revolução do Cedro foi uma das conseqüências da recente política norte-americana de apoio à democracia na região. Assim, as eleições no Afeganistão e no Iraque seriam os principais propulsores de uma onda liberalizante em todo o Oriente Médio, tal qual ocorrera em alguns países pós-comunistas do leste europeu e da Ásia central com as Revoluções Coloridas⁶⁸. Avalia Rubin que: *"Already, Iraq's elections have had an impact beyond its borders. Less than two months after Iraqis marched to the polls, Lebanese citizens arose to demand the same rights to exercise democracy."* (idem)

⁶⁶ Michael Rubin é membro *AEI*, senior da *Naval Postgraduate School* e editor da *Middle East Quarterly*.

⁶⁷ A Revolução do Cedro foi uma série de demonstrações no Líbano iniciadas pelo assassinato do primeiro ministro libanês Rafik Hariri no dia 14 de fevereiro de 2005. O principal objetivo do levante era expulsar as tropas e a influência síria estado território libanês. No dia 27 de abril de 2005 o objetivo foi conquistado e a Síria encerrou uma ocupação no Líbano que perdurara desde 1976.

⁶⁸ Movimentos democráticos que ocorreram em países ex-comunistas do leste europeu e da Ásia Central como na Iugoslávia (2000), a Revolução Rosa, na Georgia (2003), a Revolução Laranja na Ucrânia (2004) e Revolução das Tulipas no Kyrgyzstão (2005).

A referência à Revolução do Cedro como consequência das ações norte-americanas no Iraque e no Afeganistão não é monopólio dos neoconservadores. O colunista liberal David Ignatius (2005) comparou os eventos no Líbano com a queda do muro de Berlim e ligou o clamor democrático da Revolução do Cedro às eleições no Iraque. Ignatius se utiliza do depoimento de um líder libanês da comunidade druzá, Walid Jumblatt, para sustentar seu argumento:

It's strange for me to say it, but this process of change has started because of the American invasion of Iraq," explains Jumblatt. "I was cynical about Iraq. But when I saw the Iraqi people voting three weeks ago, 8 million of them, it was the start of a new Arab world." Jumblatt says this spark of democratic revolt is spreading. "The Syrian people, the Egyptian people, all say that something is changing. The Berlin Wall has fallen. We can see it. (IGNATIUS, 2005)

Seguindo o impulso liberal, os eventos no Iraque também vêm influenciando a demanda na população iraniana por democracia. Alguns dias antes dos EUA entrarem em Guerra contra o Iraque, Gerecht⁶⁹ (2003), escreve *Why We Need a Democratic Iraq*⁷⁰, onde ele defende, entre outras coisas, que um Iraque democrático poderia ser inspirador para uma transformação no Irã. Como os EUA têm escassas ferramentas não-militares para lidar com a ameaça nuclear do Irã, um vizinho democrático poderia atender aos interesses norte-americanos na região:

A democratic Iraq could conceivably accelerate a similar spirit inside Shia Iran, where the ruling clergy has so far successfully corralled the desire for freedom. If the Iranians, who consider themselves vastly superior to the Iraqis, look westward toward a successful democratic experiment, they may react with widespread shame and hope--for Iranians, essential revolutionary ingredients. Washington has very few

⁶⁹ Reuel Marc Gerecht é membro da *AEI* e especialista em Oriente Médio. Tem direcionado seus estudos após o 11 de setembro para os Irã, Iraque. Trabalhou na CIA como acessor em Oriente Médio de 1985 a 1994. Gerecht é também colunista da *Weekly Standard*.

⁷⁰ Também publicado na revista neoconservadora *Weekly Standard*, 24 de março de 2003.

non-military options for preempting a nuclear-armed Islamic Republic in Iran. It shouldn't waste this one. (GERECHT, 2003)

Rubin (2005) afirma que, a despeito do irrisório suporte do Ocidente em promover a democracia no Irã, quando diversos grupos sectários, econômicos, étnicos e religiosos se uniram no Iraque para garantirem por meio de um governo transitório seus direitos básicos, houve protestos tanto no Irã quanto na Síria exigindo direitos equivalentes. Os curdos iraquianos se esforçaram para garantirem federalismo na nova constituição iraquiana, e os iranianos curdos estão se agitando para o mesmo privilégio. O autor acrescenta que, depois do inglês e o francês, o persa representa o maior língua dos *blogs* na Internet onde muitos deles expressam suas críticas ao autoritarismo dos Aitolás e pedem por mais liberdade: “*As Iraqis pursue new freedoms irrespective of the controversy in European circles as to how they were won, Iranian bloggers have juxtaposed Iraq’s newfound rights with their own restrained freedoms, and have become increasingly outspoken in their demands for democracy.*” (RUBIN, 2005)

Um contraponto à orientação geral do *AEI* para o Oriente Médio surgiu na exposição de Steven Metz⁷¹ quando o especialista questionou o que ele considera as três ‘suposições’ e ‘hipóteses’ centrais que conduziram os EUA a entrar em guerra e promover a mudança de regime no Iraque.

De acordo com Metz (2003), a primeira suposição da atual estratégia é que uma força externa, os Estados Unidos, pode exercer um papel decisivo no sentido de remover os obstáculos para a democracia no Oriente Médio. Entretanto, se olharmos para as grandes ondas de democratização regional que aconteceram nos últimos 30 anos – América Latina, Leste Europeu e Oriente Médio – a maioria dos analistas e historiadores sustentam que forças externas como os EUA exerceram papel

⁷¹ Steven Kent Metz é membro do the *Regional Strategy and Planning Department, and Research*, professor do *National Security Affairs no U.S. Army War College Strategic Studies Institute (SSI)* onde se especializou em insurgência e contra-insurgência e política de defesa. Metz é também membro da *RAND Corporation Insurgency Board* e filiado ao Partido Republicano.

importante, mas não um papel decisivo no processo de democratização. Assim, os EUA podem favorecer a balança para um dos lados, mas não podem criar as condições para o florescimento da democracia, observa Metz. O pressuposto que está por trás da estratégia norte-americana para o Oriente Médio, portanto, representa uma ruptura com a história recente e seus resultados não têm sido objeto de um debate sério e maduro nos EUA:

So what's happening with our strategy for the Middle East today is that it's based on the assumption that we can really have a break with recent history. Recent waves of democratization were based on outsiders playing an important role; we're saying this wave of democratization can be based on outsiders playing a decisive role. That's a very, very important shift, and I hope it's possible. I hope the president's right. But I don't think we've yet had a full-fledged national debate that says does that actually make sense. (METZ, 2003)

A segunda suposição levantada por Metz (*idem*) é que, a despeito do alto custo político e econômico, os EUA colherão os benefícios de ter revolucionado o *status quo* no Oriente Médio. Essa suposição trás consigo duas hipóteses: (i) que democracia no Oriente Médio poderá eliminar as fontes de terrorismo; (ii) e que um Oriente Médio dominado por regimes democráticos convergirá mais com os interesses norte-americanos. No entanto, Metz sustenta que há uma considerável possibilidade de novas e frágeis democracias elegerem governos radicais e antiamericanos.

A terceira suposição -- e uma estratégia crucial da administração Bush -- é que um Iraque democrático servirá como catalisador de uma ampla revolução democrática em toda região. O autor critica a falta de debate a respeito dessa tese que tem comprometido a administração a elaborar uma estratégia mais convincente e coerente para o Oriente Médio:

I mean, there is analysis out there and, you know, there's a whole history of how democracy spreads in regions. There's theory on that. So there's analytical tools out there to look at how one nation can serve as a catalyst for democracy. But we haven't yet really applied that to the Middle East and to Iraq. We've just sort of gone barely into this based on assumptions. (*idem*)

Como vimos, o apelo por uma revolução democrática no Oriente Médio -- tendo o Iraque como propulsor da onda modernizadora -- é a pedra-angular da orientação estratégica neoconservadora. Para o *think tank*, a vitória sobre terrorismo e outras ameaças transnacionais que ganharam força após o 11 de setembro, depende do envolvimento norte-americano em transformar profundamente o *status quo* do Oriente Médio. No próximo tópico será apresentado o debate sobre os meios sugeridos pelo *AEI* para que os EUA logrem atingir tal ambiciosa meta.

3.3 – A Reconstrução unilateral do Iraque

As análises e sugestões publicadas pelo *AEI* sobre a reconstrução do Iraque derivam essencialmente de uma percepção da natureza e do funcionamento do Sistema Internacional. Todas as publicações ecoam, de certo modo, a discussão vigente no pós-guerra fria a respeito do papel que deve exercer os EUA após a derrota da União Soviética, o ‘Império do Mal’. Pode-se afirmar que, em grande parte, os analistas do *AEI* concordam com o argumento do *Unipolar Moment*⁷² de Krauthammer. O que significa dizer que eles sustentam que os EUA, na condição de ‘superpotência’ solitária, só estarão realmente seguros quando fizerem uso do seu poder avassalador para construir uma ordem internacional mais benigna (MURAVCHIK, 2008).

Na tentativa de dar fundamento histórico à Doutrina Bush, muitos analistas do *AEI* recorrem aos Pais Fundadores ou à história remota da república norte-americana. Donnelly (2005) considera as ações unilaterais da administração Bush como um elemento constitutivo na cultura política norte-americana que remonta Thomas Jefferson:

The Bush administration’s policies are thus not the result of an evanescent “unipolar moment” but rather a reflection of a deeper

⁷² Artigo de Krauthammer para a *Foreign Affairs* apresentado e discutido no capítulo 1.

strategic culture that has guided the United States from the earliest days of the republic. Those policies are sustained not simply by the fact of American power or the extent of its military might, impressive as those may be. Rather, it is the enduring belief that the only true, lasting security is to be found in a large, "international" order, founded on individual political rights and freedoms--the very "empire of liberty" of which Jefferson wrote.(DONNELLY, 2005)

O argumento de Donnelly, defendendo uma suposta vocação imperial ou, nas palavras de Garry Schmitt⁷³, um instinto hegemônico⁷⁴, é recorrente nas publicações do *AEI*. No mesmo sentido, Boot faz alusão a um "instinto wilsoniano"⁷⁵, como se fora um registro contido no DNA da política externa norte-americana e cujas finalidades últimas tendessem ao expansionismo. Ainda poder-se-ia lembrar de Kagan (2003: 88) que, também fazendo alusão a uma tradição que tem ponto de partida nos Pais Fundadores, afirma: "*A expansão de território e influência tem sido a realidade inescapável da história dos EUA, e não tem sido uma expansão inconsciente. A ambição de desempenhar um papel grandioso no palco mundial tem raízes profundas na personalidade americana.*"

À esse caráter soma-se a conjuntura do sistema internacional – resultado de uma série de circunstâncias históricas – onde não existe mais balança de poder (MURACHVICK, 2003). Fazendo coro com Madeleine Albright, os EUA são uma nação indispensável⁷⁶ e deve se portar como o guardião da ordem liberal:

⁷³ Garry Schmitt é diretor da *AEI*, colunista da *Weekly Standard* e trabalhou como acessor na administração Reagan.

⁷⁴ *To Be, or Not to Be . . . an Empire*, 22 de junho de 2007

⁷⁵ Ao falar do instinto wilsoniano, Marx Boot também faz alusão a Jefferson: "*Contrary to the animadversions of Iraq war critics, there is nothing new about spreading democracy at gunpoint. The central philosophy behind Manifest Destiny was the belief that Americans, as the champions of liberty, had a right to annex not only all of North America but also territories from Hawaii to the Philippines. So successful were the Americans in establishing their "empire of liberty" (Jefferson's phrase) that today almost no one realizes that the "winning of the West" was imperialism in another guise.*" (America's Wilsonian Instinct, outubro de 2006)

⁷⁶ No dia 21 de julho de 2008, Garry Schmitt escreve um artigo intitulado *Indispensable Nation* reiterando e aprofundando a idéias de Madeleine Albright.

It is not much of an exaggeration to say that the strategic realities of our time were not readily grasped by either the first Bush administration, which clung hang on to Cold War realpolitik even after the Berlin Wall had come down; or the Clinton administration, which desperately sought to transcend power politics and remained deeply ambivalent about the legitimacy of military force; or even by the current Bush administration during its early days, when it appeared headed back toward a traditional balance of power calculus. Although each of these approaches reflected a natural American modesty or "humility," as President Bush himself said during the 2000 campaign, they did not fully account for the fact that, as **the sole superpower, America represents the only practical hope for preserving the liberal international order.** (DONNELLY, 2003b)

Há, contudo, uma distinção nítida que separa as abordagens de Albrigh e Donnelly para o internacionalismo. A primeira, liberal, caracteriza-se por ser abalizada geralmente por instituições supranacionais ao passo que a segunda, neoconservadora, guarda profunda desconfiança por tais arranjos institucionais. (TEIXEIRA, 63). Após os ataques às torres gêmeas, o Oriente Médio se tornou o principal foco das ameaças e o conjunto das idéias neoconservadoras foram cristalizadas na Doutrina Bush. Um dos intelectuais mais influentes do pensamento neoconservador, Kristol⁷⁷ (2003), afirma em evento no *AEI* que a lição aprendida do 11 de setembro foi que os EUA não poderiam deixar as coisas seguirem como elas estavam no Oriente Médio. Para isso a política externa deveria ser reorientada radicalmente no sentido de promover uma ampla e ambiciosa transformação na região, uma vez que o Oriente Médio vinha se tornando, entre outras coisas, uma fonte inesgotável de intolerância, anti-americanismo, terrorismo e um seleiro de ditadores portando armas de destruição em massa, estando todas essas coisas interligadas umas com as outras. Portanto, frente à esses desafios, os EUA não poderiam depender das instituições internacionais para eliminarem tais ameaças:

American foreign policy that is going to be necessary over the next several years, the sense that you can't depend on international institutions, the sense that, you know, we should err on the side of strength and force, if we have to, and not on the side of sort of waiting for

⁷⁷ Filho de Irving Kristol, que foi conhecido como o godfather do neoconservadorismo, William Kristol é uma dos intelectuais neoconservadores mais atuantes da atualidade. É fundador da *Weekly Standard* e fundou também, junto com Robert Kagan, a *Project for the New American Century* (PNAC)

international institutions or treaties to have a desirable effect. (KRISTOL, 2003)

Os efeitos dessa postura na política externa norte-americana para o Iraque pós-Saddam se traduzem numa oposição virulenta do *think tank* a qualquer tentativa de internacionalizar o processo reconstrução daquele país. Neste ponto, surgem as primeiras divergências do *AEI* com a Administração Bush, sobretudo com o ex-secretário de Estado Colin Powell. Antes mesmo do governo Bush solicitar a organização da Conferência em Madri⁷⁸ objetivando arrecadar fundos da comunidade internacional para a reconstrução do Iraque, os neoconservadores do *AEI* acusaram a administração de fraqueza, uma vez que aceitar suporte internacional significaria abrir concessão às sugestões dos liberais e europeus. Tal postura foi, muitas vezes, atribuída à suposta inclinação liberal-internacionalista de Colin Powell⁷⁹: “*Secretary Powell’s views, of course, have been quite constant. He has essentially mirrored the opinion of the Democratic foreign-policy elite, which shares, on most issues, the preferences and reflexes of the Foreign Service.*” (GERECHT, 2003b).

Quando questionados se a condução da reconstrução de forma unilateral não tornaria o processo ilegítimo, a resposta em uníssono do *AEI* é uma sonora crítica à ONU. Essa crítica é desferida pelos neoconservadores em duas frentes. A primeira -- e mais ampla -- atinge os princípios sobre os quais a ONU foi erigida. A segunda, mais estrita, expressa uma repulsa do *think tank* às ações pontuais do Organismo após a Guerra Fria.

⁷⁸ Entre 23 e 24 de outubro de 2003. The Madrid Conference on Reconstruction in Iraq: http://www.europa-kommissionen.dk/upload/application/b0788530/com03_575en.pdf

⁷⁹ Ao longo das publicações são várias as críticas e ironias dirigidas à Powell. Daniela Pletka, por exemplo, atribui a Powell muitos dos problemas que EUA vinha enfrentando na reconstrução: “*Part of the problem with the United States and planning for the future of Iraq is that the very people who should be charged with planning are the people who have fought most aggressively within the government against the policy of regime change--the Department of State*” (PLETKA, 2003).

Em primeiro lugar, de acordo com o *AEI*, a ONU, tal como está organizada, não representa necessariamente a única fonte de legitimidade internacional. Uma vez que o pensamento neoconservador acredita na supremacia dos valores democráticos, não há razões para se considerar legítimo o aval de organismos onde muito dos membros não são governos representativos. O Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, é visto, muitas vezes, como um comitê dos vitoriosos da Segunda Guerra Mundial que manejam cinicamente o mundo conforme seus interesses. Ou, segundo Krauthammer: “*The Security Council is, on the very rare occasions when it actually works, realpolitik by committee. But by what logic is it a repository of international morality?*” (KRAUTHAMMER, 2002)

A crítica de Krauthammer à concepção da ONU como única fonte de legitimidade é muito freqüente nas publicações do *AEI*. O tema sobre a legitimidade da ONU foi mais intensamente discutido em um evento intitulado *What Are We to Think about the UN?* onde a lendária figura do movimento neoconservador, Kirkpatrick⁸⁰ (2004), afirmou:

I would just like to say that I do not believe that the United Nations is the source, the unique source, of legitimacy for action in the international domain. Constitutional, democratic governments who accept and practice a rule of law are perfectly acceptable, if you will, or strong source of legitimacy, or equal to that of the United Nations, I might say. I don't think all governments are, but governments of law, who observe and respect the rule of law and who are constitutional democracies, I think have a serious claim to be a source of legitimate action independently of the Security Council. (KIRKPATRICK, 2004)

Um outro artigo publicado pelo *think tank* neoconservador e assinado conjuntamente por Perle e Frum⁸¹ (2004) faz um ataque ainda mais agressivo à ONU e sugere que se a Organização não for reformada os EUA deveriam se retirar dela. Perle e Frum argumentam que a ONU tornou-se um ator sem importância no combate ao terrorismo, que é justamente a principal ameaça à Segurança Nacional

⁸⁰ Jeane J. Kirkpatrick foi figura de destaque na Administração Reagan, embaixadora na ONU e scholar da AEI.

⁸¹ David Frum é membro da *AEI* e atuou como acessor do Presidente Bush entre 2001 e 2002.

do EUA. Além de sua irrelevância na guerra contra o terror, a ONU tem sido um entrave à segurança nacional dos EUA, uma vez que ela pretende impor limites legais à capacidade de mobilização dos EUA de se defenderem a si próprios. Assim, concluem os autores:

In a little more than a decade, our world has been transformed, first by the fall of the Soviet Union and then the events of 9/11. Everything has changed--except for the UN. It remains an invention of a vanished era, designed to solve vanished problems. It must evolve or it will slide from irrelevance to oblivion. If the UN is not part of the anti-terror fight, the United States should not be part of the UN. (PERLE e FRUM, 2004)

Numa dimensão mais pontual e estrita, a outra crítica do *think tank* à ONU diz respeito, sobretudo, aos problemas decorrentes do *Oil-for-Food Programme*. Durante a primeira guerra do Golfo o Conselho de Segurança da ONU impôs um embargo ao Iraque com intuito fazer com que Saddam retirasse suas tropas do Kuwait. Para forçar o governo iraquiano a pagar as reparações e eliminar as eventuais armas de destruição em massa, o embargo prosseguiu mesmo depois da ter sido encerrada. Em 1995, contudo, a administração Clinton propôs o programa *Oil-for-Food* que foi estabelecido por meio de uma resolução do Conselho de Segurança, com o objetivo de amenizar os danos causados à população iraquiana pelo embargo⁸². O Programa permitia o Iraque vender petróleo no mercado internacional em troca de alimentos, medicamentos e outros bens com finalidades humanitárias.

De forma geral, a crítica do *AEI* é que a política de contenção somada às sanções econômicas puniu a população iraquiana e favoreceu o ditador Saddam Hussein a reiniciarem seus programas de destruição em massa (KAGAN, 2004). O favorecimento do programa ao regime de Saddam se deu devido a um escândalo que revelava, segundo os neocnservadores, uma relação promíscua entre a ONU -- que

⁸² Resolução 986.

funcionava como uma 'sociedade secreta' -- e o governo iraquiano. A suposta relação rendeu um evento, *The United Nations Oil-for-Food Scandal*, onde o escândalo do *Oil-for-Food* foi exaustivamente debatido. De acordo com Rosset (2004), mais de 21.3 bilhões de dólares foram desviados do Programa para servirem à ditadura de Saddam "to purchase weapons, to pay off foreign businessmen and politicians and, according to the House Committee on International Relations, to reward terrorist sympathizers."(ROSSET, 2004)

De acordo com Pletka, o escândalo revela problemas sistêmicos na ONU:

Now, staying with the problem of Iraq, I think that the *Oil-for-Food Program* and the problems therein are emblematic of a real, systemic problem inside the United Nations. And a lot does have to do--I think we have to honestly admit--with the dysfunctionality of the Security Council with the unwillingness of permanent members and others to actually put their money where their mouths are, to actually have the necessary fights, to actually call their colleagues onto the mat about things that aren't working. And we have to recognize that that's an issue, but it does stop the institution from functioning effectively. (PLETKA, 2004)

Em linhas gerais, portanto, o *AEI* avalia que os EUA não devem dar muita importância a uma instituição que, além de não ser fonte de legitimidade, se tornou uma ineficaz e corrupta burocracia internacional. Em decorrência dessa avaliação, os neoconservadores defendem que os EUA devam conduzir a tarefa de reconstrução do Iraque ao invés transferi-la à ONU ou a qualquer outra instituição internacional.

Em uma entrevista com Pletka promovida pelo jornal *The Washington Post* a respeito do papel da ONU no Iraque pós-Saddam, a diretora do *AEI* afirma que os EUA e a Inglaterra devem assumir o comando da reconstrução e que, para além das missões humanitárias, a ONU não deve exercer um papel muito significativo no Iraque pós-Saddam:

As I am not a huge proponent of a large UN role, I can't say exactly what they will do. The UN has experience delivering humanitarian assistance, but the Iraqi people (I hear from inside) are disgusted by the UN's role in the oil for food program and the sustenance of Saddam. [...] The US and UK should take the lead in post-Saddam Iraq. (PLETKA, 2003b)

Quando perguntada se o processo de reconstrução poderia se tornar mais fácil com o auxílio de tropas da ONU, Pletka respondeu que essa era uma idéia recorrente nas capitais ocidentais e que não condizia com a verdade. Para ela, a legitimidade da ação deriva da qualidade do serviço prestado, e não de quem o executa: “*When someone rebuilds a road for you, do you check what color their hat is? I would argue that the answer is no, and that legitimacy derives from what you deliver, not from the hat you're wearing.*” (idem) Tal entendimento sobre legitimidade perfila-se, de certo modo, ao comentário feito por Kagan (2003 : 9) quando afirmou que “é comum os europeus darem mais ênfase ao processo que ao resultado”.

Para Richard Perle não se pode exigir que a legitimidade venha de outro lugar se não dos próprios iraquianos: “Legitimacy in the reconstruction of Iraq will be decided by the people of Iraq and no one else. Not the United States, not the United Nations, not France or Germany, can confer legitimacy on a people rebuilding their own society.” (PERLE, 2003) Menos crédito ainda, prossegue o autor, tem a ONU, uma organização que falhou em libertar o Iraque e cuja metade de sua composição é formada por autocracias e governos despóticos. (idem)

A insistência em internacionalizar a reconstrução ou entregá-la para o comando de uma instituição multilateral, no entender do *AEI*, é motivada por uma ideologia “esquerdista e eurocêntrica” que dominou o partido democrata e que vê no “*Consensus-building*” um bem em si mesmo. O *think tank* acusa os liberais-internacionalista de se posicionarem instintivamente em favor da ONU: “*Most of the Democratic foreign-policy elite would have instinctively inclined toward the Brazilian U.N. diplomat Sergio Vieira de Mello when he remarked, a few days before he was slain by a suicide bomber, that the Iraqi people viewed the United Nations positively, but not the Americans.*”(GERECHT, 2003)

Fica claro aqui uma outra distinção importante. Os liberais-internacionalistas -- geralmente concentrados na costa leste norte-americana e em sua grande maioria pertencentes ao partido democrata -- caracterizam-se por um perfil ideológico mais próximo aos europeus e, por isso, tem as relações transatlânticas na mais alta estima.⁸³ Os neoconservadores, que já não davam muita importância para as relações com a Europa⁸⁴, conceberam o veto da Alemanha e da França no Conselho de Segurança como uma forma de se controlar o poder EUA. Conseqüentemente, para eles, o multilateralismo não é outra coisa senão um mecanismo através do qual os países que não podem operar unilateralmente buscam controlar os que podem. (KAGAN, 2003)

Uma interessante analogia feita por Kagan nos oferece uma ilustração didática das percepções do *think tank* neoconservador sobre a atitude dos europeus quando eles tentaram, através do veto no Conselho de Segurança da ONU, frustrar a ação militar norte-americana contra o Iraque:

Os europeus adoram dizer que os americanos são *cowboys*. E existe veracidade nisso. Os EUA comportam-se mesmo como um xerife internacional, talvez auto-nomeado, mas muito bem-recebido, na tentativa de impor um pouco de paz e justiça ao que os norte-americanos consideram um mundo sem lei, onde é preciso conter ou destruir os bandidos. Os bandidos matam os xerifes, mas não os donos de *saloon*. Na verdade, na perspectiva do dono de *saloom*, pode ser que o xerife que tenta impor a ordem à força seja mais perigosos que o

⁸³ Não obstante, tanto o neoconservador Kagan (2003) quanto o liberal Mead (2006) afirmam que, por mais europeus que os democratas possam parecer, há entre os democratas e os republicanos mais afinidades quanto à maneira de se perceber as relações internacionais que entre democratas e os europeus.

⁸⁴ No livro “do Paraíso e do Poder”, o intelectual neoconservador Robert Kagan, se propõe a uma reflexão sobre as diferenças entre o significado do poder, da moralidade do poder da vontade de poder entre os EUA e a Europa. O autor sustenta que os norte-americanos entendem o mundo como sendo hobbesiano e anárquico (poder) ao passo que os europeus o concebem idealisticamente como um paraíso kantiano. Daí a célebre passagem: “No que diz respeito às principais diretrizes estratégicas e internacionais da atualidade, os norte-americanos são de Marte e os europeus são de Vênus.” (Kagan, 2003: 7)

bandido, que, pelo menos, por enquanto, podem estar apenas querendo beber. (KAGAN, 2003: 38)

Com efeito, ao transpormos a metáfora de Kagan para o caso da Guerra do Iraque, podemos entender o bandido como sendo o governo de Saddam -- um *rogue state* -- e os donos de *saloon* como os sendo os presidentes Jacques Chirac e Gerhard Schroeder. A princípio, Chirac e Schroeder não se incomodam com a presença de Saddam no *saloom*, uma vez que existem interesses econômicos que atam os presidentes europeus à ditadura iraquiana, alimentando uma relação cínica e amoral. Portanto, a atitude dos presidentes ao se oporem à investida norte-americana contra o Iraque foi vista pelos neoconservadores como uma cumplicidade maquiavélica dos donos do *saloom* com o bandido. Dito em outras palavras, o poder dos EUA e sua disposição para exercê-lo – unilateralmente, se necessário – constituíram uma ameaça aos interesses da França e da Alemanha no Oriente Médio. Essa leitura subjaz à grande parte das análises publicadas pelo *AEI* no que diz respeito à crise nas relações transatlânticas gerada pela guerra e ao papel da Europa na reconstrução do Iraque.

Richard Perle afirma que a amigável relação de Chirac com Saddam e os interesses comerciais da França com o Iraque explicam o desejo do governo francês de impedir que Saddam fosse removido do poder:

They know more time will not bring about the disarmament of Iraq. But Jacques Chirac is quite happy for Saddam to stay in power. He thinks it serves French purposes. I suspect there is even a personal relationship there. The French have developed a uniquely friendly relationship with Saddam, and I think this is in pursuit of their commercial interests. (PERLE, 2003b)

Um encontro⁸⁵ ocorrido no *Chateau Mont Royal* entre o *AEI* e o *Institut Français des Relations Internationales (IFRI)* reuniu intelectuais e analistas franceses e americanos para discutir os contratempos nas relações entre a França e os EUA. Após Ledeen afirmar que a postura da França e da Alemanha obrigaram a administração Bush a tratá-los como inimigos estratégicos⁸⁶, Perle volta a acusar o governo francês de manter relações muito amigáveis com a ditadura de Saddam: *France is a great democracy, and I wouldn't be surprised if the retribution takes the form of the people of France who believe in democracy and who believe in human rights, recoiling from a government that has essentially taken the position that Saddam Hussein should remain in power, because that has been the position of President Chirac* (PERLE, 2003). No entender de Glassman, o que motivou a França ao veto no Conselho de Segurança foram seus interesses econômicos no Iraque: *"Of course, another way to put this is that the French oil companies stand to benefit if a brutal dictator, who has already invaded two of his neighbors, killed dissenters, used chemical weapons, and failed to abide by sixteen UN resolutions, remains in power."* (GLASSMAN, 2003)

No entender do *AEI*, portanto, não há motivos para os EUA internacionalizarem a reconstrução. França, Alemanha e Rússia têm interesses distintos na região e tentam, através de uma organização corrupta, ineficaz e ilegítima, frustrar os interesses dos EUA de transformar o Oriente Médio. Como argumentou Krauthammer, os EUA devem, sozinhos, levar a cabo a reconstrução do Iraque, visto que nem a França e nem a Rússia têm o interesse em estabelecer o tipo de sociedade aberta e decente que o EUA desejam para o Iraque:

If we listen to the critics, if we listen to those who opposed the war in the first place and are now urging us to internationalize this issue, to bring in the U.N., the French, and the Russians or others, we will not succeed. So we ought to do what we have to do, alone if we have to, because the vindication of our war will be what Iraq ends up. (KRAUTAMMER, 2003)

⁸⁵ *The United States and France beyond Iraq, November 2003*

⁸⁶ Michael Ledeen, *The United States and France beyond Iraq, November 2003*.

3.4 - Alemanha e Japão: modelos de democratização unilateral

Os períodos que sucederam a Primeira e a Segunda Guerra Mundial marcam duas formas completamente distintas dos EUA agirem internacionalmente, observa Muravchik (2008). Após a Primeira Guerra, os norte-americanos rejeitaram a utópica arquitetura de paz proposta por Wilson e seguiram uma postura realista em política externa. Muravchik afirma o 'isolacionismo' – para ele, uma variante mais radical do realismo -- foi o responsável, durante a década de 20 e 30, pela política externa mais desastrosa da história norte-americana. A recusa dos realistas em aceitar o idealismo wilsoniano, conseqüentemente, teria levado o mundo em direção à catastrófica Segunda Guerra Mundial, um evento que matou mais de 60 milhões de vidas.

No período pós-Segunda Guerra, por outro lado, a política externa norte-americana foi orientada para o que hoje pode ser chamado de abordagem neoconservadora. Conseqüentemente, prossegue Muravchik, (idem) os EUA deram um maior peso às considerações morais e ideológicas, assim como passaram a crer que só estariam seguros se fizessem uso de seu poder para moldar uma ordem internacional mais benigna. Nesse cenário, a forma como foi conduzida a democratização do Japão e da Alemanha se tornou o modelo preferido entre os neoconservadores para ser aplicado no Iraque.

Ledeen⁸⁷ afirma que, tal como ocorre no caso iraquiano, após a Segunda Guerra Mundial havia muito ceticismo em relação à possibilidade do Japão e da Alemanha, nações que abraçaram fervorosamente o fascismo, se tornarem democracias. Contudo, o longo engajamento militar dos EUA nos dois países provou que os cétricos estavam equivocados:

⁸⁷ Encomendado pelo Congresso Norte-Americano, o analista da AEI, Michal Ledeen, escreveu um estudo comparativo das reconstruções na Alemanha, Japão e Iraque intitulado *U.S. Occupation Assistance: Iraq, Germany and Japan Compared*, March 23, 2006. ver: <http://opencrs.cdt.org/document/RL33331>

At the end of the Second World War, the leaders of the Great Generation pondered the disposition of Germany and Japan. Many believed it was impossible to bring freedom to people who had embraced fascism and its attendant culture of death (from Japanese suicide bombers in their kamikaze aircraft to SS fighters on the ground celebrating heroic death). The renowned George F. Kennan, then the chief of the State Department's policy-planning staff, was convinced that there were no potential democratic leaders in Germany, and that we should retain the Nazi bureaucracy. At least they knew how to manage a modern state. And in Japan, many of our wisest men insisted that the only hope for Japanese democracy was the total extirpation of the Imperial culture; the Emperor had to go. But there were democrats in Germany who proved excellent leaders of a free country, and the emperor still sits on his throne in democratic Japan.(LEEDEN, 2004)

Os EUA, portanto, devem se comprometer em um envolvimento profundo e duradouro caso queira obter os resultados positivos qual tiveram no caso do Japão e da Alemanha: *We need only look to post-war Japan and Germany to provide us some realistic idea of the commitment required. In Japan, the Allied Powers stayed six years and eight months. In Germany, direct military government lasted four years. Coalition forces must stay in Iraq long enough to insure that freedom is not smothered in its cradle.*(idem).

Ao contrário do que defendem os liberais-internacionalistas, os neoconservadores acreditam que os EUA têm um histórico positivo de *nation-building* e, portanto, podem conduzir sozinhos a reconstrução do Iraque. Em palestra ministrada no *AEI* por Cornyn (2003)⁸⁸, foi realçada a bem-sucedida experiência da constituição japonesa:

We do have some experience in this arena, and the Japanese constitution of 1947, among others, is worth considering. Following World War II, Japan's new constitution placed sovereign authority with the people in place of the longstanding authoritarian rule of the emperor. It also renounced war as a sovereign right, and stipulated that armed forces would heretofore exist for defensive purposes alone, not for purposes of aggression. (CORNYN, 2003)

⁸⁸ John Cornyn, é senador republicano pelo Estado do Texas.

Quando os problemas com a insurgência se intensificaram e o Iraque encontrava-se à beira do caos, Makiya⁸⁹ (2005) criticou o exíguo comprometimento dos EUA naquele país, onde os equívocos se multiplicavam e o projeto de reconstrução se mostrava pobre e inconsistente. Nada comparável ao que se viu no pós-segunda guerra, afirma o autor. Para os EUA lograrem construir um regime democrático no Iraque seria necessário um envolvimento “*a la Germany and Japan post-World War II*”, ou seja, um projeto de ocupação e reconstrução militar muito mais ambicioso do que aquele que estava em curso. Tal como ocorrera com a ideologia fascista e com outras doutrinas perniciosas, um engajamento profundo dos EUA no Oriente Médio poderia eliminar a ameaça terrorista:

Nothing so discredits an idea as its defeat in the real world. Had we not defeated the fascists in World War II, the heirs of Tojo Japanese prime minister during World War II , Hitler, and Mussolini would most likely still rule Japan, Germany, and Italy, and some version of fascism would most likely remain a potent force in many other societies, just as it was in the twenties, thirties and early forties. But our victory in war defeated both the enemy regimes and their evil doctrines, and fascism is no longer an inspiration. If we defeat the terrorists and remove the regimes that support them, we are likely to find the appeal of bloody jihad dramatically reduced. There is undoubtedly a connection between the pro-democracy demonstrations and the liberation of Afghanistan and Iraq. (MAKIYA, 2003)

Assim, o *AEI*, de forma geral, reivindica um certo histórico de sucesso em *nation-building* e grande parte dos debates sobre o papel dos EUA na reconstrução está envolto pelas experiências no Japão e Alemanha. Muitas vezes as discussões sobre ‘deBaathification’⁹⁰ do Iraque são comparadas às campanhas de “de-

⁸⁹ Kanan Makiya é um acadêmico iraquiano e naturalizado americano. Muito criticado por Edward Said, foi um dos intelectuais árabes mais influentes defensores da Guerra do Iraque. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Kanan_Makiya

⁹⁰ Eliminar a ideologia e os grupos ligados ao partido Baath, a qual pertencia Saddam Hussein.

Nazification" da Alemanha. (DONNELLY, 2003) Ou mesmo, como afirma Cornyn (2003), um comprometimento sério por parte dos EUA no Iraque poderia produzir naquele país um milagre econômico semelhante ao que se viu no Japão e na Alemanha no pós-segunda guerra.⁹¹ Em linhas gerais o argumento é que o currículo dos EUA o coloca como o mais qualificado ator para promover a reconstrução do Iraque: *The United States has a remarkable history of helping countries grow into democracy. Germany, South Korea, and Japan are only the three most prominent examples of the American efforts to encourage democracy.* (GINGRICH, 2003).

Como foi visto, as análises do *AEI* propõem uma ambiciosa e radical estratégia para transformar o Oriente Médio, cujo impulso depende do sucesso dos EUA em promover a mudança de regime no Iraque. As diversas publicações avaliam que as principais ameaças dos EUA pós-11 de setembro -- o terrorismo, o fundamentalismo e o islamismo radical -- proliferam em regiões nas quais a modernização e a liberalização, todavia não chegaram. Portanto, para combater tais ameaças, o *think tank* defende que os EUA devem utilizar seu poder – unilateralmente, se for preciso -- para promover uma nova ordem liberal no Oriente Médio, como fizeram outrora na Europa Ocidental e na Ásia.

⁹¹ “*With these four resources, it is believed that you can achieve an economic miracle in Iraq similar to what was achieved in Germany and Japan after World War II.*” (CORNYN, 2003).

Conclusão

Quando o *New York Times* (NYT) convidou o mais célebre intelectual do pensamento neoconservador, William Kristol, para escrever semanalmente uma coluna na área de *op-ed* (opposite-editorial) -- com o intuito de ‘fornecer a seus leitores uma visão oposta à linha editorial’ --, Walt (2008) criticou frontalmente a decisão do jornal. Sua posição, entretanto, não consistia em criticar o NYT por ter dado voz a uma corrente oposta ao do jornal, mas, justamente pelo contrário: um colunista neoconservador iria tão somente reforçar as credenciais wilsonianas do NYT.

Muitos dos comentadores liberais partilham a crença neoconservadora de que os EUA têm o direito e a responsabilidade de exercer uma ‘liderança global’, mesmo quando esse papel envolva uso do poder militar americano e a constante interferência nos assuntos internos de outros países. Para Walt o jornal já contava com um considerável time de liberal-intervencionistas:

The Times' Thomas Friedman was an energetic supporter of the Iraq war until it went south, and Nicholas Kristof is a passionate advocate of U.S. intervention in Darfur. Columnists like Maureen Dowd and Frank Rich have been sharply critical of the neoconservatives' worst follies, but both proceed from the familiar liberal internationalism that has characterized the American foreign policy establishment for many years. (WALT, 2008)

Ao finalizar sua crítica, Walt ainda acrescenta que apenas o realismo poderia representar um pensamento em política externa que oferece uma visão alternativa ao “**neoconservative/liberal consensus**”. O consenso a que se refere Walt foi a principal questão sobre a qual este trabalho se estruturou. Como foi visto, teoricamente esse consenso se explica pelo fato de tanto o liberal-internacionalismo quanto o neoconservadorismo partirem do mesmo pressupostos do idealismo wilsoniano. Por sua vez, o wilsonismo constitui uma poderosa ideologia com uma

visão prescritiva de como devem ser ordenadas as relações internacionais. Em linhas gerais, o wilsonismo defende uma ordem internacional liberal tendo na democracia – regime político intrinsecamente pacífico– o princípio estabilizador do Sistema Internacional. Conseqüentemente, a preservação da paz, mediante um mecanismo de segurança coletiva, depende do papel ativo dos EUA em se portar como o guardião dessa ordem liberal. Em outras palavras, cabe aos EUA a incumbência de garantir *'the world safe for democracy'*.

Pode-se dizer que, tanto nos anos de administração Clinton quanto nos fundamentos estratégicos da Doutrina Bush, o que se constatou, em matéria de política externa, são variações de wilsonismo. O legado wilsoniano é, pois, a matriz ideológica do libera-internacionalismo e do neoconservadorismo. Conseqüentemente, é também o ponto onde convergem as idéias da *Brookings* e a *AEI*.

Como vimos, tanto intelectuais ligados à *Brookings* como os que provém da *AEI* assinaram as duas cartas redigidas em março de 2003 pelo o extinto *think tank* neoconservador, *Project for the New American Century (PNAC)*, e que foram enviadas ao congresso norte-americano apoiando e justificando a ocupação do Iraque pelas tropas da coalizão. Dentre os signatários encontravam-se analistas da *AEI*, como Frederick Kagan, Joshua Muravchik, Tod Lindberg, Danielle Pletka, William Kristol e também alguns nomes de importantes analistas ligados à *Brookings* como Ivo Daalder, James Steinberg e Michael O'Hanlon.

Quando nos atentamos para as publicações produzidas pela *Brookings* a respeito da reconstrução do Iraque, temos uma nítida noção de suas diretrizes estratégicas para o Oriente Médio. Para os analistas do *think tank* liberal os problemas vitais de segurança nacional norte-americano, após os ataques terroristas de 11 de setembro, dependem do esforço e comprometimento dos EUA em promover a modernização do Oriente Médio. Em relação a esse ponto, portanto, não há divergências maiores entre a orientação estratégica da *Brookings* e os da *AEI*.

Entretanto, ao defenderem a promoção da democracia no Oriente Médio, é possível distinguir algumas divergências importantes entre os dois *think tanks*. A *AEI*

defende um inarredável vínculo entre a promoção da democracia e os interesses nacionais norte-americanos, sobretudo aqueles envolvendo a Segurança Nacional dos EUA. A *Brookings*, por sua vez, acredita que os EUA devem atrelar seu ativismo internacional e a promoção da democracia aos valores humanitários e cosmopolitas consagrados pela comunidade internacional. Portanto, para a *Brookings* a administração Bush deveria ter justificado a guerra não a partir dos seus interesses de Segurança, mas no sentido de salvaguardar os princípios do Direito Internacional. Já a orientação da *AEI* sugere, como faz Krauthammer, que a democracia deve ser levada -- à força e unilateralmente se preciso-- onde há um inimigo que coloque em risco a Segurança dos EUA.

Embora defendam enfaticamente que a democracia é a principal solução para os inúmeros problemas no Oriente Médio, a *Brookings* repudia a ação preventiva de forma unilateral, se amparando no argumento de que o unilateralismo tem efeitos lesivos para a credibilidade da política externa norte-americana. Não obstante, os liberais-internacionalistas entendem que a ação preventiva pode ser um instrumento útil caso seu uso seja legitimado pela comunidade internacional. No caso da *AEI*, o unilateralismo não é entendido por si só como uma opção descartável. Como vimos, as organizações internacionais são percebidas pelos neoconservadores com certo receio, sobretudo a ONU que, segundo afirmam, não pode ser considerada a única fonte de legitimidade, visto que muito de seus membros não representam governos eleitos democraticamente. Além disso, a *AEI* acusa a ONU de ser ineficiente, burocrática e corrupta.

Tal qual a posição de Fukuyama no debate com Krauthammer, a *Brookings* defende que os EUA só serão aceitos novamente como o guardião da ordem internacional liberal quando recuperarem a credibilidade ante a comunidade internacional. A crise de legitimidade, nesse sentido, é prejudicial tanto aos interesses da comunidade internacional quanto aos interesses dos EUA. Num sentido oposto, a *AEI* sustenta que a legitimidade deriva dos resultados obtidos pelo EUA em transformar o Iraque em um país moderno e democrático. Em outras palavras: os neoconservadores acreditaram que com a deposição de Saddam Hussein e a

eliminação da sua ameaça para seu povo, para a região e para o mundo, os oponentes da guerra se dobrariam aos benefícios do uso da força contra o regime iraquiano.

Além disso, a *AEI* considera muitas vezes que o multilateralismo não é outra coisa senão um mecanismo por meio do qual os países que não podem operar unilateralmente buscam controlar aqueles que podem. Em decorrência dessa avaliação, o *think tank* neoconservador defende enfaticamente que os EUA, na condição de 'superpotência' solitária, só estarão realmente seguros quando fizerem uso do seu poder avassalador para construir uma ordem internacional mais justa e benigna. Essas duas formas de conceber a inserção norte-americana no Sistema Internacional, a discussão sobre legitimidade e a idéia wilsoniana da responsabilidade dos EUA em salvaguardar a Ordem Internacional produziram reflexões distintas a respeito da reconstrução do Iraque.

Na perspectiva da *Brookings*, é imprescindível a completa internacionalização da reconstrução do Iraque. Para o *think tank* liberal, os esforços pós-guerra deveriam ser conduzidos pela OTAN, que estaria encarregada pelas operações de militares de segurança, e pela ONU que cuidaria da reconstrução do Estado e da consolidação do regime democrático. Nesse sentido, o maior problema na 'americanização da reconstrução', para a *Brookings*, reside na percepção do mundo e dos iraquianos das reais intenções da investida norte-americana no Iraque. É preciso, dessa forma, reduzir a face? americana na ocupação do Iraque.

Numa linha contrária às sugestões da *Brookings*, a *AEI* sustenta que os EUA não podem abrir mão de liderar o processo de reconstrução do Iraque. Para a *AEI*, a legitimidade da ação deriva da qualidade do serviço prestado e não de quem o executa. E, ao fim e ao cabo, a legitimidade da reconstrução será conferida pela própria sociedade iraquiana, pontua o *think tank*. Menos crédito ainda para executar a reconstrução teria a ONU, uma organização que se envolveu em graves problemas de corrupção (*Programa Oil for Food*), que falhou em libertar o Iraque e cuja metade de sua composição é formada por autocracias e governos despóticos. Em função

disso, concluem os neoconservadores, os EUA não devem conceder a ONU um papel na reconstrução além da assistência humanitária.

De acordo com a *Brookings*, o que teria levado o Iraque a um nível tão degradante de insegurança a ponto de inviabilizar qualquer esforço de reconstrução, foi a postura unilateral da administração Bush. Não fosse o *Unilateralism Disgraced* (DAALDER e LINDSEY, 2003c), a reconstrução poderia contar com um número muito maior de tropas estrangeiras e suporte humanitário. Portanto, a lição é aprendida com os problemas na reconstrução é clara. Argumenta a *Brookings*: sem legitimidade e apoio internacional, o exercício do poder não poder ir muito longe. Para os liberais-internacionalistas, a legitimidade não é, portanto, um luxo do qual dispõem os países poderosos ou uma necessidade das nações fracas. A legitimidade é o elemento necessário para transformar poder em sucesso.

Dois exemplos históricos de reconstrução, na visão da *AEI*, são provas nítidas de que, mediante um profundo envolvimento militar e econômico dos EUA, é possível levar a cabo unilateralmente a reconstrução do Iraque: a Alemanha e o Japão do pós-Segunda Guerra. Os EUA, portanto, devem se comprometer com a reconstrução do Iraque de forma intensiva e duradoura caso pretenda obter os resultados positivos qual tiveram no caso do Japão e da Alemanha, que, como argumentam, eram autocracias inimigas dos EUA e se tornaram sólidas democracias e importantes aliados norte-americano na Europa e na Ásia.

A *Brookings*, por sua vez, critica que os modelos de reconstrução da Alemanha e do Japão sejam comparados ao do Iraque. Diferentemente da forma como os EUA foram aclamados nesses dois países após a Segunda Guerra, o que se viu no Iraque foi uma reação generalizada por parte da população iraquiana contrária a ocupação norte-americana, até mesmo entre os mais ferrenhos opositores de Saddam. Ademais, sustenta o *think tank* liberal, não se pode comparar, em níveis de coesão social e capital humano, o Iraque de Saddam com a Alemanha e o Japão. Assim, o *Brookings* propõe, que os EUA negociem com a comunidade Internacional

para que ela assuma o principal papel na reconstrução do Estado iraquiano enquanto a OTAN se encarregaria das operações de contra-insurgência.

Pode-se afirmar, contudo, que, a despeito dessas divergências de natureza tática, a *Brookings* e *AEI* partilham dos mesmos objetivos gerais para o Oriente Médio, qual seja, os EUA precisam modernizar e democratizar a região. Isso se deve, entre outras coisas, ao peso da tradição wilsoniana sobre o pensamento liberal-internacionalista e neoconservador em política externa. É consensual, pois, para ambos *think tanks* que o EUA não podem se isolar dos problemas mundiais. Pelo contrário, em virtude do seu incomparável poder e de sua natureza excepcional, cabe aos EUA zelar por uma ordem internacional estável, pacífica e fundada sobre princípios liberais.

Referências Bibliográficas

ABELSON, Donald. **Think Tanks e a Política de Relações exteriores dos Eua: Uma Visão Histórica**. Agenda de Política Externa dos EUA. Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA. (2002). v. 7, n.3. nov/2002. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/1102/ijpp/ijpp1102.htm>

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**, Editora UnB, Brasília, 1972.

_____. **Estudos Políticos**. Editora UnB, Brasília, 1976.

_____. **Pensar a Guerra, Clausewitz**. Editora UnB, Brasília, 1976.

BELL, Duncan. S. A. **The Cambridge School and world politics: critical theory, history and conceptual change**. 2001.

BISHIRJIAN, Richard J. **Origins and End of the New World Order**. 2004.

BOLTON, John R. The Case against Humanitarian Intervention. November 3, 2008. Disponível na internet via: http://www.aei.org/publications/filter.all,pubID.28882/pub_detail.asp

BOOT, Max. **What the Heck Is a Neocon?** Wall Street Journal. December 30, 2002 Disponível na internet via: <http://www.opinionjournal.com/editorial/feature.html?id=110002840>

BULL, Heddley. **A sociedade anárquica** (Clássicos IPRI, 5) Co-edição: Editora Universidade de Brasília/IPRI/Imprensa Oficial/SP – 2002

BULL, Hedley . **A Sociedade Anárquica**. Editora Universidade de Brasília. São Paulo, 2002.

CARR, E.H. **Vinte anos de Crise** (Clássicos IPRI, 5) Co-edição: Editora Universidade de Brasília/IPRI/Imprensa Oficial/SP – 2001

COHEN, Roberta. **The Road Map and the Reconstruction of Iraq: Where Does the United States Go from Here?**. 3 de setembro de 2003. disponível na internet via: <http://www.brookings.edu/events/2003/0903middle-east.aspx>

CORNYN, John. **Progress and Peril in Postwar Iraq**. June 10, 2003. Disponível na internet via: http://www.aei.org/events/type.past,filter.all,eventID.343/event_detail.asp

CORNYN, John. **Establishing Order in Iraq**. June 18, 2003. Disponível na internet via: http://www.aei.org/publications/filter.all,pubID.17748/pub_detail.asp

DAALDER, Ivo. KAGAN, Robert. **The Next Intervention**. August, 2007.

_____. **The Allies Must Step Up**. June. 2004

DAALDER, Ivo. 26 de Janeiro de 2003a - **Bush, To Win the Peace, Must Win Over Allies** . Disponível na internet via: http://www.brookings.edu/opinions/2003/0126iraq_daalder.aspx?rssid=daalderi

DAALDER, Ivo. **Why Legitimacy In Iraq Matters**. 24 de Janeiro de 2004. disponível na internet via

http://www.brookings.edu/opinions/2004/0129iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo. **Preventive War, An Useful Tool**. December 04, 2005. disponível na internet via http://www.brookings.edu/opinions/2005/1204iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo e BERGER, Samuel R. **The Long Haul**. 5 de outubro de 2003. disponível na internet via http://www.brookings.edu/opinions/2003/1005iraq_berger.aspx?rssid=daalderi

DAALDER, Ivo e KAGAN, Robert. **The Next Intervention: Legitimacy Matters**. 6 de agosto de 2007. disponível na internet via http://www.brookings.edu/opinions/2007/0806forceandlegitimacy_daalder.aspx

DAALDER, Ivo e KAGAN, Robert. **The 'Allies' Must Step Up**. 20 de junho de 2004. disponível na internet via http://www.brookings.edu/opinions/2004/0620iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo e LINDSAY, James. **Bush's Priority in Iraq Is Not Democracy**. 11 novembro de 2003b. disponível na internet via http://www.brookings.edu/opinions/2003/1111iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo e LINDSAY, James. **American Empire, Not 'If' but 'What Kind'**. 10 de maio 2003a. Disponível na internet via: http://www.brookings.edu/opinions/2003/0510iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo e LINDSAY, James. **Unilateralism Disgraced**. 1 de outubro de 2003c. Disponível na internet via: http://www.brookings.edu/opinions/2003/1001iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo e LAKE, Anthony. **Fix What's Broken in Iraq**. 16 de fev. 2004a. disponível na internet via: http://www.brookings.edu/opinions/2004/0216iraq_daalder.aspx?more=rc

DAALDER, Ivo e LAKE, Anthony. Focus on Iraqi Politics. 16 de abril. 2004b. disponível na internet via: http://www.brookings.edu/opinions/2004/0416iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo e LAKE, Anthony. **Transfer Power in Iraq to UN and NATO**. 13 de maio de 2004c. disponível na internet via: http://www.brookings.edu/opinions/2004/0416iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo. **Iraq Isn't Bósnia**. 3 de maio de 2006. Disponível na internet via http://www.brookings.edu/opinions/2006/0503iraq_daalder.aspx

DAALDER, Ivo. **Internationalize Post-war Iraq**. 7 de abril de 2003. Disponível na internet via http://www.brookings.edu/opinions/2003/0407iraq_daalder.aspx

DONNELLY, Thomas. **Planning for War against Iraq and for Its Aftermath**. January 1, 2003. Disponível na internet via: http://www.aei.org/publications/pubID.14780/pub_detail.asp

DONNELLY, Thomas. **Empire of Liberty**. June 24, 2005. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/pubID.22756/pub_detail.asp

DONNELLY, Thomas. **Iraq Is the Central Front**. September 24, 2003b. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/pubID.19234/pub_detail.asp

DOYLE, Michael W. **Kant, Liberal Legacy and Foreign Affairs**. Debating the Democratic Peace. Cambridge, 1999.

FEINSTEIN, Lee e SLAUGHTER, Anne-Marie. **La Obrigación de Prevenir**. Foreign Affairs. Janeiro/fevereiro de 2002.

FEITH, Douglas. **Winning Iraq**. 4 de março de 2004. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/events/eventID.811/event_detail.asp

FILHO, Geraldo Nagib Zahran. **A Tradição Liberal dos Estados Unidos e sua Influência nas Reflexões sobre Política Externa**. Rio de Janeiro, abril de 2005.

FRIEDMAN, Thomas L. (1999). **O Lexus e a Oliveira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **O Dilema Americano. Democracia, poder e o legado do neoconservadorismo.** Rocco. 2006.

FUKUYAMA, Francis. **The Neoconservative Moment.** National Interest. 2004.

GADDIS, John L. **Surprise, Security, and the American Experience.** Harvard University Press (March 23, 2004)

GERECHT, Ruel Marc. **Why We Need a Democratic Iraq.** March 17, 2003a. Disponível na internet via: https://www.aei.org/publications/filter.all,pubID.16576/pub_detail.asp

GERECHT, Ruel Marc. **Be Careful What You Wish For.** September 17, 2003b. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/pubID.19191/pub_detail.asp

GINGRICH, Newt. U.S. **Best Qualified to Aid Iraq.** April 25, 2003. Disponível na internet via: http://www.aei.org/publications/pubID.17051,filter.all/pub_detail.asp

GLASSMAN, James K. **Greenwar.** March 17, 2003. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/pubID.16586/pub_detail.asp

GORDON, Philip H. **Iraq: One Year On.** 10 de março de 2004. Disponível na internet via <http://www.brookings.edu/opinions/2004/0310iraq.aspx>

HAASS, Richard. **Os think tanks e a política de Relações Exteriores dos EUA: a perspectiva de um formulador de políticas.** Agenda de Política Externa dos EUA. Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA. (2002). v. 7, n.3, pp.5-9. nov/2002. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/1102/ijpp/ijpp1102.htm>

HUNTINGTON, Samuel P.. **The Clash of Civilizations?.** Foreign Affairs. Summer. 1993.

IGNATIUS, David. Beirut's Berlin Wall'. Washington Post. February 23 – 2005. Disponível na internet via:

<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A45575-2005Feb22.html>

IKENBERRY, G. John. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

_____, John. **After September 11: America Grand Strategy and International Order in the age of terror** Georgetown University October, 2001

_____, John. **Power And Liberal Order: America's Postwar World Order In Transition**. 2005

INDYK, Martin, 2 dezembro de 2003 - **Event: First-Hand Views from Iraq** - disponível na internet via:

<http://www.brookings.edu/events/2003/1202iraq.aspx>

KISSINGER, Henry. **O Mundo Restaurado** .Heitor Aquino Ferreira, 1957

_____. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.

KAGAN, Robert. **What's Going Right in Iraq**. October 25, 2004. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/pubID.21431,filter.all/pub_detail.asp

_____. **Do Paraíso e do Poder**. Ed. Rocco. 2003.

KRAUTHAMMER, Charles. **Democratic Realism**. 2004. Disponível via http://www.aei.org/news/newsID.19912/news_detail.asp

KIRKPATRICK, Jeane J.. **What Are We to Think about the U.N.?** February 19, 2004. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/events/eventID.752/event_detail.asp

KRAUTHAMMER, Charles. **What Lies Ahead** . 22 de abril de 2003. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/events/type.past,eventID.262,filter.all/event_detail.asp

KRAUTHAMMER, Charles. **The Unipolar Moment revisited.** *National Interest. Winter*, 2002. Disponível na internet via: http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/362/unipolar_moment_revisited.html

KRISTOL, William. **The Future of Iraq.** October 7, 2003. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/events/eventID.637/event_detail.asp

LEDEEN, Michael A. **From Tyranny to Freedom.** April 1, 2004. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/pubID.20273/pub_detail.asp

LEVERETT, Flynt - **Event: First-Hand Views from Iraq** - 2 dezembro de 2003. Disponível na internet via:

<http://www.brookings.edu/events/2003/1202iraq.aspx>

LYNCH, Allen. Woodrow **Wilson and the Principle of 'National Self-Determination: A. Reconsideration.** *Review of International Studies*, 28, 2002.

MACMILLAN, Margareth. **Paz em Paris**, Editora Nova Fronteira. RJ. 2004

MAKIYA, Kanan. **Remaking Iraq.** October 5, 2005. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/events/type.past,filter.all,eventID.1120/event_detail.asp

MEAD, Walter Russel. **Uma Orientação Especial: A política externa norte-americana e sua influência no mundo**. Bibliex. 2006 a.

_____. **Poder, Terror, Paz e Guerra: Os EUA e o Mundo Contemporâneo Sob Ameaça**. Jorge Zahar. 2006 b.

MEARSHEIMER, John J.. 1990. **Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War**. International Security. 15, 1. p. 5-56.

METZ, Steven. **The Future of Iraq**. October 7, 2003. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/events/eventID.637/event_detail.asp

MURAVCHIK, Joshua. **The Neoconservative Persuasion and Foreign Policy**. 2007

MURAVCHIK, Joshua. **The Glass Is Half-Full in Iraq**. July 2, 2004. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/pubID.20842,filter.all/pub_detail.asp

MURAVCHIK, Joshua. **The Future is Neocon**. September 4, 2008. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/filter.all,pubID.28559/pub_detail.asp

MURAVCHIK, Joshua . **What Lies Ahead**. 22 de abril de 2003. Disponível na internet via:
http://www.aei.org/events/type.past,eventID.262,filter.all/event_detail.asp

NASSER, Reginaldo. **O Lugar do Hemisfério na Ordem Internacional. Percepções Norte-Americanas**. 2005.

O' HANLON, Michael **U.N.'s Role in Iraq**. 28 de agosto de 2003a. disponível na internet via:

http://www.brookings.edu/opinions/2003/0828iraq_ohanlon.aspx

O' HANLON, Michael **Iraq: A Mixture of Good News and Bad**. 5 de outubro de 2003b. Disponível na internet via: http://www.brookings.edu/opinions/2003/1005iraq_ohanlon.aspx

O' HANLON, Michael. **Event: First-Hand Views from Iraq** — 2 de Dezembro de 2003c. Disponível na internet via: <http://www.brookings.edu/events/2003/1202iraq.aspx>

PERLE, Richard e FRUM, David. **UN Should Change--or U.S. Should Quit**. January 23, 2004. Disponível na internet via: http://www.aei.org/publications/pubID.19763,filter.all/pub_detail.asp

PERLE, Richard. **What Lies Ahead** . 22 de abril de 2003. Disponível na internet via: http://www.aei.org/events/type.past,eventID.262,filter.all/event_detail.asp

PERLE, Richard. **The United States and France beyond Iraq**. 21-22, novembro, 2003b. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/events/filter.all,eventID.689/event_detail.asp

PERLE, Richard. **Why Blix Has Got It All Wrong**. January 26, 2003b. Disponível na internet via:

https://aei.org/publications/filter.social,pubID.15827/pub_detail.asp

PLETKA, Danielle. **Iraq, Conflict, and Beyond**. December 3, 2003a. Disponível na internet via:

[https://www.aei.org/publications/filter.all,pubID.21330/pub_detail.a
sp](https://www.aei.org/publications/filter.all,pubID.21330/pub_detail.asp)

PLETKA, Danielle. **The United Nations Oil-for-Food Scandal**. December 8, 2004. Disponível na internet via: http://www.aei.org/events/eventID.965/event_detail.asp

PLETKA, Danielle. **The Role of UN.** Entrevista ao jornal The Washington Post. April 9, 2003b. Disponível na internet via:

http://www.washingtonpost.com/wp-srv/liveonline/03/special/world/sp_world_pletka040903.htm

POLLACK, Keneth. **Why America Should Promote a New Liberal Order in the Middle East.** 22 de julho de 2006. disponível na internet via:

http://www.brookings.edu/articles/2006/0722middleeast_pollack.aspx

POLLACK, Keneth. **After Saddam: Assessing the Reconstruction of Iraq.** 12 de janeiro de 2004. Disponível na internet via:

http://www.brookings.edu/papers/2004/01iraq_pollack.aspx

POLLACK, Keneth. **The Road Map and the Reconstruction of Iraq: Where Does the United States Go from Here?.** 3 de setembro de 2003. disponível na internet via:

<http://www.brookings.edu/events/2003/0903middle-east.aspx>

RICE, Condolezza. **Rethinking the National Interest: American Realism for a New World. Foreign Affairs.** July/August 2008.

_____. Campaign 2000: **Promoting the National Interest.** January/February 2000. Foreign Affairs

ROSETT, Claudia. **The United Nations Oil-for-Food Scandal.** December 8, 2004. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/events/eventID.965/event_detail.asp

RUBIN, Michael. **Iraq and the Democratization of the Middle East.** October 21, 2005. Disponível na internet via:
http://www.aei.org/publications/pubID.23361/pub_detail.asp

SCHLESINGER, Jr. Arthur M. **Os Ciclos da História Americana .** Civilização Brasileira. 1992

SCHMITT, Garry. **To Be, or Not to Be . . . an Empire**. 22 de junho de 2007. Disponível na internet via:

http://www.aei.org/publications/pubID.26387/pub_detail.asp

SCHMITT, Carl. **Teoria Del Guerrillero**. 1962. Traduzido da 1ª Edição de 1963 por Denes Martos. Disponível na internet via: http://www.laeditorialvirtual.com.ar/Pages/CarlSchmitt/CarlSchmitt_TeoriaDelPartisano.htm

SCHUKER Stephen A., **Woodrow Wilson versus American Public Opinion: The Unconditional Surrender Movement of 1918**, in Guido Mueller (ed.), *Deutschland und der Westen. Internationale Beziehungen im 20. Jahrhundert* (Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1998), p. 102.

SELLERS, C. MAY, H. McMILLEN, N. **A Guerra Civil 1861-1865” IN Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1990.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política*. Difel. 2005

SMITH, Tony. **America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

STOESSINGER, John G. **O Poder das Nações**. Cultrix. 1975

TALBOTT, Strobe. A Brookings Institution: **Como Funciona Uma Think Tank**. Agenda de Política Externa dos EUA. Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA. (2002). v. 7, n.3. nov/2002. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/1102/ijpp/ijpp1102.htm>

TALBOTT, Strobe . Event: **War in Iraq, revolution in America** - 9 de outubro de 2003 - disponível na internet via: www.brookings.edu/~media/Files/rc/articles/2003/10iraq_talbott/20031013.pdf

TEIXEIRA, Tatiana. **Os Think Tanks e sua influência na Política Externa dos EUA**. Ed. Revan. 2007a

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O Pensamento Neoconservador em Política Externa nos EUA**. São Paulo. 2007.b

TUCKER Robert e W HENDRICKSON. David C. **The Sources of American Legitimacy**. 1992.

WALTZ, Kenneth. Teoria **das Relações Internacionais**. Ed. Gradiva, Lisboa, 2000.

WOOLSEY, James. **What Lies Ahead** . 22 de abril de 2003. Disponível na internet via: http://www.aei.org/events/type.past,eventID.262,filter.all/event_detail.asp

WITTES, Benjamin. **Event: First-Hand Views from Iraq** - 2 dezembro de 2003 disponível na internet via <http://www.brookings.edu/events/2003/1202iraq.aspx>

ZIEGLER, David. **War, Peace, & International Politics** .1999. Questia.

ZOELLICK, Robert B. Campaign 2000: **A Republican Foreign Policy**. January/February 2000.